



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Otávio Vítor Vieira Ribeiro

**Na ponta da pena: política, administração e abastecimento nas
correspondências dos governadores e capitães-generais do Estado do
Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (1759-1772)**

Rio de Janeiro

2022

Otávio Vítor Vieira Ribeiro

Na ponta da pena: política, administração e abastecimento nas correspondências dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (1759-1772)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos
Coorientador: Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron

Rio de Janeiro
2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R484 Ribeiro, Otávio Vítor Vieira.
Na ponta da pena: política, administração e abastecimento nas correspondências dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (1759-1772) / Otávio Vítor Vieira Ribeiro. – 2022. 188 f.

Orientador: Fabiano Vilaça dos Santos.

Coorientador: Rafael Ivan Chambouleyron.

Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Historiografia – Teses. 2. Epistolários – Teses. 3. Fronteiras – Teses. I. Santos, Fabiano Vilaça dos. II. Chambouleyron, Rafael. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 930.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Otávio Vítor Vieira Ribeiro

Na ponta da pena: política, administração e abastecimento nas correspondências dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (1759-1772)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 16 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron (Coorientador)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Nauk Maria de Jesus
Universidade Federal de Grande Dourados

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho foi realizada com o apoio de muitas pessoas ao longo desses dois anos. Na esfera privada, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de estar vivendo mais esta experiência. No âmbito familiar, à Ornella, Bianca, Alice e Raimundo, pelas palavras de apoio e pela enérgica torcida. À Célia, minha maior fã e incentivadora, por nunca ter medido esforços para que os seus filhos pudessem seguir em frente nos estudos e alcançar novos horizontes na vida. À Antônio Jorge e Edna Damous, meus “pais” de coração, pelos conselhos, as conversas e o acolhimento nos momentos de alegria e de dificuldades. À Jorge Damous, Arthur Damous, Jadiel Neto e Victor Mendes, amigos de infância de longa data, pelos bons momentos e as experiências compartilhadas. À Ana Paula, Alberto Wanderlei e Kaylane Costa, por sempre terem acreditado no meu potencial. Em terras fluminenses, serei eternamente grato pela recepção e o apoio logístico dado por minha tia, Geli Vieira, sem o qual, não teria sido possível ter participado da seleção do mestrado e ter dado continuidade à esta pesquisa.

No âmbito acadêmico, ao Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos por ter acreditado e acolhido o nosso projeto desde a defesa da monografia de conclusão de curso na Universidade Federal do Pará (UFPA); o apoio dado durante a seleção do Mestrado e as interlocuções, as críticas e os direcionamentos que deram forma a este trabalho durante a sua orientação; ao Prof. Dr. Rafael Chambouleyron por ter aceitado coorientar o nosso trabalho; aos Professores Doutores Alex Varela, Lúcia Bastos, Caroline Delmans, Rachel Saint-Williams, Maria Regina Cândido e Alair Figueiredo pelos instigantes debates estabelecidos nas disciplinas cursadas durante o primeiro ano de curso; e aos Professores Doutores Antônio Carlos Jucá de Sampaio e Nauk Maria de Jesus pelas críticas e as sugestões apontadas durante o exame de qualificação que muito enriqueceram a etapa de conclusão desta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.490022/2020-00.

À D. Rosa pela atenção e a receptividade dispensada aos pesquisadores no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) durante o período de levantamento e de coleta da documentação da pesquisa em Belém.

Por fim, à Luma, por ter sido o meu esteio durante o desenvolvimento deste trabalho em terras fluminenses. Minha parceira de vida, ao ter aceitado embarcar (literalmente) em mais esta aventura, você tornou esta caminhada menos árdua e solitária. Como você sempre diz: se vamos juntos, vamos bem!

RESUMO

RIBEIRO, Otávio Vítor Vieira. *Na ponta da pena: política, administração e abastecimento nas correspondências dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (1759-1772)*. 2022. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A consolidação das fronteiras lusa e castelhana nos confins da América, previstas na assinatura do Tratado de Madri (1750), informou as suas políticas de conquista durante a segunda metade do século XVIII. As unidades administrativas estabelecidas no vale amazônico e na fronteira Oeste, constituíram-se em protótipos de experimentação das reformas políticas, econômicas e administrativas, veiculadas durante o período de reinado de D. José I (1750-1777): Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772) e capitania de Mato Grosso (1748). Essas medidas visavam sistematizar a ocupação e o povoamento de territórios confinantes com os domínios castelhanos e integrá-los aos circuitos mercantis do Império português. Tomando por base os pressupostos da Comunicação política como campo de estudo da historiografia, essa dissertação tem por objetivo, refletir sobre a dinâmica de circulação interna e trato das questões administrativas veiculadas no epistolário dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, entre 1759 e 1772.

Palavras-chave: Estado do Grão-Pará. Capitania de Mato Grosso. Epistolário. Fronteira. Tratado de Madri (1750). Governo das conquistas.

ABSTRACT

RIBEIRO, Otávio Vítor Vieira. *At the tip of the pen: politics, administration and supply in the correspondence of the governors and general captains of the State of Grão-Pará and the captaincy of Mato Grosso (1759-1772)*. 2022. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The consolidation of the Portuguese and Castilian borders within the limits of America, foreseen in the signing of the Treaty of Madrid (1750), informed its conquest policies during the second half of the 18th century. The administrative units established in the Amazonian valley and on the western border, constituted prototypes for experimenting with political, economic and administrative reforms propagated during the reign of D. José I (1750-1777): State of Grão-Pará and Maranhão (1751-1772) and captaincy of Mato Grosso (1748). These measures aimed to systematize the occupation and settlement of territories bordering Castilian domains and integrate them into the mercantile circuits of the Portuguese Empire. Based on the assumptions of political communication as a field of study in historiography, this dissertation aims to reflect on the dynamics of internal circulation and approach administrative issues conveyed in the epistolary of the governors and general captains of the State of Grão-Pará and of captaincy of Mato Grosso, between 1759 and 1772.

Keywords: State of Grão-Pará. captaincy of Mato Grosso. Correspondences. Borders. Treaty of Madrid (1750). Government of achievements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Itinerário de Moreira Cabral	35
Figura 2 – Forte de Bragança, 1769	38
Figura 3 - Carta da rede hidrográfica dos rios Guaporé e outros rios e ribeirões em Mato Grosso. João Gonçalves Pereira, posterior a 1743	87
Figura 4 – Canoa indígena (s.d.)	93
Figura 5 – Uma igarité, uma ubá e uma jangada e seus acessórios (s.d)	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – “Condição jurídica dos agentes de cura (1726-1813)”	124
Quadro 2 – Relação dos gêneros e mercadorias para abastecimento dos Armazéns e Boticas da Capitania de Mato Grosso (1770-1771)	125
Quadro 3 – “Produtos destinados à Capitania por ordem do governo (1770)”	133
Quadro 4 – “Lojas e Fábricas existentes na Capitania de Mato Grosso” (1770)	135
Quadro 5 – “Relação dos índios que desertaram da Tropa até a Vila de Borba” (1768)	139
Quadro 6 – Lista nominal dos militares que compuseram a tropa da 1ª Companhia de defesa da capitania de Mato Grosso e de suas perdas (1768)	142
Quadro 7 – Lista nominal dos militares que compuseram a tropa da 2ª Companhia de defesa da capitania de Mato Grosso e de suas perdas (1768)	142
Quadro 8 – População do Lugar de Balsemão (1773)	149

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estado do Grão-Pará e Maranhão (século XVIII)	21
Mapa 2 – Carta geográfica da capitania de Mato Grosso e parte de suas confinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguay, e a oeste as províncias de Moxós e Chiquitos [1800]	31
Mapa 3 - Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanhoes, aelles adjacentes [Cartográfico] / O Sarg. Mor. Engro. Ricardo Franco d'Almeida Serra [1777]	81
Mapa 4 – Mapa das Missões de Mojos e Chiquitos [século XVIII]	86
Mapa 5 – Mapa das Cortes (1749)	90
Mapa 6 – Missões da Companhia de Jesus em território castelhano	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
APMT	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
IANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DEMARCANDO FRONTEIRAS: AS POLÍTICAS DE CONQUISTA DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E DA CAPITANIA DE MATO GROSSO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	20
1.1 O Estado do Grão-Pará: espectro do reformismo	21
1.2 A capitania de Mato Grosso: uma fronteira contestada	31
1.3 A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão	44
2 DISTÂNCIA, PODER E POSSE: A COMUNICAÇÃO POLÍTICA NOS CONFINS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS	57
2.1 O governo à distância no Império português	57
2.2 Oficiais das conquistas	67
2.3 A rota das monções do norte: Madeira-Mamoré-Guaporé	81
3 CIRCUITOS FLUVIAIS: O EPISTOLÁRIO DOS GOVERNADORES E CAPITÃES-GERAIS DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	96
3.1 Defesa: a definição dos limites territoriais	97
3.1.1 <u>As partidas do Norte (1754-1759)</u>	98
3.1.2 <u>A logística das demarcações (1754-1755)</u>	99
3.1.3 <u>As monções do norte (1755-1759)</u>	101
3.1.4 <u>As invasões castelhanas na fronteira Oeste (1763-1766)</u>	105
3.1.4.1 “Ao forte dos socorros, sem dúvida, esta capitania, não pode passar”: a campanha militar castelhana de 1763	108

3.1.4.2 “Hei de cumprir com a minha obrigação, defendendo esta fronteira até a última extremidade”: a campanha militar castelhana de 1766	115
3.2 Abastecimento: dinâmicas de circulação	119
3.2.1 <u>Mobilidade</u>	120
3.2.2 <u>Boticas</u>	122
3.2.3 <u>Ouro</u>	126
3.3 Indígenas: os senhores dos rios	136
3.3.1 <u>Deserções</u>	136
3.3.2 <u>Rio Madeira</u>	144
3.4 Crédito: a fiação da empresa de conquista em Mato Grosso	151
3.4.1 <u>Rio Guaporé</u>	152
3.4.2 <u>Tropas</u>	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
FONTES	165
REFERÊNCIAS	170

INTRODUÇÃO

Em junho de 2019, defendemos na Universidade Federal do Pará (UFPA), a nossa monografia de conclusão de curso intitulada *Entre a pena e o tinteiro: o governo das conquistas a partir das correspondências de Antônio Rolim de Moura Tavares e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1763)*. A nossa proposta residiu em debater, a partir do circuito interno da comunicação política dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, a governabilidade em espaços de fronteira, situados, respectivamente, ao Norte e à Oeste da América lusa de meados do século XVIII.

As reflexões desenvolvidas neste trabalho inicial serviram como base para elaborarmos o projeto de pesquisa que submetemos ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Neste projeto, o qual estrutura a nossa dissertação, demos continuidade ao debate iniciado em nossa monografia de conclusão de curso, mantendo o seu recorte espacial e tomando como balizas temporais, os períodos de governo dos sucessores de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará, os governadores e capitães-generais Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763) e Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772).

A análise do epistolário dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso nos permitiu destacar as particularidades da conquista de territórios confinantes com os domínios castelhanos; a tessitura de relações de poder entre oficiais de unidades administrativas subordinadas à jurisdições distintas desde os seus processos de fundação (Grão-Pará - 1616, à Lisboa e Mato Grosso – 1748, ao Rio de Janeiro); e a redução ameríndia associada à navegação fluvial como eixos estruturantes das políticas de conquista lusa implementadas nos confins da América durante a segunda metade do século XVIII.

As práticas governativas dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso concorreram para a consolidação da posse de suas fronteiras. Diante disto, refletir sobre as conjunturas que informaram a governabilidade de suas conquistas nos viabiliza contemplar as facetas da política imperial e o exercício do poder político no Império português ao longo do setecentos (RÉMOND, 2003a, p. 444).

Nesse sentido, a nossa problemática de pesquisa reside em discutir, através do circuito interno da comunicação política dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, a tessitura das relações político-administrativas que informaram os seus governos entre 1759 e 1772. O recorte espaço-temporal compreende o período de governo dos seus oficiais e parte do contexto de vigência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).

As suas administrações foram informadas pela consolidação das fronteiras entre os domínios ibéricos na América, previstos na assinatura do Tratado de Madri (1750). As suas implicações delinearão reordenamentos na organização política, administrativa e territorial nos extremos Norte e Oeste da América portuguesa de meados do século XVIII (BRITO, 2018, p. 112-117).

A fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772) serviu como base para a consecução de um “programa de revitalização” das conquistas do extremo Norte, levadas a cabo pelo governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). O seu projeto estava fundamentado na ocupação e no povoamento dos sertões da fronteira Oeste da bacia amazônica (capitania de São José do Rio Negro, 1755); no fomento à produtividade agroextrativista (Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778) e na regulação da liberdade indígena (Leis de Liberdade, 1755 e Diretório dos Índios, 1757-1798) (SANTOS, 2011, p. 35-41, 56-58).

Com a transferência da sede do governo da cidade de São Luís (capital do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, 1621-1751) para a de Belém e o acréscimo da patente de capitão-general aos seus governadores, a capitania-geral do Grão-Pará se torna a “cabeça” do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo os governadores das capitanias de São José do Rio Negro, do Maranhão e do Piauí como seus subalternos ou subordinados entre 1751 e 1772 (SANTOS, 2010, p. 76-77).

A reforma instituída pela Carta Régia de 20 de agosto 1772 e efetivada pela Provisão Régia de 9 de julho de 1774 dividiu o Estado do Grão-Pará e Maranhão em duas novas repartições: Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1774-1821) e Estado do Maranhão e Piauí (1774-1811). Ambas permaneceram independentes do Estado do Brasil e subordinadas a Lisboa, até princípios do século XIX. A divisão político-administrativa manteve o Grão-Pará como “cabeça” de sua repartição, ficando o Rio Negro como seu subalterno e, por outro lado, o Maranhão restabeleceu a sua condição de capitania-geral, perdida em 1751, tendo o Piauí como subordinado ou subalterno (SANTOS, 2009, p. 206-208).

A criação da capitania de Mato Grosso (1748) assegurou a manutenção da posse lusa da fronteira Oeste da América. Em conjunto com às capitanias de Goiás e de Minas Gerais, a de Mato Grosso conformava o cinturão aurífero do interior da América portuguesa. A sua condição fronteiriça (rio Guaporé) e mineira (rio Paraguai) tornaram a sua administração um elo de integração entre os limites da América portuguesa através da navegação pelas bacias amazônica e platina (JESUS, 2011, p. 18-19). Com o reordenamento das jurisdições administrativas implementadas pela Coroa portuguesa no Estado do Brasil, os seus governadores e capitães-gerais em conjunto com os das capitanias de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande de São Pedro, Ilha de Santa Catarina, Colônia do Sacramento ficaram subordinados à jurisdição dos governadores e capitães-gerais da capitania do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2010, p. 93-95).

De acordo com Otávio Chaves, a sua repartição desempenhava papel estratégico na consecução da política imperial portuguesa setecentista ao assegurar a defesa dos seus domínios no rio Guaporé, “devido à proximidade com as terras castelhanas” e viabilizar a “integração político-territorial” entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, via rota Madeira-Mamoré-Guaporé (CHAVES, 2008, p. 69-70).

A consolidação da posse territorial da bacia amazônica conformou a governabilidade e a tessitura das relações de poder entre os governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. Neste sentido, defendemos o argumento de que o circuito interno da comunicação política estabelecida entre estes oficiais, constituiu-se, tanto em um instrumento de governo quanto de integração entre as suas unidades administrativas e destas com o Reino de Portugal durante a segunda metade do século XVIII.

A escrita epistolar desempenhou papel preponderante na construção dos circuitos comunicativos estabelecidos entre o Centro português e as suas conquistas no ultramar, na medida em que viabilizava o reconhecimento da figura do soberano à distância (ENES, 2018, p. 306); a reprodução das hierarquias estamentais da sociedade de Antigo Regime lusa (MENDES, 2018, p. 75-77) e a tessitura das centralidades, por meio das quais, se consolidou a “ordem colonial” na América portuguesa (RAMINELLI, 2008, p. 41).

O exercício epistolar, como aponta Guadalupe Adámez-Castro, constitui um veículo de difusão das representações que remetente e destinatário projetam na escrita. A linguagem empregada e o debate estabelecido através da leitura do texto, materializam o poder político que hierarquizavam remetente e destinatário na construção de seu discurso epistolar (ADÁMEZ-CASTRO, 2020, p. 53-56).

Os seus suportes e as suas circunstâncias de produção constituem os elementos que estruturavam o cotidiano e a governabilidade no ultramar na época moderna (ALMADA, 2018, p. 17-40 e GÓMEZ, 2016, p. p. 77-93). As estratégias, as disputas e os embates que sistematizaram a constituição dos correios e a abertura de carreiras marítimas e terrestres, através das quais se dava o transporte dos manuscritos entre ambos os lados do Atlântico e no interior da América, tornaram a gestão da informação, uma via de territorialização do além-mar ibero-americano entre os séculos XVII e XVIII (CORTEZO, 2018, p. 163-208 e CABANILLAS, 2016, p. 113-124).

O governo das conquistas do Império português esteve vinculado ao diálogo estabelecido entre os poderes central e local. O fluxo da informação, cadenciado pela circularidade das comunicações políticas, concatenou a integração entre os distintos sínodos que perfaziam a composição da monarquia pluricontinental e corporativa lusa na época moderna (FRAGOSO, 2017, p. 52-53).

Diante disto, o corpus documental de nossa pesquisa é formado pelo circuito interno da comunicação política estabelecida entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. Segundo Arthur Curvelo, este compõe, em conjunto com o circuito transoceânico, os “circuitos formais” da comunicação política no Império português, sendo assim definido pelas “comunicações estabelecidas com os poderes presenciais existentes no interior do território sob a jurisdição dos governadores” na América de meados do século XVIII (CURVELO, 2019, p. 38-39).

A tipologia documental é composta por cartas de ofício, recibos de pedidos de empréstimos, relações, listas de remessas de gêneros e mapas. As cartas de ofício são correspondências que apresentam uma “estrutura textual formal, direta e mais rígida”, nas quais, são tratadas questões relativas à administração das conquistas pelos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (CONCEIÇÃO, 2015, p. 151), sendo tanto ativas, quanto passivas. As relações discriminam os produtos enviados do Estado do Grão-Pará para o suprimento dos Armazéns e das Boticas da capitania de Mato Grosso e das canoas de transporte que realizavam o seu traslado. As listas de remessas de gêneros e as provisões seguiram o mesmo percurso, sendo estas, enviadas pelo Almojarifado do Estado do Grão-Pará para o sustento de indígenas no trânsito das canoas e de tropas em campanha militar na defesa da capitania de Mato Grosso.

Ao todo, o corpus documental é composto por 80 cartas de ofício, 24 recibos de pedidos de empréstimo, 10 relações e 4 listas de remessas de gêneros. Todos os

documentos são manuscritos e se encontram digitalizados para consulta no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), localizado na cidade de Belém, em seis códices depositados no fundo *Correspondência de Diversos com o Governo*.

O circuito das correspondências se deu no sentido capitania de Mato Grosso - Estado do Grão-Pará. Devido à crise sanitária instituída pelo avanço da pandemia de Covid-19 no Brasil, não nos foi possível consultar o acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), localizado na cidade de Cuiabá. O acesso a essa documentação nos teria permitido realizar um cruzamento entre o epistolário dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. Para tanto, fizemos menção ao mesmo de forma indireta, através de referências encontradas na historiografia mato-grossense, mobilizada ao longo das discussões estabelecidas nos capítulos da dissertação.

As cartas de ofício foram organizadas em bancos de dados e em tabelas e gráficos. A sua análise quantitativa e qualitativa se deu a partir da eleição de grupos temáticos, a partir dos quais, foi possível mapear padrões e tendências, bem como a incidência e a importância desempenhada por cada conjunto no circuito interno da comunicação política dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (GIL; BARLETA, 2015, p. 451-452). Cada grupo temático se define pelos assuntos tratados nas correspondências veiculadas, sendo estes um total de quatro, distribuídos entre:

Defesa: Correspondências relativas às expedições de demarcação; tropas e destacamentos; fortalezas; campanhas militares; deserções; invasões estrangeiras.

Abastecimento: Correspondências que aludem ao trânsito de gêneros, de armas e de pessoas; mobilidade dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso; posse de cargos na administração colonial; circulação de informações.

Indígenas: Correspondências que dizem respeito a atuação das nações autóctones locais no exercício de funções nas canoas de transporte; navegação fluvial; reprodução do cotidiano da conquista; mão de obra indígena; canoas de transporte; mobilidade; deserções de tropas; fugas; guerras.

Crédito: Correspondências que fazem menção direta a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a solicitação de recursos financeiros para pagamento do soldo de tropas, prestação de serviços de indígenas nas canoas de transporte e defesa e despesas da capitania de Mato Grosso.

Os atores da comunicação constituem, ao todo, cinco governadores, sendo três da capitania de Mato Grosso, os governadores e capitães-generais D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763); João Pedro da Câmara (1765-1768) e Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772) e dois do Estado do Grão-Pará, os governadores e capitães-generais Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763) e Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772).

Os recibos de pedidos de empréstimo, as relações e as listas de remessas de pedidos de gêneros foram organizadas em tabelas e em gráficos. Os recibos de pedidos de empréstimos foram realizados junto aos Administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e assinados pelo provedor da Fazenda Real e Juiz de Fora do Estado do Grão-Pará Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1767-1772). As relações e as listas de remessas de pedidos de gêneros foram assinadas por militares dos destacamentos da capitania de Mato Grosso, entre os quais, o soldado Lourenço José de Sá; o capelão Lino Gularte Silva e o cabo de esquadra Bernardo Gomes.

A quantificação dos recursos investidos pela Administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) na comunicação fluvial estabelecida entre as praças mercantis de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade (edificação e reestruturação de fortalezas; pagamento de militares e de indígenas; abastecimento de canoas de transporte e de destacamentos; trânsito de correspondências etc.) contribuiu para o estreitamento das relações político-administrativas entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

Os gêneros (tecidos, algodão, alimentos etc.) e a artilharia (munição, fardamento, armas etc.) solicitados pelos militares sustentaram as suas jornadas pelas monções do norte; a subsistência física e material dos destacamentos militares e os provimentos de suas tropas com índios e escravizados africanos.

O debate historiográfico e a análise documental, foram contempladas em três capítulos. As discussões estabelecidas em cada capítulo foram orientadas por uma hipótese e um conceito historiográfico.

No primeiro capítulo, intitulado **Demarcando fronteiras: as políticas de conquista do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**, contextualizaremos os processos de conquista dos extremos Norte e Oeste da América portuguesa. As demarcações de limites entre os domínios luso e castelhano, previstos na assinatura do Tratado de Madri (1750) orientou as políticas de conquista ibéricas. Este movimento implicou a adoção de reformas político-

administrativas e econômicas que concorressem para a consolidação das fronteiras luso americanas: a) fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772/1774); b) criação da capitania de Mato Grosso (1748); c) institucionalização da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).

No segundo capítulo, intitulado **Distância, poder e posse: a comunicação política nos confins do Império português**, discutiremos a prática epistolar no Império português durante a segunda metade do século XVIII. Para tanto, articularemos a nossa discussão em torno de três eixos: a) a continentalidade do Império português; b) as nomeações e os provimentos de oficiais nas conquistas; c) a constituição da rota das monções do norte. As distâncias geográficas, o poder político e a posse territorial materializaram-se no discurso epistolar dos governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

Por conseguinte, no terceiro e último capítulo, intitulado **Circuitos fluviais: o epistolário dos governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso**, adentraremos na discussão das dinâmicas de defesa, de abastecimento e de usufruto da mão de obra indígena nas cartas oficiais dos governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. Daremos ênfase à circulação de bens e de pessoas pela rota das monções do norte e as suas implicações na governabilidade de ambas as unidades administrativas.

1 DEMARCANDO FRONTEIRAS: AS POLÍTICAS DE CONQUISTA DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E DA CAPITANIA DE MATO GROSSO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

As políticas de conquista implementadas nos extremos Norte e Oeste da América lusa de meados do século XVIII foram orientadas pela consolidação de suas fronteiras. A demarcação dos limites entre os domínios ibéricos, previstos na assinatura do Tratado de Madri (1750), consubstanciou o seu reordenamento político e administrativo culminando na criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772) e na capitania de Mato Grosso (1748).

A territorialização da bacia amazônica e a redução das nações indígenas caracterizaram as suas dinâmicas de ocupação e de povoamento. As povoações e as fortalezas edificadas nas margens dos rios e a civilização ameríndia viabilizaram a sua integração política e administrativa ao Império português em meados do século XVIII (CARDOSO, 2015, p. 396-397).

A condição limítrofe com os domínios castelhanos e a navegação fluvial, orientaram os processos de espacialização do poder régio no Estado do Grão-Pará e na capitania de Mato Grosso. O mapeamento dos seus percursos formativos nos permite refletir sobre como a Coroa portuguesa concebeu a importância desempenhada por cada jurisdição na administração interna da América e os seus impactos na tessitura da geopolítica imperial, levada a cabo, durante o século XVIII.

O objetivo deste capítulo reside em contextualizar os processos de estruturação político-territorial do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso e de criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Para tanto, mobilizaremos a historiografia amazônica e mato-grossense para discutir as suas políticas de conquista e de mapas para situarmos o nosso debate, geográfica e cronologicamente.

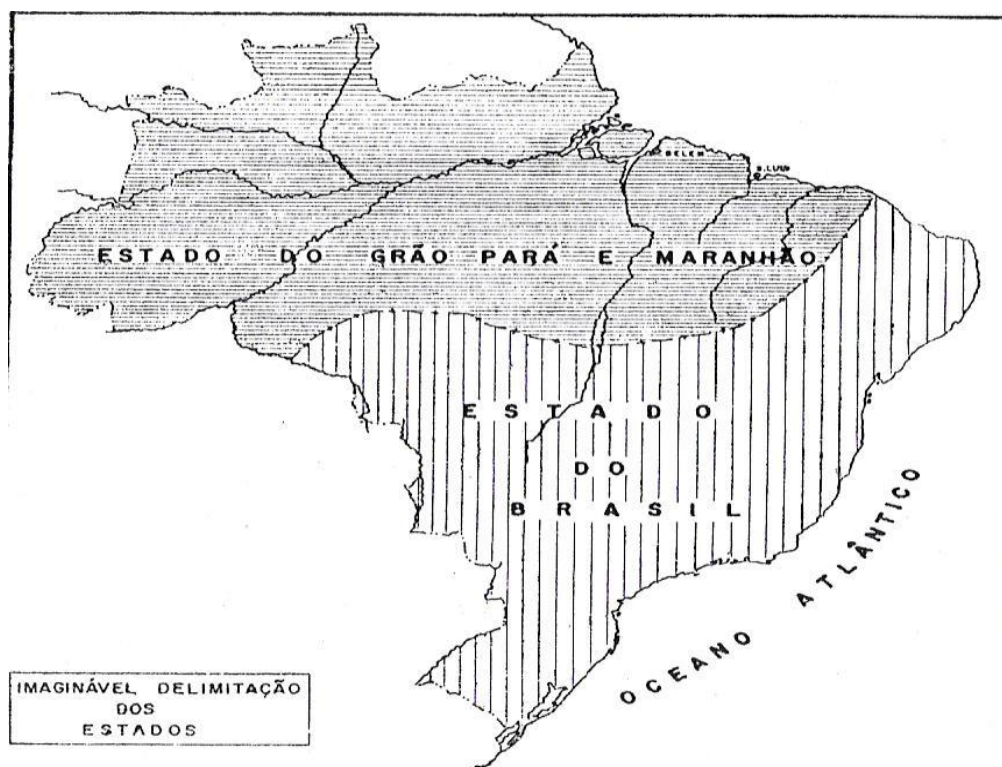
O conceito que norteia as nossas reflexões é o de “fronteira”, de Tamar Herzog. Compreendemos a consolidação dos limites entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, como um processo dinâmico e demarcado pelas experiências, os contatos e as interações cotidianas estabelecidas entre os distintos agentes da conquista (indígenas, missionários, sertanistas, negociantes, colonos etc.). Essas trocas informaram a reelaboração de mapas, de tratados e de acordos diplomáticos, formalizados entre as Cortes ibéricas na segunda metade do século XVIII (HERZOG, 2019, p. 9-10).

A hipótese levantada para este capítulo reside em conceber que foi a partir dos desdobramentos do projeto de expansão territorial capitaneado pela Coroa portuguesa, a partir de meados do século XVIII, que o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso foram estreitando os seus vínculos político-administrativos.

1.1 O Estado do Grão-Pará: espectro do reformismo

A fundação da capitania régia do Grão-Pará (1616) constituiu-se no cerne da conquista portuguesa do vale amazônico¹ entre os séculos XVII e XVIII. O seu estabelecimento na baía de Guajará (rios Guamá, Acará e Moju) consolidou a posse lusitana da bacia amazônica. Ao Norte, limitava-se com as terras do Cabo Norte² (rio Araguari), a Guiana Francesa (rio Oiapoque) e a Guiana Holandesa (rio Branco); ao Sul com a capitania de Mato Grosso (rios Madeira, Mamoré e Guaporé); a Oeste com a capitania de São José do Rio Negro (rio Negro) e a Província de Maynas (rio Javari) e a Leste, com a capitania do Maranhão (rio Itapecuru).

Mapa 1 - Estado do Grão-Pará e Maranhão (século XVIII)



Fonte: DIAS, M. N. *A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, v. 1, 1970.

¹ Compreende a atual região norte e parte do centro-oeste do Brasil (Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Mato Grosso).

² Atual estado do Amapá.

Renata Araújo afirma que a fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará e do Forte do Presépio (1616), pelo capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, demarcou o “processo efetivo de ocupação colonial da Amazônia”. Fundada na foz do rio Amazonas, Belém tornou-se o ponto de convergência da expansão lusa, tendo na navegação do rio Amazonas, o “eixo natural” de suas jornadas de conquista. O seu ordenamento geográfico e político, representava o poder e o domínio exercido pela Coroa portuguesa sobre o seu espaço, sendo a cidade de Belém, uma verdadeira *cidade-fortaleza* (ARAÚJO, 2003, p. 153).

O Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621-1751) foi criado durante o período de reinado de Filipe III (1598-1621) de Castela, no contexto da União Ibérica (1580-1640). A medida ratificou as particularidades da conquista portuguesa do vale amazônico. O seu governo era independente do Estado do Brasil e diretamente subordinado à Lisboa, tendo sua sede na cidade de São Luís, na qual, a capitania do Maranhão, exercia a função de “cabeça” de sua repartição. Neste período, a capitania do Grão-Pará, conformou-se como sua subalterna, sendo administrada por um capitão-mor. Entre 1652 e 1654, houve a sua parcial dissolução, em decorrência dos debates estabelecidos entre os oficiais da Câmara de Belém, que resultaram na fixação da residência (temporária) de seus governadores em Belém (SANTOS, 2010, p. 76).

As suas dinâmicas de ocupação e de povoamento, foram encaminhas de forma tardia (primeira metade do século XVII) e por questões geopolíticas (defesa e posse territorial), durante o seiscentos (CHAMBOULEYRON, 2016, p. 54-57). O estabelecimento do controle português sobre a navegação da bacia amazônica e a contenção do avanço francês, holandês e castelhano pelos seus afluentes, ensejou o desenvolvimento de campanhas militares que assegurassem a manutenção de sua posse pela Coroa portuguesa (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 77-81).

Entre meados do século XVII a meados do século XVIII, a expansão portuguesa no vale amazônico, foi garantida pela associação entre a cruz e a espada. As ordens religiosas (carmelitas, jesuítas, beneditinos e mercedários) que atuaram no processo de redução indígena, estabeleceram aldeamentos nos afluentes do rio Amazonas. Esses núcleos de povoamento, subsidiaram a ocupação territorial; o fornecimento de mão de obra indígena para a reprodução do cotidiano da conquista regional e o abastecimento da sociedade colonial de fronteira instituída no extremo Norte da América portuguesa (CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 23-24).

As jornadas empreendidas por sertanistas, militares, missionários e indígenas aos sertões, dilataram os domínios portugueses no vale amazônico (CHAMBOULEYRON, 2013, p. 87, 90). Neste processo, o sertão compreende, segundo Wania Alexandrino e André Pompeu, um “espaço do qual se retira todas as utilidades”. As conexões entre o “centro e o espaço do sertão”, eram estabelecidas por meio das expedições de coleta das especiarias florestais, conhecidas localmente como *drogas*, e das guerras travadas entre as tropas de particulares e as nações indígenas. Por conta disto, configura-se como um espaço fundamentalmente móvel e dinâmico, que congrega a designação de um “lugar distante dos grandes centros coloniais”, sendo demarcado pelas “relações sociais, as alianças, os conflitos e principalmente a arte da guerra”, articulada pelas nações indígenas, através da sua imersão na floresta (VIANA; POMPEU, 2015, p. 115).

A partir da segunda metade do século XVIII, a consolidação da posse territorial nos extremos da América, prevista na assinatura do Tratado de Madri (1750), redimensionou o projeto de conquista do vale amazônico. As suas implicações, ensejaram o reordenamento das relações políticas e administrativas, entre as capitânicas do Grão-Pará e do Maranhão. Esse processo, efetivou-se mediante a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772) e a transferência de sua sede administrativa da cidade de São Luís para a de Belém. A cidade de Belém, desempenhava papel estratégico na administração do extremo Norte da América, pois, confinava com os domínios franceses (Guiana Francesa) e castelhanos (Vice-reino do Peru); atuava como entreposto comercial e de comunicação com o Reino e viabilizava a expansão lusa para os sertões do vale amazônico (SANTOS, 2010, p. 77).

A posse da fronteira, o fomento à produtividade agroextrativista, a regulação da liberdade indígena e a militarização da bacia amazônica, constituíram-se na base do “programa de revitalização” de suas conquistas, a partir das medidas encaminhadas pelo governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) (SANTOS, 2011, p. 35-41, 56-58 e CHAVES, 2014, p. 222).

A capitania de São José do Rio Negro (1755) garantiu a efetivação da posse portuguesa da fronteira Oeste do vale amazônico como um projeto complementar às expedições de demarcação do Tratado de Madri (1750) (GÓMEZ GONZÁLEZ, 2014, p. 231). Além da dimensão geopolítica, a nova repartição assegurava o acesso às minas de Mato Grosso, via navegação Madeira-Mamoré-Guaporé, e a regulação da liberdade indígena patenteada no Diretório dos Índios (1757-1798) (REIS, 1989, p. 112-118 e SANTOS, 2012, p. 86-91).

Em conjunto com as capitanias do Maranhão e do Piauí, a de São José do Rio Negro manteve-se subordinada à jurisdição dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará, de 1751 a 1772. A reforma instituída pela Carta Régia de 20 de agosto 1772 e efetivada pela Provisão Régia de 9 de julho de 1774, dividiu o Estado do Grão-Pará e Maranhão em duas novas repartições: Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1774-1821) e Estado do Maranhão e Piauí (1774-1811). Ambas permaneceram independentes do Estado do Brasil e subordinadas a Lisboa até princípios do século XIX. A divisão político-administrativa manteve o Grão-Pará e o Maranhão, como as “cabeças” de suas repartições, tendo como seus subordinados ou subalternos, respectivamente, o Rio Negro e o Piauí (SANTOS, 2009, p. 206-208).

Em 1821, ocorreu a elevação da capitania do Rio Negro à condição de província, diante dos desdobramentos da Revolução do Porto (1820). Após a emancipação do Brasil (1822) e a adesão do Pará à Independência (1823), passou a ser designada como comarca do Alto Amazonas, mantendo-se subordinada ao Grão-Pará. A dissolução dos vínculos administrativos entre a província do Grão-Pará e a comarca do Alto Amazonas foi efetivada com a instituição da província do Amazonas (1850) (FREITAS, 2010, p. 75-84 e GREGÓRIO, 2016, p. 398-400).

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) dinamizou as relações comerciais estabelecidas entre o vale amazônico e o Reino, a partir do fomento à produtividade agroextrativista e da intensificação da importação de mão de obra escravizada africana (MATOS, 2021, p. 62-65).

O controle sobre o acesso e a distribuição da mão de obra indígena, foi objeto de intensas disputas entre a administração colonial, as ordens religiosas e os colonos que atuaram no vale amazônico entre os séculos XVII e XVIII. A legislação indigenista corrente, procurou conciliar os seus distintos interesses e atender as demandas do projeto de conquista da Coroa portuguesa (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 115-132).

Para José Alves de Souza Júnior, a consolidação da posse lusa do vale amazônico setecentista, consubstanciou o “velho projeto metropolitano de transformar os índios em colonos” durante a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 112).

A secularização dos aldeamentos jesuíticos e as demarcações entre os limites lusos e castelhanos no vale amazônico, “sabotaram” o projeto salvacionista dos inacianos. A perda do poder temporal exercido sobre os povos indígenas, desarticulou o controle que detinham sobre a distribuição de sua mão de obra, e, conseqüentemente, comprometeu a

“independência financeira” de sua ordem religiosa. Por conta disto, tornaram-se resistentes à concretização do projeto de conquista da Coroa portuguesa em meados do século XVIII (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 112).

A aversão indígena “à disciplina de tempo e de trabalho que lhes foi imposta pelos colonizadores leigos e eclesiásticos”, tornou inadequada, a exploração de sua força de trabalho, como mão de obra escrava, “já que, não tendo sido desenraizados, os índios, quando fugiam e se internavam na mata, da qual eram profundos conhecedores, dificultavam em muito a sua captura” (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 112).

A supressão do poder temporal dos jesuítas configurou-se como um “grande obstáculo à consecução de tal objetivo, pois lhe garantia maior controle do trabalho indígena”. A manutenção de seu poder espiritual era imprescindível para a administração colonial, haja vista, ser a catequização, um dos mecanismos empregados na consolidação da conquista territorial local (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 113).

De acordo com Mauro Coelho, a legislação indigenista (Leis de Liberdade, 1755 e Diretório dos Índios, 1757-1798), implementada pela administração colonial no vale amazônico, em meados do século XVIII, visou atender três objetivos: 1) sedentarizar os indígenas em unidades populacionais com vistas a promover a ocupação efetiva do território; 2) integrar os ameríndios à sociedade colonial por meio do trabalho e da difusão de valores da civilização europeia; 3) reforçar a autoridade régia por meio do ensino da Língua Portuguesa (COELHO, 2005, p. 153).

A associação entre matrimônio, pedagogia e trabalho foram os elementos que consubstanciaram a aplicação do Diretório dos Índios no vale amazônico, enquanto “empreendimento laico, no qual a experiência, o exemplo e a adoção de valores civis se tornaram preponderantes” (COELHO, 2005, p. 181-182).

A política do casamento interétnico visava consolidar o processo de ocupação e de povoamento da extensa zona de fronteira que configurava a jurisdição do Estado do Grão-Pará em meados do século XVIII. Para o Reino, representou a afirmação de sua “boa vontade” em “civilizar” as populações indígenas e para os colonos, conformou-se em vias de ascensão social no cenário da expansão colonial lusa, através da composição de alianças com os nativos; o usufruto de benesses concedidas pela administração colonial e a isenção de prestação de serviço militar. O ensino da Língua Portuguesa reafirmou o exercício da soberania régia na América, ao se configurar como um mecanismo de integração dos indígenas à sociedade colonial e de difusão da doutrina salvacionista cristã (COELHO, 2005, p. 182-186).

A expansão colonial lusa, tornou-se fundamentalmente dependente do estreitamento do controle sobre a navegação da bacia amazônica em meados do século XVIII. Para tanto, a militarização dos seus afluentes, através da edificação de fortalezas nos limites entre os domínios lusos e castelhanos, consubstanciaram a sua defesa territorial e o estabelecimento de povoações civis (BRITO, 2019, p. 122-123 e ARAÚJO, 2012, p. 53-56).

Segundo Graciete Costa, as fortalezas são definidas como “uma grande construção militar cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes, e, em geral, largamente intervaladas” (COSTA, 2016, p. 127). As suas obras de edificação, o provimento dos seus destacamentos e a condução das canoas de transporte que trafegavam pelos rios eram realizados com mão de obra indígena e africana (CAMILO, 2003, p. 143-149). Além da defesa militar, as suas estruturas atuavam como feitorias na constituição das redes de comércio lícitas e ilícitas (contrabando), entre as fronteiras lusa e castelhana. Os seus comandantes militares, eram fundamentais neste processo, por servirem como intermediários na constituição dos fluxos mercantis, estabelecidos no vale amazônico (CHAVES, 2016, p. 191-192 e BASTOS; LOPES, 2015, p. 92).

Entre as décadas de 1760 e 1770, os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará, investiram na construção de fortalezas pelos afluentes do rio Amazonas. Essas fortificações foram erigidas na capitania de São José do Rio Negro (São José de Maribatanas, 1762; São Gabriel da Cachoeira, 1763 e São Francisco Xavier de Tabatinga, 1770) e na capitania de São José de Macapá (São José de Macapá, 1764 e São Joaquim, 1778) (SANTOS, 2012, p. 111-120 e COSTA, 2018, p. 39).

As fortalezas de São José de Maribatanas (1762) e São Gabriel da Cachoeira, foram estabelecidas no alto rio Negro. A primeira, confinava com as fortalezas castelhanas de São Carlos e São Filipe. A segunda, guarnecia a entrada da fronteira Oeste do vale amazônico de campanhas militares castelhanas, provenientes dos rios Orinoco e Cassiquiari e servia como base de apoio às expedições de demarcação do Tratado de Madri (1750). De acordo com Francisco Santos, a única experiência de invasão vivenciada em seu front, se deu entre 1766 e 1767, em duas campanhas castelhanas que não chegaram a termo na região (SANTOS, 2012, p. 114).

A fortaleza de São Francisco Xavier de Tabatinga (1770), estabelecida no rio Javari, confinava com a Província de Maynas (dependência da Audiência de Quito) e resultou da estruturação de sua povoação homônima (1766). Este núcleo serviu como um enclave de

controle sobre o comércio de fronteira realizado entre os rios Javari e Solimões e para a urbanização regional: São Mathias e São Pedro (rio Solimões), incorporadas posteriormente ao Lugar de Castro de Avelãs e vila de Olivença; São Fernando do Içá (rio Putumayo) e Santo Antônio do Imarí e São Mathias (rio Japurá) (SANTOS, 2012, p. 115-116).

A Fortaleza de São José do Macapá (1764) dinamizou os processos de ocupação e de povoamento de sua vila homônima e estreitou o controle português sobre o acesso ao interior da América portuguesa, através da navegação da bacia amazônica (CAMILO, 2008, p. 241-243). A obra foi inaugurada em 3 de março de 1782, apesar de estar inacabada em suas repartições exteriores, tendo ainda no mesmo ano, a sua população acometida por uma epidemia de varíola (ARAÚJO, 1998, p. 193).

O Forte São Joaquim (1778), estabelecido no rio Branco, era abastecido com militares e armas provenientes da Fortaleza de São José de Macapá. O seu entreposto viabilizava a contenção do comércio ilícito (contrabando) de cativos ameríndios praticado por negociantes ingleses e holandeses e indígenas entre os rios Tacutu, Essequibo e Branco (FORTES, 2000, p. 164-165).

As relações de poder estabelecidas entre indígenas, autoridades coloniais, colonos, sertanistas etc., estruturam a implementação das políticas de conquista lusa no vale amazônico. As alianças, os acordos e os conflitos vivenciados na tessitura destas relações sistematizaram a consolidação da posse territorial de um espaço em contestação entre lusos e castelhanos ao longo da segunda metade do século XVIII.

A historiografia amazônica tem apreendido essas dinâmicas, a partir da consolidação da posse de suas fronteiras e dos embates entre missionários, autoridades coloniais e colonos pelo acesso à mão de obra indígena. De acordo com Patrícia Sampaio e Mauro Coelho, pode-se aventar a sua periodização, a partir de cinco momentos: a) século XVIII; b) princípios do século XX; c) décadas de 1940 e 1960; d) décadas de 1970 e 1980; e) pós 1990 (SAMPAIO; COELHO, 2013, p. 18).

Em um primeiro momento, prevaleceu a representação fabulosa da empresa de conquista dos sertões do vale amazônico e as relações de poder estabelecidas entre os portugueses e as suas distintas sociedades indígenas. As memórias do governador do Estado do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo (1718-1722), os registros do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e a compilação do militar Antônio Ladislau Monteiro Baena (1781 ou 1782 – 1850) são representativas deste movimento.

Bernardo Pereira de Berredo, em seus *Anais históricos do Estado do Maranhão*, destaca como foram processados os primeiros contatos entre portugueses e nativos, assim como o estabelecimento dos seus primeiros núcleos de povoamento (BERREDO, 1905). Já Alexandre Rodrigues Ferreira, no contexto de realização de sua *Viagem Filosófica* pelas capitanias do Grão-Pará, do Rio Negro e de Mato Grosso, entre 1784 e 1792, buscou detalhar as dinâmicas de ocupação e de povoamento regional, através das vilas e dos lugares erigidos pela administração colonial nos afluentes do rio Amazonas e das relações firmadas com as sociedades indígenas (FERREIRA, 2007). Essa perspectiva foi reforçada, em meados do século XIX, por Antônio Ladislau Monteiro Baena em seu *Compêndio das eras da província do Pará* (BAENA, 1969), no qual, mediante a construção de uma leitura parcial e factual do processo de conquista do extremo Norte, atribui aos portugueses, a sua agência histórica (SAMPAIO; COELHO, 2013, p. 18-19).

Ao longo do século XIX e princípios do século XX, a centralidade das disputas geopolíticas, vivenciadas entre as Cortes ibéricas, em torno da conquista do vale amazônico, é deslocada para a busca das “origens” do passado colonial amazônico. As obras produzidas por Domingos Antônio Raiol (1894), Teodoro Braga (1915) e Manoel Barata (1973), são elucidativas deste processo, ao se proporem, retomar as particularidades de suas dinâmicas de ocupação e de povoamento, mediante o uso do recurso narrativo e da permanência da agência histórica atribuída a figuras proeminentes na administração colonial, entre elas, militares, missionários e governadores.

A partir da década de 1940, a historiografia amazônica se tornou tributária das análises de Arthur César Ferreira Reis. Em suas obras, Arthur Reis, partiu da associação entre “ciência e civismo”, como apontam Ricardo Silva e Lademe Sousa, para refletir sobre a “construção de uma nacionalidade brasileira com a Amazônia integrada ao complexo nacional” (SILVA, 2020 e SOUSA, 2009).

Neste movimento, visou-se estabelecer conexões entre regiões díspares em suas experiências de conquista e enfatizar a ação da Coroa portuguesa como promotora das suas políticas coloniais. O seu espaço, concebido pela diversidade de relações estabelecidas entre índios, africanos e europeus, conformou-se como uma base para a busca do “sentido” de sua conquista pelos portugueses, entre os séculos XVII e XVIII (REIS, 1942; 1993a, 1993b e [1957] 1994).

Essas interações viabilizaram redimensionar o “lugar” ocupado pelo vale amazônico no quadro geral do Império português. O advento de estudos sobre as conexões mercantis, instituídas a partir do tráfico negreiro transatlântico e das relações

econômicas, pautadas em vínculos de dependência política e de exploração econômica entre Metrópole e Colônia (NOVAIS, 1995), o vale amazônico se consagrou como uma região “periférica” e isolada na América lusa (CARDOSO, 1984).

Essa assertiva foi apropriada por Manuel Nunes Dias e António Carreira, ao analisarem os impactos da atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no vale amazônico e a sua relação com a escravidão africana. O capital investido na empresa monopolista, teria dinamizado as dinâmicas de ocupação e de povoamento regional (DIAS, 1969, p. 315-357) e contribuído para a sua integração ao tripé do comércio colonial estabelecido entre a América, a África e o Reino em meados do século XVIII (CARREIRA, 1988).

O cenário de carestia e de isolamento atribuído ao vale amazônico, permaneceu como um paradigma na historiografia brasileira até fins da década de 1990. Essa mudança constituiu-se em um desdobramento da revisão do papel desempenhado pelos povos indígenas na política e na historiografia nacional, entre as décadas de 1970 e 1980.

O movimento indígena, intensificou a sua luta pelo exercício da cidadania e a garantia de direitos, destacadamente, os relacionados a posse de suas terras. O debate visava angariar a implementação de “políticas de reconhecimento” para as comunidades nativas, processo que foi ratificado com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (POMPA, 2014, p. 68-72).

Essa conquista política viabilizou problematizar as representações atribuídas aos povos indígenas na construção da história nacional brasileira e as análises que enfatizavam apenas o caráter reativo (fugas, morte, rebeldia etc.) das suas ações, diante do domínio colonial (ALMEIDA, 2017, p. 18-20). Os debates e as pesquisas interdisciplinares produzidas por historiadores, arqueólogos e antropólogos, ao longo da década de 1990, contribuíram, segundo Thiago Cavalcante, para a fundamentação histórica, etnológica e antropológica das suas demandas políticas, frente ao governo brasileiro e a consolidação de um novo campo de pesquisa acadêmica: a Nova História Indígena (CAVALCANTE, 2011, p. 351-353).

Esta vertente, se caracteriza, segundo Manuela Carneiro da Cunha, pela consciência que os indígenas têm acerca do desenvolvimento de sua própria história. Construída com os seus próprios pressupostos e a sua logística, os brancos, são concebidos como estrangeiros nas suas cosmologias (CUNHA, 1992, p. 18-19). As análises sobre a agência histórica indígena, permitiram com que se descurasse as dinâmicas de reprodução do

cotidiano da conquista a partir de dois eixos: a consolidação da posse de suas fronteiras e as políticas indígenas e indigenistas.

Os intercâmbios comercial e cultural estabelecidos entre indígenas, sertanistas, missionários e autoridades coloniais nos confins do Império português, sistematizaram as relações de poder que concorreram para a consolidação da posse lusa no vale amazônico. A redução ameríndia, realizada através dos *descimentos*, ou seja, do deslocamento de populações inteiras de suas aldeias de origem para os aldeamentos missionários, através de comum acordo estabelecido entre as suas lideranças (Principais indígenas) e os religiosos, viabiliza contatos e interações entre as culturas lusa e nativa. A resultante deste movimento, segundo Décio Guzmán, foi a “caboclicização dos autóctones amazônicos”, sendo este, “produto do processo de evangelização no vale amazônico” (GUZMAN, 2017, p. 58-60).

A navegação fluvial constituía-se na única “estrada” disponível no extremo Norte da América portuguesa setecentista. Os conhecimentos nativos eram imprescindíveis para a mobilidade regional, haja vista, ser a sua mão de obra empregada na fabricação das canoas de transporte nos aldeamentos missionários e nos estaleiros coloniais; na transposição dos rios e na ocupação de núcleos de povoamento estabelecidos às margens dos afluentes do rio Amazonas (DELSON, 2014, p. 1-6 e DELSON; MENG, 1995, p. 176-180). As experiências vivenciadas nas expedições de coleta das drogas dos sertões (POMPEU, 2021, p. 22-35 e ROLLER, 2013, p. 201-243); a territorialização da bacia amazônica (BRITO, 2019, p. 107-129) e as guerras de conquista encampadas pela Coroa portuguesa em prol do exercício de sua soberania (FERREIRA; VIANA, 2021, p. 1-23), fundamentaram a posse de uma fronteira dinâmica e em contínua.

A legislação indigenista buscou consolidar a ocupação e o povoamento da longa faixa de fronteira, contemplada pela jurisdição do Estado do Grão-Pará. Neste sentido, as Leis de Liberdade (1755) e o Diretório dos Índios (1757-1798) serviram como instrumentos de regulação do acesso à mão de obra indígena no vale amazônico. As experiências, os contatos e os conflitos estabelecidos entre colonos, autoridades coloniais, missionários e indígenas, conformaram o caráter colonial que estruturou a implementação das políticas de conquista lusa no vale amazônico de meados do século XVIII (COELHO, 2005 e SOUZA JÚNIOR, 2012).

Diante disto, a conquista portuguesa do vale amazônico no setecentos, constituiu-se como um processo singular, caracterizado pelas relações de poder estabelecidas entre indígenas, colonos, autoridades coloniais, sertanistas etc. que vivenciaram o seu

cotidiano. O traçado das fronteiras e o exercício da soberania régia portuguesa, foram articulados pelos negócios constituídos nos sertões, através da navegação fluvial, e, da negociação e dos conflitos diários estabelecidos entre estes sujeitos nos confins da América portuguesa.

O apresamento de mão de obra indígena e os conflitos de fronteira vivenciados nos extremos da América portuguesa, constituíram-se em vetores do processo de interiorização da sua conquista em meados do século XVIII. Com a descoberta das minas de ouro e de diamantes no rio Paraguai e a expansão das reduções jesuíticas castelhanas dos Moxos no rio Guaporé, tornou-se patente para a Coroa portuguesa, consolidar a sua presença em outra raia fronteiriça: o Oeste da América lusa. Passemos então, à análise da implementação de suas políticas de conquista.

1.2 A capitania de Mato Grosso: uma fronteira contestada

A capitania de Mato Grosso (1748) se configurou como um cinturão de defesa das pretensões lusas no rio Guaporé ao longo do setecentos. Estabelecida na sua margem esquerda, limitava-se ao Norte com às capitanias do Grão-Pará e de São José do Rio Negro; ao Sul com a capitania de São Paulo; a Oeste com as reduções jesuíticas castelhanas de Moxos (rio Guaporé) e de Chiquitos (rio Paraguai) e a Leste com a capitania de Goiás (sertões do interior) da América portuguesa (JESUS, 2011, p. 18 e MARQUES, 2011, p. 88-89).

Mapa 2 - Carta geografica da capitania de Mato Grosso e parte de suas confinantes que são ao norte a do Grão Pará, e governo do rio Negro, a leste a de Goyaz, ao sul a de S. Paulo, e a província d' Assumpção do Paraguay, e a oeste as províncias de Moxós e Chiquitos [1800].



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Acessado em 11/11/2021. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15530>.

A conquista lusa da fronteira Oeste da América, foi orientada por duas atividades predatórias: a exploração oficial e extraoficial das jazidas de ouro e de diamantes e o usufruto da mão de obra africana e ameríndia, empreendida por sertanistas e negociantes paulistas nos rios Paraguai e Guaporé, durante o século XVIII. As suas dinâmicas de ocupação e de povoamento, foram encaminhadas através do estabelecimento de dois núcleos urbanos: Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1719), posteriormente elevado à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e a capitania de Mato Grosso (1748) com sua capital sediada em Vila Bela da Santíssima Trindade (1752).

A partir da fundação da capitania de Mato Grosso (1748), a fronteira Oeste passou a contar com dois distritos ou termos: Cuiabá, com sede em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), no rio Paraguai, e Mato Grosso, com sua capital em Vila Bela da Santíssima Trindade, no rio Guaporé (JESUS, 2012, p. 94).

As políticas de conquista implementadas para os termos de Cuiabá (Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá) e de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) ao longo do século XVIII foram distintas, atendendo respectivamente, as questões minerais e geopolíticas que orientaram os seus processos de ocupação e de povoamento. Constituídas como “polos de poder”, cada distrito manteve conexões comerciais também distintas, sendo estas, orientadas para o extremo Norte (Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém) e para o litoral (Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, São Paulo e Rio de Janeiro) da América portuguesa (JESUS, 2012, p. 105).

A consolidação de sua posse territorial, tornou a conquista de seu espaço, uma via de reprodução dos conflitos geopolíticos, vivenciados entre lusos e castelhanos, durante a segunda metade do século XVIII, no interior da América portuguesa.

Este processo remonta à expansão colonial ibérica, levada a cabo por missionários jesuítas castelhanos e sertanistas e mineiros paulistas nas bacias amazônica e paraguaia, entre os séculos XVI e XVIII. O seu desbravamento fluvial, visava abastecer o mercado consumidor interno com mão de obra africana e indígena e dar vazão à exploração oficial e extraoficial das riquezas minerais encontradas nos seus afluentes. O apresamento indígena e a importação de mão de obra africana, constituíram-se em fontes de renda, para os sertanistas e os mineiros, ao empregá-los na lavragem das minas e na produção agropecuária, e em almas para a consecução do projeto salvacionista dos jesuítas

castelhanos, estabelecidos entre os rios Paraguai e Guaporé (CHAVES, 2000, p. 17-18 e LUCÍDIO, 2013, p. 131).

A política de conquista da fronteira Oeste da América meridional, foi iniciada pelos castelhanos, entre os séculos XVI e XVIII. Neste período, estabeleceram-se as cidades de Assunção (1541), capital da Província do Paraguai; Santa Cruz de la Sierra (1561), atual Bolívia; Ontiveros (1554); Cidade Real de Guairá (1557) e Vila Rica do Espírito Santo (1570) e às reduções jesuíticas de Chiquitos (1690-1767), entre os rios Mamoré, Guaporé e Paraguai e de Moxos (1680-1767), nos rios Mamoré, Beni e Guaporé (CARVALHO, 2011, p. 596).

A subsistência da sociedade colonial de fronteira instituída nestes espaços, dependia, tanto da redução dos povos indígenas, quanto da importação de africanos, entre os séculos XVII e XVIII. O extrativismo florestal, a pecuária e a mineração, fomentaram as dinâmicas de ocupação e de povoamento dos seus afluentes e o tensionamento das relações de poder entre as Coroas ibéricas.

Os rios Paraguai e Guaporé eram ocupados por uma diversidade de povos indígenas. Estes povos faziam parte dos grupos denominados Guaicurús e Paiaguás, com os quais, lusos e castelhanos, negociaram, guerrearam e comporão alianças. Os Guaicurús viviam nas duas margens do rio Paraguai e atuavam nos rios Pilcomayo, Yabereri, Jejuí e o Xaraiés (atual Pantanal). As suas redes comerciais abrangiam os negociantes castelhanos da Província de Tucumán (dependência da Audiência de Charcas) e os índios Paiaguás, Guaranis, Lengua-Juiadegés, Enimagá-Cochabots, Lules, Vilelas, Matamaco-Mataguayos, Naperuss e Guanás. Entre 1670 e 1760, travaram conflitos e negociações com os ibéricos, de modo a garantir a manutenção de suas territorialidades locais. A agricultura, a pecuária e o extrativismo constituíam-se na base de sua subsistência (LUCÍDIO, 2013, p. 77-78, 84-86).

Os Paiaguás, também conhecidos como “canoeiros”, dominavam a navegação fluvial dos rios Paraguai e Paraná e de seus afluentes Bremejo, Pilcomayo, Manduvirá, Tebiquiari e Taquari. O seu *modus vivendi* diferenciava-se dos demais povos indígenas locais por terem conquistado o “direito” sobre a livre navegação da margem esquerda do rio Paraguai através da força; pelo estabelecimento de alianças com povos indígenas ocupantes de ambas as margens do rio Paraguai e pelo seu etnocentrismo tribal.

Ao longo do século XVII, os Paiaguás condicionaram o processo de ocupação castelhana das margens do rio Paraguai, através de ataques direcionados aos aldeamentos indígenas, as canoas de transporte de sertanistas e as fazendas de colonos. As ervas e as

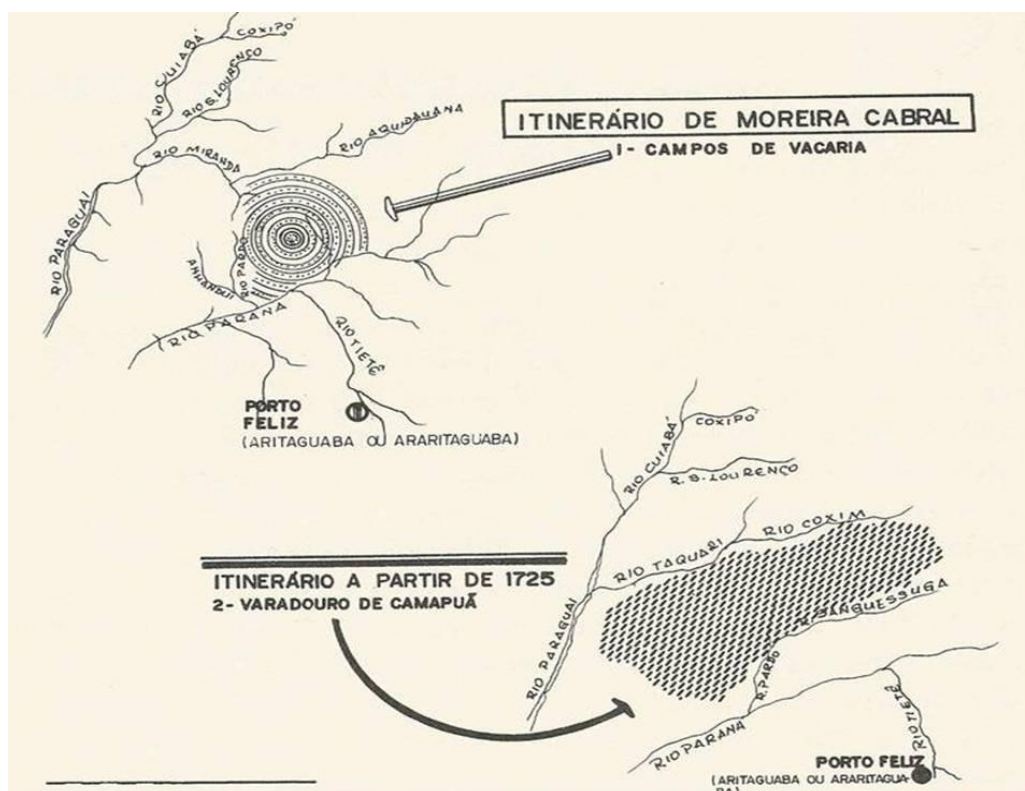
folhagens coletadas nos rios Paraguai e Tebiquiari, estruturavam as redes mercantis estabelecidas por jesuítas castelhanos das reduções de Chiquitos e por colonos castelhanos na fronteira Oeste da América meridional.

A pilhagem das canoas de transporte dos sertanistas, permitia-lhes redistribuir a mão de obra africana, por meio da sua venda a negociantes da cidade de Assunção, capital da Província do Paraguai. O controle exercido pelos índios Paiaguás, sobre a navegação da bacia paraguaia, tornou as jornadas de coleta das especiarias por índios aldeados nas reduções de Chiquitos e as rotas da interiorização da conquista lusa, dependente da composição de alianças e de guerras, entre jesuítas e colonos castelhanos, sertanistas e mineiros portugueses e as lideranças indígenas Paiaguás (LUCÍDIO, 2013, p. 92-94, 97 e RODRIGUES, 2015, p. 201-207).

Nas duas primeiras décadas do século XVIII, as entradas de bandeirantes aos rios Paraguai e Guaporé, tenderam a se intensificar, visando a redução do ‘braço’ ameríndio e a descoberta de veios auríferos. A expedição conduzida pelo sertanista Pascoal Moreira Cabral Leme (1718), ao rio Coxipó-mirim, constituiu-se no ponto de partida do processo de ocupação e de povoamento português do rio Paraguai. A sua jornada pela rota das monções³, teria resultado na edificação da Capela de São Gonçalo, às margens do referido rio, onde posteriormente, instalou-se o Arraial de Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1719) (JESUS, 2011 e BARROSO, 2015).

³ Rota fluvial que comunicava as capitânicas de Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro durante o século XVIII. O trajeto era realizado em canoas de transporte, conduzidas por indígenas, seguindo pelos rios Tietê-Paraná-Pardo-Anhanduí-Guaçu-Paraguai-São Lourenço-Cuiabá (HOLANDA, 2007, t. 1, p. 342-343).

Figura 1 - Itinerário de Moreira Cabral



Fonte: JORGE, O. da S. *Um estudo sobre a história de Mato Grosso*. Escola Técnica Federal: São Paulo, 1982, p. 14 apud BARROSO, L. da S. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)*. 103 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015, p. 22.

Neste contexto, teve início a inserção de africanos na fronteira Oeste da América portuguesa. Conforme destaca Otávio Chaves, nas expedições empreendidas ao rio Paraguai, durante a primeira metade do século XVIII, os africanos atuaram, no mapeamento das minas e na ocupação e no povoamento do distrito de Cuiabá. Nas canoas de transporte, dividiam espaço com os indígenas, servindo como “carregadores, cozinheiros e remadores” e, após o estabelecimento dos arraiais, se ocupavam da garimpagem das suas lavras, na construção das habitações e na fabricação de ferramentas, para o cultivo das lavouras (CHAVES, 2000, p. 29-30).

A proximidade geográfica existente entre as minas de Cuiabá e as missões castelhanas de Chiquitos, situadas, respectivamente, nas margens direita e esquerda do rio Paraguai, colocou em evidência a necessidade de a Coroa lusa estreitar o controle sobre a exploração de suas jazidas auríferas e diamantíferas e consolidar a sua ocupação territorial. Estas medidas conformaram a dilatação de seus domínios para o rio Guaporé, a partir do acirramento dos conflitos entre os sertanistas paulistas e os missionários

jesuítas castelhanos pelo acesso à mão de obra indígena e africana entre as décadas de 1720 e de 1740 (SILVA, 2018, p. 87-90).

As campanhas resultaram na descoberta de novos veios auríferos (Lavras do Sutil, Arraiais de Nossa Senhora da Conceição, Ribeirão, Jacé, Lavra do Mutuca, Minas do Alto Paraguai e Cocais, décadas de 1720 e 1730) e na espacialização do poder régio lusitano na fronteira Oeste da América (Vila de Nossa Senhora do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1727) (CHAVES, 2008, p. 31-38).

De acordo com Loiva Canova, a ocupação e o povoamento territorial das minas de Cuiabá, foram implementadas por meio da concessão de sesmarias à colonos e pela constituição de rotas de comércio com a capitania de São Paulo, via monções (CANOVA, 2012, p. 133-134). A agricultura, a pesca, a mineração e a pecuária bovina, concretizaram o abastecimento interno e a formação socioeconômica dos arraiais e das vilas, instituídas por sertanistas, mineiros, africanos e indígenas no rio Paraguai, durante a primeira metade do século XVIII (PLÍNIO DOS SANTOS, 2016, p. 58 e FERNANDES, 2011, p. 8-12).

A fundação da capitania de Mato Grosso (1748) consolidou a manutenção da posse portuguesa no rio Guaporé. A conjuntura das negociações diplomáticas em curso no Reino, desde a década de 1720, em torno da demarcação das fronteiras nos confins da América (Tratado de Madri, 1750) e a expansão colonial castelhana encaminhada pela redução indígena (missões de Chiquitos e de Moxos) entre às bacias amazônica e paraguaia, conformaram o cenário geopolítico de sua instalação na margem esquerda do rio Guaporé, em fins da primeira metade do século XVIII (FURTADO, 2017, p. 67-70).

As dinâmicas de ocupação e de povoamento levadas a cabo pela administração colonial na fronteira Oeste durante a segunda metade do século XVIII, foram articuladas por cinco eixos: a) territorialização das bacias amazônica e paraguaia; b) redução indígena; c) urbanização; d) cotidiano da conquista; e) espacialização do poder régio.

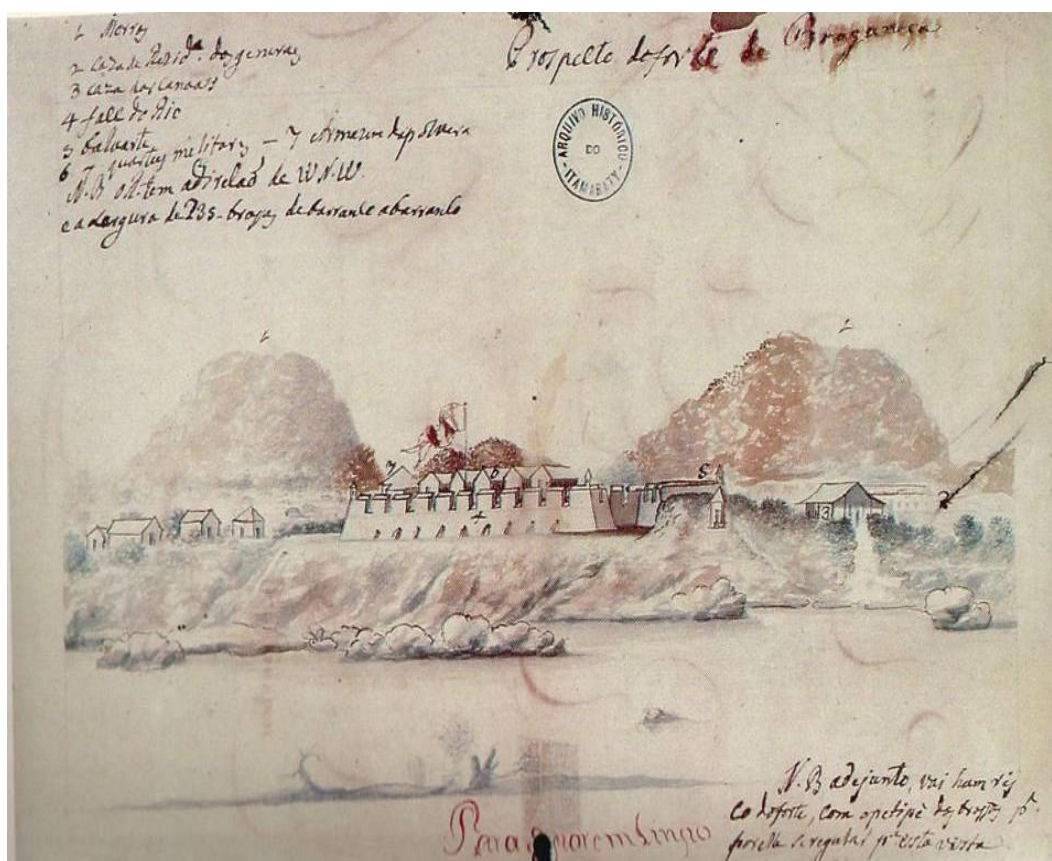
A consolidação da posse da fronteira Oeste da América portuguesa, se deu através do controle luso sobre a navegação, a defesa e o comércio, estabelecido nos rios Paraguai e Guaporé. A militarização de ambos os rios, consubstanciava a comunicação fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, via monções do norte, e, entre o Mato Grosso e a capitania de São Paulo, via monções; a manutenção da posse do marco natural estipulado no Tratado de Madri (1750), para as demarcações de limites na fronteira Oeste da América portuguesa e a defesa da fronteira sul da capitania de Mato Grosso (TULUX, 2012, p. 27).

De acordo com Lourismar Barroso, a edificação de fortalezas militares nos confins da América lusa, constituiu-se em um movimento de apropriação territorial das possessões pertencentes ao Império português. Na experiência de conquista da capitania de Mato Grosso, serviu como instrumento de defesa das minas de Cuiabá e no fomento ao comércio de fronteira estabelecido entre o Mato Grosso, o Grão-Pará e os domínios castelhanos (reduções de Moxos e de Chiquitos, Santa Cruz de la Sierra e Província do Paraguai) (BARROSO, 2015, p. 47).

Durante a segunda metade do século XVIII, foram erigidos na capitania de Mato Grosso, o fortim de Nossa Senhora da Conceição (1766), posteriormente reestruturado e renomeado Forte de Bragança (1769) e o Real Forte Príncipe da Beira (1776) no rio Guaporé; o Forte Coimbra (1775) no rio Paraguai e o Presídio de Miranda (1797) no rio Mondego (atual Miranda).

O fortim de Nossa Senhora da Conceição, resultou do estabelecimento de uma Guarda na margem esquerda do rio Guaporé, durante a administração de D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763), após a evacuação da aldeia de Santa Rosa, povoação administrada por jesuítas castelhanos. Passou à condição de fortaleza, a partir das obras empreendidas entre 1765 e 1766. Com a sua reestruturação, passou a ser designado Forte de Bragança (1769). A adoção da toponímia lusitana, como evidência Otávio Chaves, estava diretamente associada à política urbana e a consolidação do “símbolo da conquista portuguesa” no rio Guaporé (CHAVES, 2008, p. 136-137, 149).

Figura 2 - Forte de Bragança, 1769



Fonte: NUNES, J. M. de S. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 141 apud BARROSO, L. da S. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)*. 103 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015, p. 35.

Segundo Renata Araújo, “a construção do Forte Príncipe da Beira é o último gesto duma sucessão de atos de conquista e ocupação do vale do rio Guaporé por parte dos portugueses”, na segunda metade do século XVIII (ARAÚJO, 2000, p. 299). O Real Forte Príncipe da Beira (1776) dinamizaria as relações comerciais estabelecidas entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, através da navegação das monções do norte, e a constituição de um front de defesa da fronteira Oeste no rio Guaporé (BARROSO, 2015, p. 59).

Nas circunscrições do termo de Cuiabá (Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá), o Forte Coimbra (1775) e o Presídio de Miranda (1797), encampavam a contenção da expansão colonial castelhana, os ataques dos índios Guaicurus e a consolidação da ocupação e do povoamento na fronteira sul da capitania de Mato Grosso. A sua localização, como destaca Bruno Tulux, era estratégica para a consecução das demandas imperiais lusitanas, pois, viabilizava a “observação do território, a melhor localização

para ataque e defesa, a proteção contra enchentes e a possibilidade constituir lavouras para subsistência contingente militar” (TULUX, 2012, p. 38-39).

Os projetos de edificação destas fortalezas, seriam complementados pelo estabelecimento de povoações indígenas nas bacias amazônica e paraguaia. As vilas e os lugares, preconizados no Diretório dos Índios (1757-1798), além de consolidarem a expansão colonial lusa (ocupação e povoamento) e a integração ameríndia à sociedade colonial, sustentariam a manutenção dos seus destacamentos militares com a produtividade de suas roças; forneceriam mão de obra indígena para a condução das canoas de transporte e fomentariam a circulação de informações e o comércio legal e ilegal (contrabando), entre as fronteiras lusa e castelhana (BRITO, 2019, p. 118-119 e CHAVES, 2016, p. 197-199).

A urbanização dos rios Guaporé e Paraguai foram consolidadas pela instalação dos termos de Mato Grosso e de Cuiabá e de povoações indígenas ao longo do século XVIII. A espacialização do poder régio lusitano na capitania de Mato Grosso conformou-se pela exploração oficial e extraoficial das jazidas auríferas e diamantíferas no rio Paraguai (Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1727) e pela consolidação da posse da fronteira lusa (Vila Bela da Santíssima Trindade, 1752) no rio Guaporé.

A instalação do aparato administrativo nos termos de Cuiabá e de Mato Grosso visou atender as especificidades da conquista local, sendo condicionada pelas disputas geopolíticas vivenciadas entre as Coroas ibéricas. Os conflitos e as rivalidades protagonizadas pelos oficiais das câmaras de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade, informaram os jogos de poder que estruturam a governabilidade e o exercício da capitalidade na capitania de Mato Grosso, ao longo do setecentos (JESUS, 2011).

O projeto arquitetônico da vila-capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), reflete as projeções e o domínio apregoado na política urbana veiculada durante o período de reinado de D. José I (1750-1777). O discurso e o método que fundamentaram as suas representações espaciais, instrumentalizaram a dimensão geopolítica desempenhada pela nascente repartição administrativa no quadro geral do Império português: assegurar a manutenção da posse de uma longa zona de fronteira com os domínios castelhanos no rio Guaporé (ARAÚJO, 2000, p. 242-243).

A institucionalização do aparelho burocrático régio nas minas de Cuiabá, conformou-se por uma dinâmica de sobreposição fiscal. O seu espaço compreendia os rios Madeira, Guaporé, Paraguai e seus afluentes, estendendo-se para o Rio Grande

(Paraná) e o Grande Salto (Sete Quedas). A sua bacia demarcava as circunscrições político-administrativas da fronteira sul da capitania de Mato Grosso, tornando o rio Paraná, o divisor com a capitania de São Paulo; o rio Araguaia, para com a capitania de Goiás e a manutenção de um cenário de indefinição com o Estado do Grão-Pará (CANAVARROS, 2004, p. 13-16).

No que tange ao estabelecimento das povoações indígenas nos termos de Mato Grosso e de Cuiabá, a resistência indígena e a inexistente experiência de missionação lusa (primeira metade do século XVIII) nos rios Guaporé e Paraguai, tornaram a sua concretização, uma tarefa colossal para os seus governadores e capitães-generais, durante a segunda metade do século XVIII (BLAU, 2007, p. 96-97 e MARQUES, 2011, p. 54-55).

Entre 1750 e 1770, as políticas de ocupação e de povoamento territorial na capitania de Mato Grosso, voltaram-se para o rio Guaporé e os seus afluentes. Este movimento estava em consonância com os embates geopolíticos vivenciados entre as Cortes ibéricas, em voga com a não concretização das diretrizes do Tratado de Madri (1750), posteriormente, revogado pela assinatura do Tratado de El Pardo (1761).

Durante o período de governo de D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763) investiu-se no estabelecimento das reduções de Santa Anna, (1753, rio Guaporé); de São José e de São João (rio Mequéns, 1756). Estes aldeamentos foram ocupados por índios das nações Crituriás, Mequéns e Morés (CHAVES, 2008, p. 95-98).

Na administração de seu sucessor, João Pedro da Câmara (1765-1768), a expansão destes núcleos de povoamento foi pouco consistente, devido ao investimento no reforço das condições defensivas da capitania de Mato Grosso. Neste sentido, destacou-se o estabelecimento da Nova Aldeia de São Miguel (rio Guaporé, 1765), instalada nas adjacências do fortim de Nossa Senhora da Conceição, com índios provenientes do seu aldeamento jesuítico castelhano homônimo e a povoação do Balsemão (rio Madeira, 1765), na cachoeira do Girau, com índios Pamas (ARAÚJO, 2000, p. 307-308).

A partir do governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), incrementou-se a urbanização das monções do norte, com a elevação das suas povoações à condição de *Lugares*. De acordo com Raphael Bluteau, o “Lugar”, constituía-se em uma povoação de pequeno porte, sendo maior que uma aldeia (BLUTEAU, 1713, p. 202). A povoação de São José, tornou-se Lugar de Leomil; a de São João, Lugar de Lamego; a de Santa Anna, Lugar de Guimarães; o Sítio das Pedras, Destacamento de Palmela e a povoação de Balsemão, Lugar de Balsemão (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 14, doc. 850).

A partir de meados da década de 1770, a efetivação da posse territorial do rio Paraguai (Tratado de Santo Idelfonso, 1777), região de intersecção entre as bacias amazônica e platina, se tornou o centro de implementação das políticas de conquista na fronteira Oeste da América portuguesa. Durante o período de governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), sucessor de Luís Pinto de Sousa Coutinho, no governo de Mato Grosso, estabeleceram-se as povoações de Viseu (1776); Albuquerque (1778); Vila Maria do Paraguai (1778); Vila São Pedro D’el Rey (1781) e Casalvasco (1783) no rio Paraguai (JESUS, 2011, p. 27-28).

Essas reduções redimensionaram a comunicação fluvial entre o distrito de Cuiabá e a capitania de São Paulo, via monções, e, entre o distrito de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará, via monções do norte, ao atuarem como pousos para o abastecimento das canoas de transporte e no fornecimento de provisões para a subsistência dos destacamentos militares estabelecidos nos rios Paraguai e Guaporé.

A mineração e a exploração da mão de obra africana e ameríndia fundamentaram as dinâmicas de conquista lusa na fronteira Oeste da América portuguesa. As alianças, os negócios e os embates articulados por sertanistas paulistas, missionários jesuítas castelhanos, as distintas nações indígenas e os africanos estruturaram a manutenção de sua posse ao comporem uma sociedade de fronteira diversificada e dinâmica em meados do século XVIII.

A historiografia que dá conta das dinâmicas de conquista da capitania de Mato Grosso tem se pautado no debate sobre a consolidação da fronteira entre os domínios luso e castelhano, destacando-se os processos de ocupação e de povoamento dos rios Paraguai e Guaporé durante o século XVIII. Segundo Nauk Jesus, essas produções podem ser divididas em cinco momentos: a) século XVIII; b) primeira metade do século XX; c) décadas de 1970 e 1980; d) décadas de 1980 e 1990; d) pós 2000 (JESUS, 2012, p. 95-100).

O primeiro momento compreende as crônicas produzidas por sertanistas e negociantes que atuaram no apresamento de indígenas na constituição de redes mercantis e na ocupação de cargos na administração colonial estabelecida na capitania de Mato Grosso em meados do século XVIII. As informações cotejadas em seus textos consolidaram representações acerca dos sertões do interior da América lusa (natureza, fauna, flora, navegação fluvial etc.); as condições de vida de seus primeiros habitantes; os contatos, as tramas e os conflitos vivenciados entre sertanistas, povos indígenas e a administração colonial; os (des)mandos na exploração das jazidas auríferas e a

reprodução do cotidiano da conquista entre os termos de Cuiabá (Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá) e de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade).

Entre os seus cronistas destacam-se José Barbosa de Sá (1975), Joaquim da Costa Siqueira (2002); João Antônio Cabral Camelo (2002) e José Gonçalves da Fonseca (2001) que se tornaram, conforme destaca Nauk Jesus, “referências importantes para os trabalhos produzidos, sobretudo, até fins da década de 1990” sobre a capitania de Mato Grosso (JESUS, 2012, p. 95).

No início do século XX, a historiografia mato-grossense passa a discutir o processo de formação da fronteira Oeste da América portuguesa, a partir das interlocuções entre a história nacional e a história regional. A busca da “recuperação do passado” da conquista lusa, se deu mediante a eleição de heróis e do vislumbre de um futuro progressista, cristalizado em uma escrita ufanista que valorizou a gênese da autonomia local (FRANCO, 2009, p. 52-57).

Com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) em 1919, as produções de seus sócios buscaram consolidar a memória da conquista em Mato Grosso (LEOTTI, 2013). A sua elite intelectual tomou os bandeirantes, como protagonistas da expansão colonial portuguesa, sendo este, conforme destaca Verônica Silva, tanto o “precursor do cidadão mato-grossense”, quanto o “molde da sociedade local”, instituída na fronteira Oeste da América lusa (SILVA, 2018, p. 88-97). Entre os seus sócios mais proeminentes, destacaram-se Augusto Leverger (Barão de Melgaço) (2001) e Virgílio Corrêa Filho (1969).

A revisão desta perspectiva regionalista se deu a partir da fundação dos cursos de graduação em História no Estado de Mato Grosso, através implantação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da formação, em nível de pós-graduação, de alguns de seus docentes na Universidade de São Paulo (USP), a partir da década de 1970 (JESUS, 2012, p. 100).

As análises produzidas passaram a privilegiar as questões econômicas, tendo como cerne, as condições de ocupação e de povoamento de sua fronteira. Neste sentido, destacam-se os trabalhos de David Michael Davidson e de Luiza Rios Volpato. A análise de David Davidson constituiu-se em um trabalho pioneiro sobre a interiorização da conquista portuguesa na América durante o século XVIII, ao discutir como a navegação pela rota Madeira-Mamoré-Guaporé viabilizou a constituição de redes mercantis entre os negociantes de Belém, Vila Bela da Santíssima Trindade e Lisboa (DAVIDSON, 1970). Já Luiza Volpato, argumenta como as condições produtivas e de subsistência encontradas

no rio Guaporé, refletiam o cenário de pobreza generalizada que caracterizou a capitania de Mato Grosso, no século XVIII (VOLPATO, 1987).

A miséria atribuída à capitania de Mato Grosso, foi veiculada pela historiografia mato-grossense até princípios da década de 1990, quando as leituras acerca da composição de um mercado interno na fronteira Oeste e da atuação de seus distintos sujeitos na construção de seu espaço, tornaram-se pautas de debate.

Elmar Arruda, em sua análise sobre a formação do mercado interno em Mato Grosso, redimensionou o papel desempenhado pelas demais atividades econômicas (pesca, agricultura, pecuária etc.) na produção das suas riquezas, ao concebê-las como vias de aplicação do capital excedente da mineração. Esta dinâmica teria contribuído para contornar as flutuações de mercado e a irregularidade de abastecimento que caracterizaram as relações comerciais estabelecidas entre as capitanias de Mato Grosso, de São Paulo e do Rio de Janeiro e o Estado do Grão-Pará (ARRUDA, 1987).

Neste movimento, Carlos Rosa evidencia como as relações sociais e de poder instituídas entre escravos africanos, indígenas, colonos, autoridades coloniais e negociantes, ganham visibilidade no processo de ocupação e de povoamento de seu espaço, através de suas manifestações culturais e religiosas e das redes mercantis estabelecidas, durante o século XVIII (ROSA, 1996).

Em fins da década de 1990, com a criação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGH/UFMT) em 1999, as análises sobre a capitania de Mato Grosso, oscilaram entre a sua aproximação e o seu distanciamento das “teses da decadência, da itinerância e do antemural” na fronteira Oeste da América portuguesa. Não obstante, essa reorientação “têm permitido repensar a formação e a consolidação dessa área fronteira-mineira”, como bem destaca Nauk Jesus (JESUS, 2012, p. 105).

As tramas articuladas por índios, africanos, militares, autoridades coloniais e negociantes conformaram o cotidiano da conquista na fronteira Oeste da América lusa. A troca de saberes, a composição de alianças e os conflitos protagonizados por estes sujeitos, tornaram singular as experiências vivenciadas nos termos de Cuiabá e de Mato Grosso. Essas dinâmicas foram debatidas nos trabalhos de Nauk Maria de Jesus, Miksileide Pereira e Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos.

As práticas de cura e a instalação dos hospitais militares instituídos no termo de Mato Grosso, constituem-se nos debates realizados nas dissertações de mestrado de Nauk Jesus e de Miksileide Pereira. Nauk Jesus ressalta como os cuidados com o corpo e o

tratamento das doenças, a partir dos saberes indígenas e africanos, fundamentaram as dinâmicas de conquista da fronteira Oeste, no século XVIII (JESUS, 2001). Por sua vez, Miksileide Pereira, argumenta como os hospitais militares conformaram-se em espaços de reprodução das relações de poder na sociedade colonial estabelecida em Mato Grosso (PEREIRA, 2015).

O regime de trabalho imposto aos escravizados africanos na capitania de Mato Grosso foi cotejado na análise de Carlos dos Santos. A sua inserção na fronteira Oeste esteve associada ao desenvolvimento da mineração e da atividade agropecuária nos termos de Cuiabá e de Mato Grosso. Neste processo, condicionaram o seu escoamento produtivo através das fugas e da formação de quilombos; da abertura de rotas de comércio fluvial e terrestre com o extremo Norte e o litoral da América portuguesa e da consolidação de sua posse, mediante a sua ocupação e o seu povoamento territorial, entre os séculos XVIII e XIX (PLÍNIO DOS SANTOS, 2016, p. 52-70).

Assim como o Estado do Grão-Pará, a capitania de Mato Grosso teve na sua configuração fronteiriça e militar, os condicionantes de sua política de conquista ao longo do século XVIII. A integração político-administrativa entre as suas fronteiras foi viabilizada pelo estabelecimento de sua comunicação fluvial, via Madeira-Mamoré-Guaporé. Este corredor permitiu com que se escoasse a produção de seus aldeamentos indígenas, articulassem a defesa territorial de suas repartições e constituíssem redes mercantis, a partir do circuito interno das correspondências oficiais trocadas entre os seus governadores e capitães-generais (RIBEIRO, 2020, p. 382).

As conexões estabelecidas entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade concorreram para o reforço da ocupação territorial e a integração entre os extremos Norte e Oeste da América ao Império português. Neste processo, a conjugação de suas dinâmicas econômicas (contrabando e agro extrativismo) e o cenário político régio (reorientação da política colonial) ensejaram a constituição da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).

Essa empresa mercantil, a qual abordaremos no subitem a seguir, contribuiu de modo sistemático, para o atendimento das demandas comerciais e a comunicação epistolar estabelecida entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, durante a segunda metade do século XVIII.

1.3 A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

A segunda metade do século XVIII no Império português caracterizou-se pelo reordenamento das relações de poder entre o Centro e as suas conquistas ultramarinas. As reformas econômicas, políticas e administrativas implementadas durante o período de reinado de D. José I (1750-1777), sob a coordenação do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, reforçaram a centralização política da monarquia portuguesa e a integração comercial entre os seus domínios (RODRIGUES, 2006, p. 147-149).

Estas medidas responderam as demandas de uma conjuntura específica vivenciada no Reino de Portugal de meados do século XVIII, quais sejam, a eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e o terremoto de Lisboa (1755). Somado a isto, contribuíram de modo significativo, as reflexões do marquês de Pombal e as “de um conjunto mais ou menos numeroso de membros da elite reinol, preocupados com o atraso português em face das potências europeias e em definir medidas que o superassem” (SAMPAIO, 2015, p. 38).

Segundo Kenneth Maxwell, os acordos comerciais firmados entre as Coroas portuguesa e britânica, entre os séculos XVII (Tratado de Paz e Aliança, 1654) e XVIII (Tratado de Methuen, 1703), estruturaram o “estado de dependência semicolonial” lusa na época moderna. Esse cenário orientou o sustento das finanças régias para o comércio colonial. Os negócios legais e ilegais, praticados pelos negociantes do Reino, da América e da Inglaterra, articularam redes de poder e de mercado entre as suas praças comerciais. As linhas de crédito e a maior disponibilidade de recursos, favoreceram os mercadores ingleses e estrangeiros nas transações realizadas entre Lisboa e o Atlântico Sul. Esta dinâmica contribuiu para a “desnacionalização do comércio luso brasileiro”, sendo, por conseguinte, prejudicial aos “interesses estabelecidos tanto na metrópole como na colônia” (MAXWELL, 1996, p. 42-46).

As finanças régias, tornaram-se fundamentalmente dependentes dos recursos provenientes do comércio colonial Atlântico ao longo do século XVIII. Com a perda do controle sobre as rotas de comércio no Oriente e a ascensão de mercado do tabaco, do açúcar e do ouro na América, em fins do século XVII e princípios do século XVIII, as finanças régias, passam a se sustentar pelo mercado luso americano (PEDREIRA, 2010, p. 70-74).

A reconstrução da cidade de Lisboa, após o terremoto de 1755, visibilizou as condições econômicas, políticas e comerciais, com as quais, o Reino de Portugal concorria com as demais monarquias europeias, tanto em seus processos de expansão

ultramarina quanto na competitividade de mercado. A modernização de sua capital, garantia a integração entre os mercados consumidores internacional e ultramarino, sendo o seu porto, um entreposto de redistribuição dos gêneros provenientes da América na Europa, durante o setecentos (MAXWELL, 1996, p. 40).

A eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) tensionou as relações políticas e comerciais entre Portugal, Castela, França e Inglaterra. A manutenção da posse territorial e o guarnecimento das fronteiras entre os seus domínios na América, condicionaram as políticas coloniais implementadas em tempos de guerra. Franceses e ingleses disputaram o controle sobre o acesso ao vale do Ohio e a extensão do Canadá. Portugueses e espanhóis lutavam pela manutenção da posse da Colônia do Sacramento e das ilhas caribenhas, por onde se escoava a produção mineradora e agrícola de seus domínios. Estes territórios estavam integrados às redes comerciais europeias, dinâmica que tornou a América ibérica, um espaço de extensão do conflito geopolítico vivenciado na Europa (SILVA, 2020, p. 35-40).

A campanha militar empreendida pelos ingleses sob o Canadá, e as ilhas de Havana e de Manila, desencadeou o alinhamento diplomático entre franceses e espanhóis na retomada do Pacto de Família (1763) como estratégia de combate ao inimigo comum: os ingleses. No Império português, a situação vivenciada não foi distinta. A tentativa de manter uma política de neutralidade diante do desenvolvimento do conflito, se tornou insustentável, devido aos acordos comerciais estabelecidos com os ingleses e a demanda militar de defesa de seus domínios nos extremos da América (BRITO, 2018, p. 109-112).

Diante deste cenário, a revitalização imperial portuguesa, foi aventada, durante o ministério pombalino, pela adoção de uma política econômica de feições mercantis, orientada pelo estreitamento do controle régio sobre o comércio colonial, a dissolução de sua dependência comercial em relação à Inglaterra e o estabelecimento de companhias comerciais (FALCON, 2005, p. 21-24 e MAXWELL, 2001, p. 21-23).

A sua base doutrinal estava fundamentada no mercantilismo tardio, na aritmética política e no cameralismo germânico (CARDOSO, 2012, p. 69). O fomento à atividade industrial se processou tanto nas conquistas quanto no Reino, através do processo de criação de Companhias de Comércio, destacando-se entre elas, a Companhia de Comércio da Ásia (1753); Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755); Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759); Companhia de Moçambique (1766), com atuação no ultramar, e, Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756) e Companhia

das Pescas do Algarve (1773), com exercício no Reino de Portugal (DORADO RODRIGUES, 2008, p. 48).

A experiência comercial portuguesa se distinguiu de suas demais congêneres europeias (inglesa, holandesa e francesa) pela flexibilidade na constituição de seus fundos de investimento mercantil e pela reprodução das hierarquias estamentais da sociedade de Antigo Regime portuguesa nos trópicos (FRAGOSO; GUEDES, 2017, p. 7-8).

O Reino de Portugal não dispunha de recursos suficientes para custear a criação e a manutenção de seus empreendimentos mercantis no ultramar (FRAGOSO; FLORENTINO, 1993, p. 28). Diante disto, recorrer a associação entre o capital régio e o capital privado, constituiu-se em uma via de consecução de seus intentos comerciais. Esta prática, como evidência Antônio Carlos Jucá, constituía-se em um componente estrutural da “arquitetura mercantil aberta” em vigor no Império português e acabou por favorecer, o “fortalecimento da elite mercantil lisboeta”, de meados do século XVIII (SAMPAIO, 2015, p. 44-45).

O investimento de capital dos negociantes lisboetas nos empreendimentos régios, se revertia na “acumulação de capitais para esse mesmo grupo”, através da arrematação de contratos de monopólio. Os contratos de monopólio eram uma das principais fontes de renda da Coroa portuguesa, por serem concedidos de forma temporária, através da sua arrematação em leilões públicos. Estes, dividiam-se em dois tipos: estancos régios e arrematação de impostos. Os contratos de estancos régios eram diversos, e, entre os mais destacados, encontrava-se o de comercialização de gêneros coloniais (tabaco, diamantes, pau-brasil etc.), o qual, a Coroa explorava de forma indireta, através da sua concessão à particulares “em troca de uma remuneração”. Os contratos de arrematação de impostos, incidiam sobre a cobrança de tributos que eram reguladas por concessão à particulares, “em troca de um rendimento fixo” (SAMPAIO, 2015, p. 47).

A oferta de maiores lances nos leilões, a inserção em redes de clientela e a ocupação de cargos na administração imperial eram fatores que contribuíram para a composição da elite mercantil luso americana. A nobilitação aristocrática e a distinção entre comércio de grosso trato e de retalho no vocabulário social da sociedade de Antigo Regime portuguesa, consubstanciou a ascensão política e econômica dos seus negociantes, em meados do século XVIII (SAMPAIO, 2014, p. 78).

No vale amazônico, as reformas econômicas pombalinas tomaram forma com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), durante a administração do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará

Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Segundo Frederik Matos, a necessidade de contornar a falta de mão de obra indígena, em decorrência das epidemias de varíola e de sarampo que assolaram a região entre fins do século XVII e meados do século XVIII; a importação de mão de obra africana; o fomento à produtividade regional; o aumento da arrecadação tributária e o fim do monopólio exercido pelos missionários jesuítas sobre a distribuição da mão de obra indígena, foram os argumentos sustentados por Mendonça Furtado para a constituição da empresa mercantil (MATOS, 2019, p. 19-20).

Devido a perda do poder temporal, exercido pelos inacianos sobre a redução das nações indígenas, decorrente da implementação das Leis de liberdade indígena (1755), estes religiosos passaram a investir no contrabando de ouro realizado entre o Grão-Pará e o Mato Grosso e na oposição as medidas implementadas na administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, destacadamente no que diz respeito a expansão do povoamento, através da fundação de vilas e do confisco dos bens da sua ordem (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 123-130).

O patrimônio acumulado pelos jesuítas era avultado e diversificado (Engenhos, Fazendas, comércio de especiarias e agiotagem), sendo proveniente da autorregulação financeira dos aldeamentos estabelecidos no ultramar português e da irregularidade de transferência de recursos do Padroado para as atividades catequéticas (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 193-202).

A medida visava prover a Coroa portuguesa com recursos econômicos através da venda dos bens da Companhia de Jesus a moradores do Estado do Grão-Pará e Maranhão; aumento de suas posses; laicização da propriedade da terra e fomento à produção agrícola. A trama das negociações, como atesta José Alves de Sousa Júnior, ensejou o fortalecimento e a ascensão de uma elite leiga de funcionários-proprietários-negociantes que estavam oficialmente vinculadas à máquina burocrática local (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 215-224).

O estabelecimento da empresa se deu por meio da assinatura de 11 pessoas, majoritariamente provenientes da alta nobreza portuguesa, sendo elas: Sebastião José de Carvalho e Mello; Rodrigo de Sande e Vasconcellos; Domingos de Bastos Vianna; Bento José Alvares, João Francisco da Cruz, João de Araújo Lima, José da Costa Ribeiro, Antônio dos Santos Pinto, Estevão José de Almeida, Manuel Ferreira da Costa e José Francisco da Cruz (Artigo 55, Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755).

A aprovação do rei D. José I (1750-1777) para a sua implementação, acarretou para os seus administradores, a execução de atribuições relativas à consecução dos interesses da Coroa portuguesa no ultramar, entre os quais, a defesa, o fisco e o comércio.

À sua Junta Administrativa, coube investir na militarização da bacia amazônica; saldar o pagamento das folhas secular e eclesiástica e administrar os seus estaleiros, armazéns e fortes. Os seus subsídios eram provenientes da reposição dos custos dispendidos pela Fazenda Real de suas repartições com o capital adquirido ao longo da vigência do seu monopólio. Os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará, ficaram responsáveis pela manutenção da ordem colonial e pela interlocução, entre as demandas locais e a Junta instituída no Reino (DIAS, 1967, p. 108-110).

O seu regime monopolista viabilizou a redução dos custos da Fazenda Real com a manutenção de seus domínios ultramarinos e contribuiu para a implementação do reordenamento da política de conquista e de povoamento do vale amazônico (MATOS, 2019, p. 69-71).

Conforme destaca Adilson Brito, a percepção das autoridades coloniais sobre a atuação da empresa mercantil no extremo Norte da América lusa, incidia na revitalização de sua produção, através do fomento à produtividade agro extrativa e do estreitamento do comércio com as praças mercantis das capitanias mineiras de Mato Grosso e de Goiás. Essas redes viabilizariam a integração entre os mercados consumidores colonial e imperial, através do escoamento do ouro e dos diamantes lavrados em suas minas e dos gêneros da terra, cultivados e coletados na floresta amazônica, pelos portos de Belém e de São Luís (BRITO, 2016, p. 110-113).

A atuação da empresa no vale amazônico, tornava desigual as relações estabelecidas entre os negociantes de ambos os lados do Atlântico, tendendo ao favorecimento dos mercadores do Reino. Os avultados cabedais, investidos pelos mercadores do Reino, nas ações da empresa monopolista, tiveram a sua contrapartida mercantil, na composição de um sistema de transações (manufaturas, gêneros e mão de obra africana) entre o Reino e o extremo Norte da América portuguesa.

O endividamento dos negociantes do vale amazônico, mediante a contração de empréstimos junto à Administração da Companhia de Comércio, intensificou-se, visando equilibrar a concorrência comercial e a aquisição de insumos, para investimento na atividade de coleta das drogas dos sertões e na produção agrícola. Essa produção era revertida no abastecimento das frotas da empresa monopolista, como mecanismo de saldo

das dívidas contraídas com os seus administradores e na contenção dos seus descaminhos (Projeto Resgate - AHU - Pará, cx. 36, doc. 3347).

As isenções fiscais e a injeção de recursos, que moldaram o regime de atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, buscaram consolidar, em escala mercantil, a integração comercial, entre o Reino e os confins da América portuguesa. Os investimentos realizados, subsidiaram a interiorização da conquista portuguesa, através da territorialização da bacia amazônica (fortalezas, destacamentos, povoações civis e pousos) e da articulação entre os mercados consumidores do Reino (Lisboa), do Estado do Grão-Pará (Belém) e da capitania de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade), em meados do século XVIII.

A historiografia que discute a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), tem enfatizado três dinâmicas: a) o impacto econômico de sua criação; b) a reprodução das relações comerciais entre o Reino e as suas possessões, a partir da circulação de bens e de gêneros; c) as trajetórias de negociantes de grosso trato.

O debate acerca do impacto econômico decorrente da atuação no Império português, foi a primeira vertente de análise que se consolidou na historiografia brasileira, entre as décadas de 1970 e 1980. Neste contexto, as suas produções buscaram dar conta da verticalidade das relações de poder estabelecidas entre Centro e Periferia e a natureza mercantil da colonização dos confins da América portuguesa durante a segunda metade do século XVIII. Essas prerrogativas foram cristalizadas nos trabalhos de Manuel Nunes Dias, Ciro Flamarion Cardoso e António Carreira.

Manuel Nunes Dias defendeu em trabalho pioneiro, em fins da década de 1960, a associação entre a atuação da Companhia Geral de Comércio e a conquista do vale amazônico. Tais movimentos desdobraram-se no revigoreamento de sua produção econômica, na sua atualização histórica e na consolidação de sua ocupação e de seu povoamento territorial.

A sua inserção nos circuitos comerciais do tráfico negreiro, permitiriam a Coroa portuguesa, capitalizar a exploração de suas riquezas, a partir do fomento à produtividade agrícola e a intensificação da importação de mão de obra escravizada africana. Para Nunes Dias, ambos os movimentos, tornariam a sua experiência de conquista, mais próxima da vivenciada no litoral da América, com o estabelecimento de *plantations* e de uma produção agrícola substancial, no atendimento do exclusivo metropolitano régio (DIAS, 1969, p. 315-357).

Em meados da década de 1980, a ação revitalizadora atribuída à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, começa a ser relativizada, o que, no entanto, não se faz, sem se perder de vista, a posição “periférica” ocupada pelo vale amazônico no Império português. Ciro Flamarion Cardoso em sua obra *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas*, circunscreve a criação da Companhia Geral de Comércio, como uma das medidas capitaneadas pelo pacote de reformas projetadas pelo marquês de Pombal para o vale amazônico.

As suas atividades tensionaram o incremento das atividades econômicas locais com a importação de mão de obra africana, no entanto, devido as condicionantes materiais, geográficas e econômicas locais, a rentabilidade almejada não teria sido concretizada. Os impactos de sua atuação teriam sido mais substanciais na capitania do Maranhão do que na do Grão-Pará, haja vista, a sua inserção nas rotas comerciais do tráfico negreiro atlântico e a importação de sua mão de obra, terem sido mais substanciais, durante o século XVIII (CARDOSO, 1984, p. 112-114).

Ainda se tratando deste contexto e da abordagem em torno do tráfico negreiro, pode-se destacar o estudo produzido por Antônio Carreira em torno da configuração do tripé comercial formado por Portugal, África e América entre os séculos XVII e XVIII. As suas análises acerca da atuação da Companhia Geral de Comércio neste circuito mercantil, se fundamentou no amplo levantamento documental realizado diretamente nos livros de registro da empresa, depositados nos arquivos portugueses e em torno dos embates que conformaram a sua criação.

Estes dados lhe permitiram cotejar as dimensões econômicas do seu empreendimento e as nuances de configuração de sua estrutura administrativa. Ao Reino, cabia a redistribuição dos bens e das mercadorias no mercado consumidor europeu; à costa africana, o fornecimento de mão de obra escravizada africana, e, à América, a produtividade de suas *plantations*. No bojo deste movimento, Carreira faz alusão a atuação da Companhia Geral de Comércio, como subsidiária da política militar empreendida pela Coroa portuguesa nos extremos Norte e Oeste da América, a partir da institucionalização de um mercado consumidor pelas rotas atlânticas e do abastecimento de seus limites com remessas de gêneros, de provisões de escravizados africanos (CARREIRA, 1988, p. 91-96).

A partir do início do século XX, os estudos sobre as conexões mercantis no Império português, abriram espaço para a revisão das relações políticas e de poder estabelecidas entre o Reino e as suas conquistas, durante a época moderna (ALENCASTRO, 2000 e

FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001). Esse redimensionamento permitiu com que as análises em torno da consolidação da posse do vale amazônico, até então, concebido como uma região isolada, sem inserção nos circuitos dinâmicos de trocas comerciais atlânticas e de ocupação e de povoamento tardio (século XVII), passassem a discutir as especificidades de sua integração comercial ao Império português, na época moderna (CHAMBOULEYRON, 2008, p. 187-189).

Essa dinamicidade pode ser apreendida a partir de dois eixos: a integração entre os mercados consumidores imperial e colonial e a circulação de mercadorias. Luís Felipe de Alencastro, parte da análise dos circuitos mercantis estabelecidos pelo tráfico negreiro transatlântico (Cacheu, Bissau e o vale amazônico) para compreender as conexões comerciais que estruturaram a formação do Atlântico português em meados do século XVIII. Os subsídios da produção têxtil cabo-verdiana fomentaram a inserção de escravizados africanos nas capitânicas do Grão-Pará e do Maranhão durante o período de vigência da Companhia Geral de Comércio. Em suma, Alencastro defende que a atuação da empresa no extremo Norte da América teve por objetivo “reintroduzir os interesses metropolitanos nas áreas portuguesas conquistadas pelo comércio luso brasileiro” (ALENCASTRO, 2010, p. 116, 122, 135-136).

A formação imperial portuguesa, constituída por um processo em rede, teve no comércio colonial, o sustentáculo das bases de integração entre o Reino e as suas conquistas. Ao longo de seu desenvolvimento, como evidência Stuart Schwartz, a Companhia Geral de Comércio, atuou no contato estabelecido entre o Centro e o vale amazônico, a partir da importação de mão de obra escravizada africana e da sistematização do controle sobre o fluxo de exportação de especiarias regionais para o mercado consumidor europeu, no qual, a praça mercantil lisboeta, atuou como um entreposto de redistribuição (SCHWARTZ, 2010, p. 42-43).

A mão de obra africana e as mercadorias, transacionadas nas frotas mercantis da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estruturaram carreiras marítimas, a abertura de linhas de crédito e a instrumentalização da política econômica pombalina nos confins da América portuguesa. Maria Regina Celeste Gomes da Silva, em sua discussão acerca do tráfico negreiro para a capitania do Maranhão em meados do século XVIII, argumenta que a empresa monopolista, materializou a ideologia mercantil régia no vale amazônico. Apesar de reconhecer a importância dos seus fluxos comerciais, Maria Celeste defende que os esforços e os investimentos realizados no extremo Norte da

América portuguesa, não teriam conseguido sanar a pobreza e a estagnação que caracterizaram o cenário da conquista lusa, no setecentos (SILVA, 2010, p. 41-45).

Um contraponto a esta perspectiva, se apresenta nas análises de Kézia Lima, acerca da inserção da mão de obra africana, com subsídios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na capitania de São José do Rio Negro, entre meados do século XVIII a princípios do século XIX. O seu regime de importação, impactou, não apenas a sua produtividade regional, subsidiada pela coexistência entre o extrativismo e a agricultura, mas, também, na reelaboração das suas identidades étnicas. Diante disso, as distinções estatutárias e hierárquicas que regulavam as relações de trabalho e a liberdade entre povos indígenas e escravizados africanos, “possibilitou a existência de índios proprietários de negros escravos” na capitania de São José do Rio Negro, em meados do século XVIII (LIMA, 2018, p. 41-43, 62).

No que diz respeito a circulação de bens, Danielle Sanches de Almeida destacou como o comércio de medicamentos entre o Reino e os confins da América portuguesa de meados do século XVIII a princípios do século XIX, conformou a interação entre saberes medicinais e a articulação de redes mercantis. Essas trocas, viabilizaram a configuração de alianças políticas que concorreram para a conquista lusitana das terras d’além mar, mediante a sua inserção nas rotas trans imperiais. No seu fluxo, Almeida destaca como os subsídios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão intensificaram a importação de medicamentos e a comunicação e o abastecimento entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso. O cuidado com a saúde de seus habitantes, articulava a ocupação e o povoamento de seus limites; a consolidação de sua posse e a integração política e comercial, entre as suas fronteiras (ALMEIDA, 2017, p. 144-162).

Assim como os medicamentos, a exportação das drogas dos sertões para a Europa, durante o período de vigência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), sistematizou a mundialização da economia do vale amazônico. Crítico da perspectiva veiculada na historiografia que consagrou o vale amazônico como um espaço isolado e periférico no Império português, Frederik Matos redimensionou, em sua tese de doutorado, o papel desempenhado pela globalização dos seus gêneros florestais no abastecimento do mercado consumidor europeu. A praça lisboeta conformava-se em um entreposto comercial de reexportação, no qual, os negociantes portugueses atuaram de forma equiparada aos estrangeiros nos leilões promovidos pela Administração da Companhia para a arrematação de gêneros em meados do século XVIII (MATOS, 2019, p. 82-83).

Por conseguinte, as trajetórias de grupos mercantis têm se desdobrado nos debates em torno dos agentes que perfaziam a composição dos seus circuitos. Fábio Pesavento afirma que as redes comerciais estabelecidas no Império português podem ser divididas em três escalas: a) transimperiais, tecidas entre agentes de impérios distintos; b) extraimperiais, traçadas entre dois impérios; c) intrainperiais, subjacentes a estrutura interna do próprio império (PESAVENTO, 2011, p. 97-98).

Tais circuitos, articulam-se na discussão estabelecida por Diego de Cambraia Martins, acerca da constituição dos grupos mercantis, estabelecidos pelas rotas do tráfico negreiro, entre a América portuguesa e a costa africana. A importação de mão de obra africana para as capitanias do Grão-Pará e do Maranhão, impactaram de maneiras distintas, os seus regimes de produção. No Grão-Pará, a exportação das drogas dos sertões, se manteve ascendente durante todo o seu processo de conquista, tendendo a se intensificar, a partir de 1720, com o emprego majoritário da mão de obra indígena. No Maranhão, o cultivo do arroz e do algodão, despontaram com os subsídios da empresa mercantil e a importação do “braço” africano. Em ambos os processos, ocorreram reordenamentos na orientação de seus circuitos comerciais, por meio da entrada de africanos escravizados em suas paragens, do financiamento de obras de construção de fortalezas e da abertura de linhas de crédito para os seus negociantes (MARTINS, 2019, p. 109-117).

A natureza “não concorrencial” do comércio colonial e a estreita nobilitação social demarcada pela concessão de privilégios e honrarias pela Coroa lusa, tornaram a atividade mercantil, uma via de ascensão social e de integração entre as diferentes praças mercantis do Império português durante o período de reinado de D. José I (1750-1777) (PESAVENTO, 2011, p. 98 e FRAGOSO, 2002, p. 108).

Neste sentido, Jorge Pedreira, ao discutir a composição da elite mercantil no Reino de Portugal, durante a segunda metade do século XVIII, reforça a perspectiva do desenvolvimento econômico do vale amazônico, por meio da injeção de recursos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O seu regime de direito privado, teria viabilizado a articulação entre os seus negócios e a conquista lusa no extremo Norte da América. A promoção social destes negociantes, corrente nos seus investimentos, coordenaram a implementação de suas políticas coloniais, em um espaço, onde o acesso a mão de obra indígena, delineava as circunstâncias produtivas e o seu escoamento para o mercado consumidor internacional (PEDREIRA, 2017, p. 361).

Na esfera ultramarina, as leituras de Nathália Maria Dorado Rodrigues, em torno dos negociantes da praça mercantil de Vila Bela da Santíssima Trindade, dão conta do fluxo de abastecimento de gêneros, provisões, escravos e armas entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, com subsídios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A navegação pela rota Madeira-Mamoré-Guaporé, consolidou a comunicação e a integração mercantil entre as praças mercantis de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade. A partir da análise das trajetórias e das redes estabelecidas entre esses negociantes e a administração local, Dorado Rodrigues defende que a Companhia Geral de Comércio consubstanciou a defesa territorial e a institucionalização do poder régio na capitania de Mato Grosso, durante a segunda metade do século XVIII (DORADO RODRIGUES, 2008, p. 77-93).

As análises em torno da circulação de bens, da constituição das redes e dos grupos mercantis e da atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão entre os extremos Norte e Oeste da América portuguesa, são fundamentais para se problematizar as suas políticas de conquista no século XVIII. No entanto, o debate sobre o circuito interno da comunicação política dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, não foram contempladas pela historiografia.

A análise da comunicação política conforma-se como um campo de debate importante para a História da Administração colonial e, em especial, para a História Política e Administrativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A reflexão em torno da escrita epistolar, enquanto “ferramenta de governo” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 143-144), nos viabiliza discutir a tessitura das relações de poder que orientaram a implementação das políticas de conquista entre o vale amazônico e a fronteira Oeste da América portuguesa. O compartilhamento de demandas administrativas, articuladas pelo seu discurso epistolar, materializou o exercício do poder político, ao longo do século XVIII (RÉMOND, 2003b, p. 34).

A sistematização dos circuitos da comunicação escrita, concretizaram o governo das conquistas no Império português (SALVINO, 2020b, p. 50). Gerir o distanciamento geográfico, consolidar a posse territorial e estruturar um corredor de abastecimento entre o vale amazônico e a fronteira Oeste da América, constituíram-se nos vetores de implementação do projeto de conquista lusitano.

As experiências político-administrativas vivenciadas entre os extremos Norte e Oeste da América portuguesa, de meados do século XVIII, foram demarcadas pela

navegação fluvial e o recurso à mão de obra indígena. Os rios, constituíram-se nas estradas, por meio das quais, se comunicavam o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso (DELSON, 1995, p. 18-21 e MELO, 2020, p. 433). O usufruto da mão de obra indígena, viabilizava a navegação, através das canoas de transporte e a consolidação das fronteiras, nos confins da América portuguesa (VIANA; POMPEU, 2015, p. 108-110 e CANOVA, 2016, p. 126-127).

Diante disto, abordaremos no próximo capítulo, de que modo, informação, poder e conquista, foram articulados na prática epistolar dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

2 DISTÂNCIA, PODER E POSSE: A COMUNICAÇÃO POLÍTICA NOS CONFINES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

A escrita epistolar fundamentou governabilidade das conquistas no Império português. As cartas, viabilizavam a interação, entre remetente e destinatário, à distância, por meio da sociabilidade e da sonoridade, que caracterizavam a sua elaboração discursiva. Neste movimento, a prática governativa na América portuguesa, expandia os seus horizontes de atuação, ao concretizar as suas políticas de conquista e o “encontro”, entre os seus interlocutores (MENDES, 2018, p. 77).

As hierarquias que estruturavam a sociedade de corte portuguesa, materializaram-se na prática epistolar dos governadores das conquistas. Na sua construção discursiva, as relações clientelares e as espirais de poder que informavam a política imperial lusa, consubstanciaram o estreitamento dos laços de vassalagem, entre os oficiais e destes com a monarquia portuguesa (MEGIANI, 2009, p. 184-185).

Nosso objetivo neste capítulo, reside em discutir as bases da dinâmica governativa que vigorou, entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, em meados do século XVIII. Este debate será mediado pelo conceito de “prática epistolar”, de Adriana Conceição. Escrever, constituiu-se em uma “ferramenta de governo” nos confins da América portuguesa. As suas políticas de conquista (consolidação da fronteira entre os domínios luso e castelhano e a redução indígena) foram sendo concretizadas, ao passo em que o discurso epistolar de seus oficiais, assegurou a integração política e administrativa entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, em meados do século XVIII (CONCEIÇÃO, 2015, p. 143-144).

Para a sua concretização, abordaremos três processos: a) a geografia do Império português; b) os critérios de nomeação e de provimento dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso; c) o processo de abertura da rota de comunicação Madeira-Mamoré-Guaporé entre as décadas de 1750 e 1770.

Neste capítulo, nossa hipótese consiste em perceber a mediação da integração política e militar estabelecida entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso como resultante da prática epistolar de seus governadores e capitães-generais, em meio a consolidação das fronteiras Norte e Oeste da América portuguesa, durante a segunda metade do século XVIII.

2.1 O governo à distância no Império português

Desde a década de 1980, a historiografia luso-brasileira, tem se proposto a repensar as bases da relação política e da configuração administrativa estabelecida no Reino de Portugal e em suas conquistas ultramarinas. A revisão do debate conceitual (Estado absolutista, poder político, centralização etc.) permitiu priorizar uma abordagem que desse conta das bases de constituição das arquiteturas políticas das monarquias europeias durante a época moderna.

Os estudos do jurista Antônio Manuel Hespanha (1994) foram fundamentais para a concretização deste movimento de renovação e diálogo historiográfico entre ambos os lados do Atlântico. As suas reflexões em torno da História do Direito consolidaram a perspectiva da descentralização política da Coroa portuguesa na promoção da conquista que delineou a constituição de seu império (HESPANHA, 2010, p. 45-48).

Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio, a renovação nos estudos sobre o Império português, encontrou-se inserida na efervescência do contexto de produção das obras de Antônio Manuel Hespanha em Portugal e nas clivagens da historiografia brasileira. A historiografia francesa e a política portuguesa se remodelavam durante a segunda metade do século XX. Em Portugal, a Revolução dos Cravos (1974) pôs em xeque o nacionalismo que estruturava a memória histórica difundida durante o regime de Antônio de Oliveira Salazar (1933-1974). Na França, com a revisão das temporalidades e da “história total” defendidas por Fernand Braudel, redimensionaram-se as relações estabelecidas entre espaço e sociedade na historiografia contemporânea (SAMPAIO, 2020, p. 7-9).

No Brasil, paulistas e fluminenses concebiam a verticalidade das relações estabelecidas entre a Coroa portuguesa e a América por vias distintas. Os paulistanos, compreendiam a colonização portuguesa como parte de um sistema de base mercantil, que se estruturava por relações de dependência econômica e política e de exploração das colônias pela metrópole portuguesa (PRADO JÚNIOR, 2004 e NOVAIS, 1989). Os fluminenses discutiam as estruturas internas da sociedade colonial, a partir da relação Metrópole-Colônia, como um viés de domínio político (CARDOSO, 1973 e LINHARES, 1979).

A retomada do conceito de Império na historiografia colonial brasileira, se deu a partir da revisão da centralidade exercida pela Coroa portuguesa sobre o tráfico negro e do redimensionamento das análises sobre a História da África. As conexões transatlânticas estabelecidas, entre os mercados intercontinentais (FLORENTINO, 1997 e ALENCASTRO, 2000) e a constituição de uma sociedade de base escravocrata na América portuguesa (MATTOS, 2001, p. 143-162), constituíram-se nos pontos de

encontro, entre as vertentes historiográficas paulista e fluminense (SAMPAIO, 2020, p. 9-10).

A publicação da coletânea *O Antigo Regime nos trópicos* (2001), organizada por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Fátima Gouvêa, concretizou o diálogo historiográfico transatlântico entre brasileiros e portugueses, a partir de três eixos: a) “a noção de poder partilhado”; b) “um renovado interesse sobre o direito costumeiro, ou consuetudinário”; c) “renovação da história do direito” (SAMPAIO, 2020, p. 10-11).

As relações entre o Centro português e as suas conquistas ultramarinas, passaram a serem concebidas, por uma perspectiva horizontal, na qual, conformava-se a dinâmica de negociação e de concorrência, entre os poderes que compunham a Coroa portuguesa. As bases da relação política e da configuração administrativa estabelecida no Reino de Portugal e nas conquistas ultramarinas, se desdobrava na reprodução social, política, jurídica e econômica do Império português (BICALHO, 2012, p. 77-80).

A arquitetura político-territorial portuguesa fundamentava-se na concorrência entre os diferentes poderes que compunham o “corpo” da Coroa lusa. O equilíbrio entre as suas partes era atribuição privativa do rei, que atuava como a “cabeça” no ordenamento do seu corpo político, por meio do exercício da justiça deliberativa (BOUZA; CARDIM; SABATINI, 2020, p. 41-43). Esta dinâmica se sustentava pelas hierarquias que estruturavam os estamentos da sociedade de corte lusitana; os limites impostos pela legislação e pela ética católica vigente no Reino e a parcialidade (amizade, compadrio e clientela) que demarcava a constituição das redes de poder, entre os sínodos da Coroa portuguesa (HESPANHA, 2001, p. 165-167).

As condições concretas de exercício do poder régio estavam, deste modo, disciplinadas pelo direito costumeiro vigente no Reino e na sobreposição de jurisdições entre os seus conselhos que incorreram na configuração de um espaço, onde a integração política, foi pouco consistente (HESPANHA, 2011, p. 17-19).

O governo das conquistas caracterizava-se por uma instabilidade estrutural. O contorno das situações pelos governadores se dava pela relativa autonomia que detinham no exercício das suas atribuições, de modo a garantir a manutenção da ordem no espaço colonial. As distintas experiências e a transposição dos limites de suas jurisdições administrativas conformaram-se como mecanismos de consecução da governabilidade. A dinâmica de sobreposição de limites de jurisdição no cotidiano da administração da América portuguesa estava fundada na cultura política de Antigo Regime ibérica, na qual o pluralismo e o casuísmo ensejaram o compartilhamento de experiências e a

concretização da conquista mediante a negociação, a comunicação e as assimetrias entre Centro e conquistas (periferias) (BICALHO, 2012, p. 90, 97-98 e RUSSELL-WOOD, 1998, p. 13, 17-19).

As distâncias geográficas, a heterogeneidade cultural e a ausência de um projeto de conquista uniforme para as possessões portuguesas, tornaram a administração ultramarina, um espaço de reprodução dos vínculos políticos e administrativos com o Reino. A difusão das comunicações políticas, caracterizadas como um “sistema de informação” (GUAPINDAIA, 2019, p. 12-15), asseguraram a coesão e a governabilidade no Império português, mediante o compartilhamento das experiências administrativas vivenciadas pelos seus governadores (COSENTINO, 2017, p. 300-302).

A flexibilidade nos mecanismos de controle político e a extensão dos domínios territoriais da monarquia portuguesa ensejaram a delegação de poderes, por parte do rei, aos seus governadores. As hierarquias administrativas pouco delineadas e a margem de autonomia desses oficiais foram inerentes ao exercício do governo das conquistas. Através das sobreposições e dos conflitos de jurisdições, consolidou-se a unidade do aparato social e político ultramarino luso, na época moderna (SALVINO, 2020b, p. 55-56 e CURVELO, 2019, p. 275).

A comunicação escrita estruturou a integração política e administrativa entre as monarquias europeias e as suas possessões ultramarinas no contexto moderno. As distâncias eram vencidas através do recurso à pena e ao papel que trafegavam nas carreiras marítimas e terrestres (SALVINO, 2020a, p. 106).

A partir do século XVI, as conquistas ultramarinas passaram a serem concebidas como elementos integrantes do Império pluricontinental português. O uso da alcunha de “imperador” associada à ideia de “Senhor do Mundo” e “dirigente do poder emanado de Deus” pelos reis portugueses, tornou-se uma expressão do seu poder político. À medida em que se expandiam os domínios ultramarinos, tornava-se mais complexa a governabilidade de uma rede de possessões diversas e geograficamente distantes do Reino (CARDIM, 2010, p. 14-15, 20-21 e MARCOCCI, 2020, p. 283-285, 288-289).

Durante a União Ibérica (1580-1640), a gestão da informação foi sistematizada na administração imperial portuguesa. Com isto, buscou-se contornar a resolução dos problemas estruturantes da dispersão geográfica que caracterizava os seus domínios; atender o processo de burocratização do exercício do poder nas monarquias europeias e articular o governo das conquistas aos seus desígnios imperiais (ENES, 2018, p. 288-292 e SANTOS, 2007, p. 54).

Após as Guerras de Restauração (1640-1668), o direito de manter contato ou expedir comunicação, entre o Centro e as suas conquistas, consolidou-se no Império português. Os laços de vassalagem entre monarca e súditos foram se estreitando ao passo em que o registro escrito passou a ser dotado de credibilidade e de efeito de verdade. A prática epistolar viabilizava a transposição das intempéries impostas pelo tempo, reduzindo as distâncias entre o Reino e as suas conquistas. A “voz” dos interlocutores, ecoava em ambos os lados do Atlântico, através da leitura e da troca dos sentidos veiculados nos manuscritos (ALMEIDA, 2014, p. 149).

Remetentes e destinatários reafirmaram e ampliaram, por meio do trânsito de suas correspondências, a governabilidade das conquistas, o estabelecimento de redes mercantis e a construção de redes clientelares no Império português (SALVINO, 2018, p. 22-23). As frotas comerciais que navegavam pelo Atlântico comportavam em seus carregamentos, o transporte de cartas que dividiam espaço com as mercadorias que eram negociadas nas praças mercantis luso americanas. A frequência e o recurso a este meio de transporte dependeram da disponibilidade de tráfego e dos custos que incidiam sobre a sua realização, coexistindo assim, com os serviços prestados pelos mensageiros por terra (SALVINO, 2020b, p. 56-58).

A gestão da informação no Império português foi sistematizada pela abertura de carreiras marítimas e pela criação do ofício dos correios no século XVI. O ofício do Correio-mor foi criado em 1520, durante o fim do período de reinado de D. Manuel I (1495-1521). O ofício foi arrematado em regime de monopólio por Luís Homem que ficou encarregado de transportar as cartas provenientes da administração régia e de todo aquele que tivesse recursos para pagar o seu *porte* (taxa pela prestação do transporte de cartas).

Ao suceder D. Manuel I no Reino de Portugal, D. João III (1521-1557) ampliou o raio de atuação do Correio-mor ao instalar a embaixada portuguesa em Roma. O envio e a troca de informações entre a monarquia portuguesa e os embaixadores configurou a sua base de atuação nas cortes europeias. A promoção da política régia na Europa seiscentista pautou-se pelos circuitos da comunicação estabelecida entre a monarquia e os seus embaixadores (BARROSO, 2020, p. 426).

Pedro Cardim destaca que a informação diplomática se burocratizou durante o seiscentos. A prática epistolar dos diplomatas, durante a estadia em outras cortes europeias, visava não apenas detalhar as informações obtidas, mas sistematizá-las com o intuito de servirem como base para a tomada de decisões por parte de seu monarca. Deste

modo, houve uma “individualização da política” e o reconhecimento da “consciência” da escrita por parte destes diplomatas, no trânsito mediado pelos serviços postais (CARDIM, 2005, p. 99).

A partir do século XVII, os serviços postais na monarquia portuguesa passam por uma ampliação em seu espaço de atuação. Em 1606, a família Gomes da Mata arremata o ofício do Correio-mor, passando a atuar em todo o Reino de Portugal. Em 1657, obtém uma licença régia para prestá-lo também nos domínios e conquistas de além-mar, com exceção do Estado da Índia. Os Gomes da Mata detiveram o monopólio de prestação dos serviços postais até 1796, quando a Coroa portuguesa incorporou a administração do ofício às finanças régias (GUAPINDAIA, 2019, p. 38-46).

Durante o período de reinado de D. João V (1706-1750), a comunicação política entre a monarquia e seus vassalos na América portuguesa, passa a ser canalizada pela reforma das Secretarias de Estado (1736). As cartas, enviadas das conquistas para o Centro, passam a se destinar majoritariamente para os Secretários de Estado, fluxo que se intensificou durante o período de reinado de seu sucessor, D. José I (1750-1777) (BICALHO; COSTA, 2017, p. 149).

A reorientação dos remetentes e dos destinatários, que no século XVII, se centrava nas embaixadas, passou no século XVIII, a conferir aos governadores ultramarinos e Secretários de Estado, maior autonomia administrativa para consolidar a conquista dos espaços sob a sua jurisdição, tendo por desdobramento, a afirmação de um modelo de administração racional, impessoal e técnica no Império português (COSENTINO, 2017, p. 314-315).

Negociantes e ministros régios não ficaram alheios à consolidação dos fluxos da comunicação escrita entre o Reino e suas conquistas durante o século XVIII. A construção da política imperial estava fundamentada na negociação entre os poderes central e local, tendo no comércio e na política, os pontos de convergência da comunicação escrita, nos impérios ibéricos (CORTEZO, 2018, p. 163-208 e CABANILLAS, 2016, p. 113-124).

Romulo Salvino atesta que, durante a primeira metade do século XVIII, o diplomata Alexandre de Gusmão e o negociante Alexandre Peres de Sousa, tentaram implementar uma frota de paquetes que integrasse, por meio da comunicação escrita, Lisboa e o litoral da América portuguesa. A consolidação deste circuito, evocava a dinamização dos negócios mercantis entre as suas praças mercantis. O monopólio da informação em ambos os lados do Atlântico informou a tramitação do projeto.

Na América portuguesa, a infraestrutura de integração era precária, sendo dependente das condições de navegabilidade impostas pela travessia do Oceano Atlântico, das operações de importação e de distribuição de cartas por meio da construção de estradas e da abertura de caminhos que comunicassem as suas capitânias. A oposição encontrada, tanto no Reino, quanto no ultramar, inviabilizou a implementação do projeto.

No Reino, a família Gomes da Mata, que detinha o monopólio do ofício do Correio-mor (1657), argumentava em prol da rentabilidade de seus negócios. No ultramar, os negociantes da Confraria do Espírito Santo destacavam que o projeto feria costumes antigos e promoveria a censura e a espionagem, sendo assim, por excelência, pouco rentável para as finanças imperiais. O fracasso do projeto foi selado pelas articulações políticas da família dos Gomes da Mata no Reino e as redes mercantis dos homens da Confraria do Espírito Santo na América (SALVINO, 2018, p. 27-40).

Informar, traduziu-se em governar na constituição do Império português durante a época moderna. O seu fluxo contínuo consubstanciava o estreitamento dos vínculos entre o monarca e os seus vassalos em prol da legitimação do domínio e do poder da Coroa portuguesa. As estratégias, os acordos, as concessões, as guerras, ou seja, a governabilidade, teve na escrita e nos correios, os suportes de espacialização do poder régio à distância (RAMINELLI, 2008, p. 30-31 e GÓMEZ, 2016, p. 77-78).

O século XVIII foi promissor na consolidação de uma cultura escrita em Portugal. As hierarquias estamentais que sedimentavam as suas relações de poder, foram difundidas pela circulação de manuais epistolares. Estes suportes manuscritos, tinham um caráter fundamentalmente pedagógico, tratando da sistematização dos atos de ler e de escrever. A escrita e o papel, garantiram a materialização do poder político na sociedade de Antigo Regime portuguesa (GÓMEZ, 2017, p. 35-39 e BOSCHI, 2020, p. 184-185).

A distância entre os interlocutores era atenuada pela sonoridade que caracterizava a sua elaboração discursiva. Esta dinâmica estruturou a prática governativa na América portuguesa, a expansão dos seus horizontes de atuação na implementação da política de conquista e a materialização do encontro entre remetentes e destinatários (ADÁMEZ-CASTRO, 2020, p. 53-56).

Segundo Caroline Mendes, através das cartas, os governadores conseguiam *falar e ouvir* em seu trânsito pelas matas e mares, “tornando presentes as ausências e permanentes as ações”, nas conquistas do Império português (MENDES, 2018, p. 87).

A contenção de emoções e de sentimentos por parte do remetente eram preconizadas durante a sua prática. Nem sempre isto foi levado à risca, por conta da

circularidade que a comunicação alcançou entre as conquistas. A tessitura das sociabilidades entre os componentes da comunicação foi sendo construída à medida em que os sentidos impressos na carta pelo remetente eram lidos e compreendidos pelo destinatário, configurando, deste modo, o que Adriana Conceição denomina de “sonoridade epistolar” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 67-68).

O “silêncio” também se apresenta como elemento constitutivo deste movimento, pois poderia significar a ausência parcial e/ou total de fala e de escrita e o encarceramento das sensibilidades presentes nas cartas. A sua “libertação” só era possível através da leitura das suas impressões pelo destinatário, conformando a expressão de uma “sonância silenciosa” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 74).

O epistolário dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, reproduziram estes traços, próprios da cultura política de Antigo Regime lusa, vivenciadas nas suas administrações. Por meio da escrita, estabeleceram as vias de integração entre os seus espaços e as representações do poder que os mantinham unidos em torno de uma organização social comum, regida pelas “sociabilidades da sociedade de corte” portuguesa (CONCEIÇÃO, 2006, p. 76-78).

D. Antônio Rolim de Moura, ao fim de seu governo na capitania de Mato Grosso, buscou consolidar por meio das missivas enviadas a Fernando da Costa de Ataíde Teive, governador do Estado do Grão-Pará, o bom termo de sua administração. Solicitava o despacho de cartas para a “Casa” no Reino, nas remessas que seguiam “para a Secretaria de Estado [da Marinha e Ultramar]”. Ao destacar os laços estabelecidos com o seu interlocutor, buscou lograr êxito em seu pedido com “as multiplicadas honras, e favores, de q’ a V. Ex.^a sou devedor, pelo q’ lhe bejo húa, e muitas vezes as mãos” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 17, docs. 37, 39 e Códice 122, fl. 182).

João Pedro da Câmara se valeu das cartas também enviadas a Fernando da Costa de Ataíde Teive, para melhor conduzir as medidas a serem implementadas em sua governação. Entre elas, ressaltava o envio da “remessa dos dois exemplares do modo de reclutar as Tropas do Nosso exercito”; “o meu provimento em húa Canoa que venha em companhia do que trazer as vias, ou com os Comboieiros” e as “ordens de V. Ex.^a, que executarei com a maior vontade, como devo, e sou obrigado” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, doc. 47; fl. 240 e Códice 127, fl. 41; doc. 34).

Em outra carta, João Pedro da Câmara destacou as agruras vivenciadas no cotidiano da governação da capitania de Mato Grosso e as expectativas para com o findar do seu

“desterro”. Os votos de saúde desejados ao seu interlocutor, correspondiam ao seu “credor e incomparável merecimento”. Com a sua exaltação, esperava João Pedro da Câmara que Fernando da Costa de Ataíde Teive lhe fizesse à mercê “de fazer ver na Tropa de socorro, caso que seja possível, o Meu provimento que pela frota chegarei a esse porto; por cuja Mercê ficarei a V. Ex.^a muito mais obrigado” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fls. 218-219).

As sociabilidades construídas pelos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, durante a sua atuação no Real Serviço, constituiu-se em uma via de dilatação de suas relações clientelares. O cultivo destes vínculos, em sua maioria, estabelecidos desde o Reino, através de laços individuais, fundamentava o estreitamento dos seus vínculos político-administrativos e o exercício do poder político nas franjas do Império português.

As correspondências também se tornaram um fiel instrumento de expressão das agruras vivenciadas no cotidiano da conquista pelos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. Nos seus discursos, prevaleceu, majoritariamente, o destaque das dificuldades, dos riscos e das contingências que caracterizaram a consolidação das fronteiras nos confins da América portuguesa.

Ao fim de seu governo na capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara confidenciou a Fernando da Costa de Ataíde Teive “a felicidade de deixar esta terra, aonde tenho padecido tanto” e a “a fortuna de hir abraçar a V. Ex.^a saciando as minhas saudades”. A extensão da dilatada governação de seu interlocutor e a partilha de problemas comuns sobre a atuação no Real Serviço fizeram-no pontuar que somente se reencontrariam “Na patria”. Devido a longa espera, rogava-lhe bons votos para “que V. Ex.^a tenha tambem Successor Na frota, para hir descansar das illustres fadigas com que tem servido a Sua Magestade”, e assim, pudesse “lograr os prêmios correspondentes ao seu alto merecimento” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 19).

A chegada de Luís Pinto de Sousa Coutinho foi recomendada por João Pedro da Câmara a Fernando da Costa de Ataíde Teive. O governador da capitania de Mato Grosso notabiliza a “destimavel Noticia da chegada de Meu Successor a essa Cidade [Vila Bela da Santíssima Trindade]” e o paralelo com o seu “contentamento, se não dizendo, que he igual a utilidade que Me resulta de deixar húa terra taó pestissera, aonde não logro saúde, e aonde corre tanto perigo a minha vida”. Ao desembarcar, “imediatamente lhe darei posse, partindo sem demora a completar a minha felicidade na presença de V. Ex.^a, aonde

espero ter a honra de renovar os meus devidos obséquios” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 20).

Sousa Coutinho manteve vínculos estreitos com Fernando da Costa de Ataíde Teive. As suas relações se pautavam pelo “respeitozo obzequio em q.^{to} mantenho a fertuna, de poder sigurar de viva voz a V. Ex.^a os protestos do meu attenciozo resp.^o, e daqueles affetuosos sentimt.^{os} com q’ tenho a honra de ser”. A imagem positiva que se tinha em torno do governo de seu interlocutor Reino, concorria para tornarem “felizes os povos” e “o governo do Mato Grosso, a que sou destinado, senhor” pois esta era uma capitania “tam dependente como he, do de V. Ex.^a, poderá tambem receber constantemente, as imprezoins mais ventajozas” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 15).

O circuito epistolar dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, instrumentaliza as hierarquias estamentais do Antigo Regime português. A normatividade (formas de tratamento, discurso, sentimentos, votos etc.) da escrita, os posicionavam em espirais de poder, fundamentadas, em relações de troca e de favor, articuladas, de um lado, pelo lugar social ocupado na ordem jurídica da sociedade de corte lusa, e, por outro, pelo capital que dispunham no exercício de suas atribuições no Real Serviço (RAMÍREZ, 2012, p. 64-65 e GÓMEZ, 2011, p. 31-33).

A amizade, formalizada no estabelecimento das suas relações de poder, desembocou na configuração de relações clientelares. O estabelecimento desta ordem recíproca, concretizada na prestação de favores, estreitou o atendimento de suas demandas administrativas e a estruturação de alianças políticas, concorrendo assim, para o reforço dos vínculos contratuais, estabelecidos entre monarca e vassallos, como via de agregação de interesses (CARDIM, 2000, p. 598-600).

As distâncias, que demarcavam o fluxo da correspondência, entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, eram vencidas pelo fluxo da escrita, por meio da qual se sedimentou a integração entre os seus espaços. A sociabilidade cortesã que orientava a sua prática, condicionava as trajetórias administrativas de seus governadores e capitães-generais. Essas trocas, poderiam resultar, no tão almejado retorno ao Reino, como ressaltava João Pedro da Câmara, ou, na cristalização da imagem do “bom governante” na corte, como bem destacou Luís Pinto de Sousa Coutinho, ao se referir ao seu interlocutor, Fernando da Costa de Ataíde Teive, no governo do Estado do Grão-Pará.

A interlocução epistolar e a mediação política, fizeram parte do cotidiano da conquista, entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso. A pena e o tinteiro,

sedimentaram as relações de interdependência, estabelecidas entre os seus governadores e capitães-generais e a governabilidade de suas unidades administrativas. As suas interações discursivas, favoreciam a inserção e/ou a dilatação das redes clientelares, as quais, estes oficiais, se encontravam envolvidos, no desempenho das suas atribuições no Real Serviço.

Nessa esfera de circulação, as nomeações e os provimentos para os governos do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, tenderam a se orientar pela seleção de oficiais, com perfil político e formação militar, correspondente ao atendimento das demandas políticas e administrativas de seus espaços: a consolidação da posse das suas fronteiras.

No item a seguir, discutiremos a correlação existente entre o perfil social dos governadores e capitães-generais, nomeados para os governos do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso e a defesa dos limites nos confins da América portuguesa.

2.2 Oficiais das conquistas

O provimento de ofícios no Império português foi uma das principais instâncias de reprodução da cultura política de Antigo Regime. A seleção dos oficiais das conquistas estava assente nas relações de poder estabelecidas entre a Coroa e a nobreza de primeira linha, estamento privilegiado no recrutamento dos homens que ocuparam cargos na administração régia e ultramarina (MONTEIRO, 2005, p. 4-20 e OLIVAL, 2001).

O ideário nobre português se consolidou na transição do medievo para a modernidade, caracterizando-se pela associação entre militarismo e cultura de prestação de serviços à Coroa durante o século XVI. A defesa dos interesses da Coroa durante as guerras religiosas se tornou o veículo de difusão de seu exercício. O sangue detinha o poder de hierarquizar os homens e forjar cadeias de interdependência entre os seus membros, a partir da sua atuação nas tramas da política régia e ultramarina (RAMINELLI, 2013, p. 89-91).

A sua normatividade fundamentava-se no direito vincular de origem castelhana e na configuração de Casas senhoriais. As Casas senhoriais caracterizavam-se, de acordo com Nuno Monteiro, como um “conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam” (MONTEIRO, 2011, p. 137). O seu funcionamento era regulado por três instâncias: moral, patrimonial e educacional.

A moral residia no cumprimento de obrigações pelos seus membros e daqueles que nela nasciam. Os herdeiros eram hierarquizados em linhas de sucessão por ordem de nascimento, cabendo-lhes, em suma, angariar acrescentamento sociopolítico para a Casa.

O patrimônio incidia sobre as receitas e as finanças, das quais, as doações régias em regime de arrendamento, eram a sua principal fonte de renda e de manutenção estatutária. A inserção nas redes de clientela e a prestação de serviços à Coroa, reforçavam os seus vínculos de dependência econômica (senhorios, honras e mercês) e política (nobilitação).

A educação e a instrução dos seus membros, dividiam-se entre as ordens doméstica (mulheres) e militar (homens). O paternalismo e a remuneração concretizaram a reprodução do status da sociedade de Antigo Regime lusa e sua relação com as possessões ultramarinas (CUNHA; MONTEIRO, 2010, p. 63-64).

A prestação de serviços à monarquia portuguesa se configurou como a ideologia de consecução da política colonial régia e ultramarina, durante a vigência da dinastia brigantina em Portugal, ratificada pelas Ordenações Filipinas (1603). A natureza patrimonial dos bens vinculados às Casas dos Grandes do Reino foi perpetuada pela legislação pombalina posterior. A difusão da justiça distributiva, enquanto característica associada à ação régia, viabilizou a configuração do sistema de remunerações e a tessitura de relações de interdependência política, entre vassallos e monarquia (MONTEIRO, 1998, p. 389-393).

Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha, argumentam que a economia que regia as relações sociais, entre os estratos do Antigo Regime português, inseria benfeitor e beneficiado, em duas cadeias de obrigações distintas: a gratidão régia que racionalizava trocas e o dom de conceder mercês e honrarias. Neste sentido:

Estas duas economias integram-se numa regra geral de troca de vantagens numa sociedade onde, se o desequilíbrio era um traço constitucional, também o era o seu caráter regulamentado, estabilizado, consolidado; numa só palavra, naturalizado. De tal modo que superior e inferior eram obrigados a uma atitude de prestações mútuas, inscritas na natureza mesma das coisas. Deste modo, e tal como a liberalidade e a caridade, a gratidão é uma obrigação moral. Isto tanto mais é verdade quanto a gratidão e o serviço são devidos (XAVIER; HESPANHA, 1998, p. 390-391).

Exercer os cargos mais destacados no quadro geral da administração imperial portuguesa, agregava acrescentamento social e político aos vassallos da monarquia. A distinção pela prática governativa, consolidava a construção da memória que sustentava a sua imagem pública no Reino. “Aparecer e parecer”, segundo Joaquim Romero

Magalhães, eram elementos fundamentais para a sedimentação do lugar social que ocupavam na sociedade de Antigo Regime portuguesa (MAGALHÃES, 2005, p. 67-68).

O provimento de ofícios civis na administração ultramarina, representava uma das vertentes desta dinâmica, que se desdobrava na concessão de privilégios e na delegação régia de poder aos oficiais. O mando e a fiscalização régia, que incidia sobre as suas atuações, era descentralizada. A sobreposição entre os poderes que estruturavam a Coroa, o estatuto geopolítico heterogêneo de seus domínios e a qualidade social, foram os critérios que regulamentaram a seleção dos ocupantes dos seus cargos na governação do Império português.

De acordo com Roberta Stumpf, o seu provimento se dava em duas modalidades: por concessão precária e/ou “serventia” do ofício, onde o exercício da função era realizada por tempo determinado e por regime de “propriedade”, na qual, a concessão era vitalícia e potencialmente hereditária (STUMPF, 2014, p. 613-614).

Os oficiais providos, desempenhavam as suas atribuições por três anos ou prazos indefinidos. Quando finalizado este período, os cargos se tornavam vagos e passíveis de prorrogação do tempo de serviço de seu antigo titular ou de provimento de novo oficial. Este processo se dava de forma direta ou indireta pelo monarca, através dos conselhos régios (STUMPF, 2014, p. 614-615).

As nomeações para ofícios temporários se davam em Lisboa, mediante despacho régio, com ou sem a consulta dos conselhos, sendo pouco recorrente a prática da venalidade de ofícios. Os candidatos nomeados, eram, majoritariamente, fidalgos das Casas tituladas da primeira nobreza do Reino, sendo providos nos cargos, como remuneração por serviços prestados à monarquia portuguesa. Entre os cargos superiores, remunerados e nobilitantes, estavam os de Presidência dos tribunais, Vice-reis, governadores das armas do Reino, governadores de capitanias, capitães-mores, corregedores/ouvidores, Provedor de comarca, Juízes de Fora, provedor da Fazenda Real e Secretários de governo (STUMPF, 2014, p. 615-616).

A itinerância dividia espaço com a possibilidade de prorrogação do serviço. Os ofícios eram concebidos como “lugares” ocupados pelos oficiais, onde se vinculava a objetividade no cumprimento das suas atribuições. A inserção em redes de clientela, além de favorecer a nomeação para os cargos mais destacados na administração em ambos os lados do Atlântico, fomentava o estreitamento dos laços de vassalagem com a monarquia e a reprodução das hierarquias sociais da sociedade de Antigo Regime portuguesa no ultramar (STUMPF, 2014, p. 616-617).

As mercês régias concedidas como remuneração aos governadores das conquistas, constituíram-se no cerne de exercício do poder régio no ultramar lusitano. A partir da sua regulação, a monarquia interferia diretamente na sua administração, a partir da nomeação do seu oficialato. Este processo hierarquizava e distinguia as conquistas, garantindo a continuidade da prestação de serviços pelos súditos à monarquia, destacadamente, os de natureza militar (CUNHA, 2005, p. 71-74 e FRAGOSO, 2017, p. 77-80).

Arthur Curvelo e Nuno Monteiro afirmam que o cargo de governador das conquistas no Império português se caracterizava pela articulação entre os desígnios da monarquia e o “governo diário dos territórios”. O seu provimento se baseava em uma “relação de fidelidade e confiança” entre rei e súdito, que se materializava na sua concessão como uma mercê régia. A “instabilidade estrutural”, existente na administração colonial, e a diversidade de características encontradas nas conquistas, demandaram da Coroa lusa, a seleção de oficiais, com “perfil político e social”, condizente e adequado, à realidade, na qual, seria investido (CURVELO, 2019, p. 59-60, 70 e MONTEIRO, 2001, p. 257).

As distinções sociais de relevância aos seus ocupantes na administração ultramarina, estavam circunscritas à conotação militar que se acresceu ao ofício, em fins do século XVII (título de conselheiro; formas de tratamento destacadas na produção de manuscritos; composição de guarda pessoal formada por mais de 20 homens e séquito de criados). Estas simbologias materializaram o poder delegado e o revestimento do cargo, exercido pelos governadores das conquistas no ultramar (CURVELO, 2019, p. 76-79, 80-86).

Após a ascensão da dinastia brigantina (1640), a equivalência entre o ofício a ser desempenhado e a qualidade social dos candidatos, passaram a ser os critérios que orientaram as nomeações e os provimentos para o governo das conquistas no Império português. Os provimentos foram regidos pelo sistema de doações realizadas em vida, e, em casos excepcionais, por juro e herdade, à herdeiros diretos dos membros de famílias tituladas da primeira nobreza portuguesa. Esta prática, promoveu o cerceamento da mobilidade social e o encerramento dos estratos mais abastados da monarquia portuguesa ao “topo da pirâmide nobiliárquica” (MONTEIRO, 2012, p. 40, 44-46 e CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 196).

Com a criação do Conselho Ultramarino (1643) as nomeações para as capitânias no Império português, com exceção do Estado da Índia e do Estado do Brasil, passaram a ser reguladas por concursos e editais. Os candidatos se apresentavam e arrolavam

documentos (fichas de prestação de serviços; alvarás; cartas régias etc.) acompanhados de petições enviadas para apreciação. Os conselheiros se reuniam para deliberar e escolher o mais ‘capacitado’ para o exercício da função. A decisão era publicada 15 dias após a publicação dos editais.

As nomeações consideravam o preenchimento de critérios sociais e de mérito pré-definidos, bem como a própria aceitação do titular em ser investido no cargo. Estas dinâmicas, eram resultantes da barganha política estabelecida entre os candidatos e a monarquia, a partir das quais, eram negociadas as concessões de mercês equivalentes ao estatuto político das conquistas a serem governadas.

Durante o período de reinado de D. João V (1706-1750), efetivou-se um modo de governar, permeado pela “razão de Estado”. Este reordenamento, desarticulou gradativamente, a hegemonia exercida pelo Conselho Ultramarino na seleção, na nomeação e no provimento dos governadores das conquistas. O alijamento de grupos dirigentes, se tornou mais evidente, e o reordenamento político-institucional do Reino, passou a privilegiar a criação de Ministérios e de Secretarias.

A nomeação dos governadores, passou a ser associada à política imperial e à convocação de juntas, formadas por Secretários de Estado. Essa reorientação político-administrativa foi informada pelo contexto geopolítico vivenciado no ultramar. As conjunturas internacionais (Guerra de Sucessão castelhana, 1702-1714) e ultramarina (invasão francesa no Rio de Janeiro, 1711 e levante de colonos em Salvador), colocaram em evidência, a manutenção da ordem colonial e o provimento de oficiais com experiência militar e administrativa para governarem as conquistas do Império português (SANTOS; BICALHO; GOUVÊA, 2016, p. 560-563 e CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 212-213).

A partir da segunda metade do século XVIII, a importância geopolítica desempenhada pela América portuguesa no quadro geral da administração do Império português (instalação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em 1752 e transferência da sede do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763) intensificou a concorrência entre as Casas senhoriais (GOUVÊA, 2001, p. 308-313).

O acesso ao cargo de governador das conquistas estreitou-se, em decorrência da sua militarização. A intervenção da Coroa portuguesa nas decisões políticas (HESPANHA; SUBTIL, 2014, p. 138-152), tendeu a ratificar o “declínio do poder dos Grandes no Centro” (MONTEIRO, 2012, p. 42-44). A perda da hegemonia exercida pelos nobres de primeira linha na presidência dos tribunais, na diplomacia e no alto clero, durante o

período de reinado de D. José I (1750-1777), foi contrabalanceada pelo seu provimento na carreira militar (Exército) e na administração colonial (Estado da Índia, Estado do Brasil e governos das principais capitanias do Atlântico) (CUNHA; MONTEIRO, 2010, p. 62-63).

Nuno Monteiro destaca que a experiência militar e a administração de praças coloniais, constituíram-se em vias de ascensão e de interseção social para os seus ocupantes na aristocracia régia, em meados do século XVIII. Para aqueles que vinham encerrar a sua carreira, funcionava como o “prêmio que coroava o fim de longas carreiras de serviço nas armas”, e para os mais jovens ou “filhos secundogênitos de casas tituladas em ascensão”, uma “oportunidade de exercer postos no ultramar” (MONTEIRO, 2003, p. 39-40).

Os governadores e capitães-generais que administraram o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII compartilhavam trajetórias administrativas similares. Ao todo, os cinco oficiais que tomaram posse em cada repartição, entre 1759 e 1772, eram militares de carreira com longa lista de serviços prestados à Coroa portuguesa e provenientes de Casas tituladas do Reino de Portugal. As demandas administrativas do vale amazônico e da fronteira Oeste condicionaram as suas nomeações e a longevidade de exercício de suas funções em meio as transformações políticas e econômicas vivenciadas com a consolidação da posse das fronteiras na América portuguesa durante o século XVIII.

Fabiano Vilaça dos Santos ressalta que a experiência militar e as redes pessoais, de parentesco e de clientela, foram os critérios que informaram as nomeações dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará em meados do século XVIII. A experiência militar era requerida para se implementar o “programa de revitalização” do vale amazônico: demarcar as suas fronteiras e promover a civilização indígena (SANTOS, 2011, p. 35-41, 56-58).

As suas experiências militares no Real Serviço confluíam para o trato das questões administrativas no cotidiano da conquista do vale amazônico. A correspondência entre o seu perfil e a governação local estava fundamentada na consolidação da posse de sua fronteira e nos embates pelo acesso à mão de obra indígena, que estruturaram a governabilidade no Estado do Grão-Pará, durante o setecentos (SANTOS, 2009, p. 215-217).

Apesar de ser um território estratégico para a administração imperial portuguesa, por sua condição de fronteira, o exercício do cargo de governador da sua praça, não era

dos mais rentáveis para os oficiais encarregados da sua administração. As remunerações pela prestação de serviços à Coroa, para aqueles que não detinham posses no Reino, por herança de família, se dava pelo sistema de senhorios, concedidos pelo monarca, durante a sua administração ou no ato de seu retorno para Lisboa, após o fim de seu governo. Esta dinâmica, reforçava os mecanismos de promoção social, a partir da associação entre acrescentamento patrimonial das suas Casas e prestação de serviços à Coroa (SANTOS, 2010, p. 77-78, 80-81).

Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763), sucedeu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) no governo do recém estruturado Estado do Grão-Pará, tendo sido nomeado por decreto régio datado de 17 de julho de 1758 (Projeto Resgate - AHU - Pará, cx. 43, doc. 3958). Natural de Lisboa, Melo e Castro provinha de uma família da “alta nobreza lusitana”. A sua carreira militar foi construída nas fileiras do Exército do Reino, onde serviu nos Regimentos de Infantaria da Corte e de Cascais (SANTOS, 2011, p. 77).

A sua administração no vale amazônico, foi marcada pelas tensões geopolíticas vivenciadas entre as Coroas ibéricas em meados do século XVIII. As disputas foram orientadas pela não concretização das demarcações de limites entre os seus domínios (Tratado de Madri de 1750); os desdobramentos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) vivenciada no Reino e na fronteira meridional da América portuguesa; a revitalização da produção comercial (Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778); a ocupação da fronteira Oeste da bacia amazônica (Fortalezas de São José de Marabitanas e São Gabriel da Cachoeira no rio Negro) e a civilização dos índios (Diretório dos Índios de 1757-1798) (SANTOS, 2011, p. 89).

Manuel Bernardo de Melo e Castro chegou a ser nomeado para o governo da capitania de Mato Grosso, como substituto de D. Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja, em 1763 (Projeto Resgate - AHU – Mato Grosso, cx. 12, doc. 689). Melo e Castro não assumiu o cargo por questões de ordem pessoal. A recusa, estava associada, possivelmente, ao seu retorno ao Reino para tratar dos negócios de sua Casa. Para Fabiano Vilaça dos Santos, a sua indicação para o governo de Mato Grosso, era estratégica para os desígnios imperiais portugueses, na medida em que objetivava aproveitar a sua experiência militar “em uma unidade confinante com o Pará, mas também com as possessões espanholas governadas a partir de Santa Cruz de la Sierra” (SANTOS, 2011, p. 89).

A “rede de relacionamentos” estabelecida na corte, por meio de sua comunicação epistolar, consubstanciou a requisição de mercês e de honrarias, pelo préstimo de seu governo no Estado do Grão-Pará. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, mediou a recepção do seu pedido e intercedeu junto à Coroa portuguesa para garantir o seu retorno à Lisboa, onde angariou as mercês condizentes com o seu desempenho no Real Serviço no vale amazônico. Foi promovido à patente de marechal de campo e tenente-general em Elvas e no Alentejo e agraciado com o título de visconde de Lourinhã (SANTOS, 2008, p. 29, 30-32).

O seu sucessor, Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763-1772), foi nomeado para o governo do Estado do Grão-Pará, por decreto régio, datado de 11 de maio de 1763 (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 54, doc. 4927). Era natural de Lisboa e militar de carreira (Exército), tendo servido no Regimento de Almeida, onde atuou na defesa do Reino (Campanha de 1762), durante as movimentações das tropas castelhanas. Proveniente de uma família, pelo lado paterno, com extensa lista de serviços prestados no ultramar, destacadamente no Oriente, a sua nomeação, assim como a de seu antecessor, constituiu-se em uma “estratégia da Coroa para aproveitar os serviços de ambos em duas áreas de fronteira que demandavam proteção (no Reino e no Norte da América portuguesa) contra um inimigo comum (os espanhóis)” (SANTOS, 2011, p. 95).

O seu governo foi longo, estendendo-se por quase uma década, entre 1763 e 1772. A civilização dos índios (Diretório dos Índios, 1757-1798) e a revitalização do comércio (Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778) no vale amazônico, orientaram as suas práticas governativas. Os projetos de ereção da Fortaleza de São José de Macapá (1764) e das vilas de Macapá (1751), Nova Mazagão (1770) e Madre de Deus (1770), com subsídios da Companhia Geral de Comércio (ARAÚJO, 1998, p. 265-270), delinearão as bases de consolidação da posse das fronteiras no extremo Norte da América portuguesa, durante a sua administração (SANTOS, 2011, p. 100-107).

As redes de clientela estabelecidas por Fernando da Costa de Ataíde Teive no Reino, eram compostas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Sebastião José de Carvalho e Melo e Manuel Bernardo de Melo e Castro. Os contatos eram importantes para garantir os acréscimos almejados para a sua Casa e quitar as dívidas contraídas durante a sua atuação militar no Reino (Campanha de 1762) e no ultramar (governo do Estado do Grão-Pará). Ao retornar à Lisboa, deu continuidade aos serviços na carreira

militar, como tenente-general do Exército. Diferentemente de Manuel Bernardo de Melo e Castro, não foi agraciado com um título nobiliárquico, mas apenas senhorios (Baião, Lagea, São Cristóvão, Bitoure, São Cristóvão de Nogueira, Ribeira, Samodães e Lamego) por descendência em linha direta, pelos serviços prestados por seus progenitores à monarquia portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII (SANTOS, 2011, p. 98-100, 110-112).

A capitania de Mato Grosso compartilhava com o Estado do Grão-Pará, a condição de fronteira com os domínios castelhanos à Oeste da América portuguesa, mas se distinguiu desta, por ter se conformado como uma via de promoção nobiliárquica para os seus governadores e capitães-generais, a partir da segunda metade do século XVIII (SANTOS, 2008, p. 26).

D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763) foi o primeiro governador e capitão-general nomeado pela Coroa portuguesa para governar a capitania de Mato Grosso⁴. Proveniente da vila de Moura, no baixo Alentejo, D. Antônio era o sexto, entre os 15 filhos gerados no matrimônio entre Nuno de Mendonça (IV conde de Vale dos Reis) e Leonor Maria Antônia de Noronha (filha do I marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha). Na carreira militar, serviu como soldado no Regimento de Cavalaria de Alcântara (1726); capitão de infantaria no regimento do conde de Cocolim (1735) e marechal de campo (1754) no Reino (Notícia chronologica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde o ano de 1751 de sua criação, 1857, p. 282-283 apud CANOVA, 2011, p. 62).

A sua nomeação para o governo da capitania de Mato Grosso, se deu pelo rei D. João V, através do decreto régio, datado de 26 de julho de 1748 (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 4, doc. 237). Em 19 de janeiro de 1749, recebeu as instruções repassadas pela rainha D. Mariana de Áustria, a serem implementadas na sua administração na fronteira Oeste (Instruções aos capitães-generais, 2001, p. 11-20). A viagem entre Lisboa e Recife durou aproximadamente dois meses, chegando ao litoral da América em abril. De Recife, seguiu para o Rio de Janeiro, concluindo seu percurso em junho. Quatro meses depois, em novembro, partiu para o porto de Santos, e de lá, para São Paulo, onde aportou, em janeiro de 1750. Em junho do mesmo ano, deu início a

⁴ Entre a criação da capitania de Mato Grosso (1748) e a tomada de posse de seu governo por D. Antônio Rolim de Moura (1751), sucederam-se três anos. Nesse período, a sua administração, assim como a da capitania de Goiás, ficou a cargo do governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela (1733-1763). Cf. Projeto Resgate – AHU – Avulsos, cx. 11, doc. 977.

viagem para Mato Grosso, passando por Araritaguaba, aonde chegou em 5 de agosto de 1750. Desembarcou em Cuiabá a 12 de janeiro, tomando posse do governo da capitania de Mato Grosso cinco dias depois, a 17 de janeiro 1751 (LEITE, 1998, p. 53).

Ao fim de seu governo na capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura foi nomeado governador da capitania da Bahia (1763) (Projeto Resgate – AHU – Avulsos, cx. 18, doc. 1595) – cargo que tomou posse somente em 1765 (Projeto Resgate – AHU – Bahia/Avulsos, cx. 151, doc. 11535; cx. 155, doc. 11831) - e Governador-geral do Estado do Brasil (1767-1769) (Projeto Resgate – AHU – Bahia/Avulsos, cx. 160, docs. 12169, 12208).

A viagem para a tomada de posse do governo da capitania da Bahia, foi debatida nas correspondências trocadas com os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará, processo que discutiremos no próximo capítulo. Ao retornar ao Reino em 1770, exerceu os cargos de Presidente do Conselho da Fazenda, tenente-general dos exércitos do Reino, do Conselho de Guerra e governador das Armas da Corte e Estremadura, até vir a falecer em 1782 (IANTT, Manuscritos da Livraria, n. 1140, doc. 166 e Notícia chronologica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde o ano de 1751 de sua criação, 1857, p. 282-283 apud CANOVA, 2011, p. 67).

No período em que governou a capitania de Mato Grosso, entre 1751 e 1764, D. Antônio concedeu sesmarias para colonos ocuparem o rio Guaporé, estabeleceu núcleos coloniais (aldeia de São José, em 1754) e destacamentos militares (Sítio das Pedras em 1757 e Nossa Senhora da Conceição em 1760) nas suas margens, e edificou Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania de Mato Grosso, fundada em 19 de março de 1752. As medidas adotadas, intensificaram o fluxo da comunicação com o Estado do Grão-Pará, via rota Madeira-Mamoré-Guaporé (CANOVA, 2011, p. 63-68 e ARAÚJO, 2000, p. 107-108).

João Pedro da Câmara sucedeu a D. Antônio Rolim de Moura no governo da capitania de Mato Grosso. O debate em torno das suas origens e filiações, a exemplo da confirmação de ser, de fato ou não, sobrinho de D. Antônio Rolim de Moura, como exemplificam as suas menções epistolares, ainda carecem de um estudo mais sistemático pela historiografia. Arthur César Ferreira Reis, em trabalho intitulado *João Pedro da Câmara, um fronteiro olvidado* (2002), afirma que João Pedro da Câmara, seria descendente dos “descobridores da Madeira e Ilhas Desertas”. Apesar disto, Arthur Reis não apresenta uma documentação substancial, que sustente a sua assertiva, centrando-se

nas ações implementadas por João Pedro da Câmara, para assegurar a posse territorial lusa da capitania de Mato Grosso (REIS, 2002, p. 28-29).

Fruto do matrimônio entre Luís Gonçalves da Câmara e D. Isabel de Mendonça, João Pedro da Câmara, era natural de Lisboa, tendo nascido e sido batizado na Freguesia do Paraíso e morado na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa (IANTT, Conselho da Fazenda, Letra M, maço 25, doc. 12).

No Reino, construiu sua carreira militar no Exército, servindo como tenente coronel de Dragões do Regimento de Penamacor, quando foi nomeado para o governo de Mato Grosso, através do decreto régio, datado de 30 de junho de 1763. Para ocupar o cargo, seguiu de Lisboa para Belém, e desta, embarcou nas canoas de transporte conduzidas por indígenas a 7 de maio de 1763, chegando à Vila Bela da Santíssima Trindade a 25 de dezembro de 1764. Tomou posse do governo da capitania de Mato Grosso a 1ª de janeiro de 1765 (Projeto Resgate – AHU - Mato Grosso, cx. 12, docs. 695, 731 e 736).

O governo de João Pedro da Câmara (1765-1768), caracterizou-se pelo controle sobre a navegação do rio Guaporé e a militarização da capitania de Mato Grosso. Entre as medidas implementadas na sua administração, destacam-se a elevação do destacamento de Nossa Senhora da Conceição à condição de Fortaleza; a ampliação dos efetivos militares locais e a expansão de povoações indígenas, pelas margens do rio Guaporé (CHAVES, 2008, p. 128-131).

Após o fim de sua administração, retornou à Lisboa, a bordo do navio Nossa Senhora das Mercês, pertencente a frota da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, comandado pelo capitão Agostinho dos Santos. Durante a viagem, iniciada a 8 de maio de 1770, foi acompanhado por seis criados (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 65, doc. 5635).

Ao desembarcar no Reino, passou a residir em Benfica, onde veio a contrair matrimônio com D. Maria Francisca de Mendonça Corte Real, filha legítima de João Pedro de Mendonça e de D. Domingas Bárbara de Saldanha, em cerimônia celebrada a 25 de agosto de 1770. Desta união, resultaram oito filhos, sendo quatro homens (D. Antônio Luís da Câmara, D. Francisco Xavier da Câmara, D. Joaquim Bernardo da Câmara e D. Diogo de Mendonça Corte Real) e quatro mulheres (D. Maria Isabel Libânia da Câmara, D. Maria Joana da Câmara, D. Ana José da Câmara e D. Mariana Benedita da Câmara) (IANTT, Conselho da Fazenda, Letra M, maço 25, n. 10 e 12).

Em 1772, reivindicou, junto ao rei D. José I, uma lista das ações empreendidas em sua administração na capitania de Mato Grosso. Tal medida, visava, agregar

acrescentamento social para a sua Casa, em acúmulo ao gozo de seu prestígio, como Fidalgo e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 16, doc. 980).

Em 1795, foi nomeado pelo Príncipe regente D. João (1796-1815), para ocupar o “lugar ordinário de conselheiro de capa e espada do Conselho Ultramarino” (Projeto Resgate – AHU – Conselho Ultramarino, cx. 10, doc. 953). João Pedro da Câmara, assentou lugar no Conselho Ultramarino, até a vir a falecer, em 16 de fevereiro de 1807. O seu corpo foi sepultado, com todos os sacramentos, ministrados pelo Padre José Vieira de Sampaio, no Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na cidade de São Sebastião da Pedreira, freguesia pertencente ao termo de Lisboa (IANTT, Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra M, maço 25, n. 12).

Por não ter deixado testamento, após o seu falecimento, a sua viúva, D. Maria Francisca de Mendonça Corte Real, reivindicou a sua habilitação no Juízo das Justificações do Reino, de modo a poder “haver, cobrar e receber tudo quanto conste pertencer ao dito seu marido, tanto pelo título de Conselheiro do dito Tribunal, como por outro qualquer princípio”. Pelo Auto de juramento, prestado ao Escrivão Mateus Gonçalves da Costa, D. Maria assegurou o usufruto dos bens de seu falecido marido, em conjunto com os seus filhos, sendo este, estimado em 325 réis (IANTT, Conselho da Fazenda, Letra M, maço 25, doc. n. 12).

A sua sucessão no governo de Mato Grosso, se deu por Luís Pinto de Sousa Coutinho, que a administrou entre 1769 e 1772. Sousa Coutinho era filho de Alexandre Luís Pinto de Sousa, fidalgo cavaleiro da Casa Real e terratenente e Senhor do Morgado de Balsemão e de D. Josefa Maria Madalena Pereira Coutinho. Era proveniente da Freguesia de Santiago de Leomil, onde foi batizado, e assentou residência em Balsemão (IANTT, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra L, maço 8, doc. 16). Coursou Matemática na Universidade de Coimbra, entre as décadas de 1750 e 1760, e, serviu como capitão no Regimento de Cavalaria de Almeida. Em 1765, foi promovido à patente de tenente-coronel do Regimento de Artilharia do Porto (RODRIGUES COSTA, 2012, p. 131-132).

O exame das provas, as quais, Sousa Coutinho se submeteu, para angariar a sua Habilitação ao Hábito da Ordem de Cristo (IANTT, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra L, maço 8, n. 16), se deu, concomitantemente, com a sua nomeação para o governo da capitania de Mato Grosso, mediante a publicação do decreto régio, datado de 14 de agosto de 1767. Comprovada a sua limpeza de sangue,

Coutinho, seguiu viagem de Lisboa para Belém, capital do Estado do Grão-Pará, onde aportou em 28 de julho de 1768 (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 13, docs. 801 e 817). De lá, empreendeu viagem pela rota das monções do norte, para tomar posse do governo de Mato Grosso, em 3 de janeiro de 1769 (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 13, docs. 820 e 829; cx. 14, doc. 848). Durante o seu período de governo, investiu no mapeamento da fauna, da flora e da hidrografia amazônica e na militarização do rio Guaporé (RODRIGUES, 2020, p. 119-132). Sousa Coutinho, foi sucedido no governo de Mato Grosso, por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789) (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 15, doc. 934).

Ao retornar ao Reino, serviu como ministro plenipotenciário na corte londrina entre 1774 e 1788, substituindo Martinho de Melo e Castro, período em que também se tornou sócio da Royal Society. Quando voltou para Lisboa, exerceu, interinamente, o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; incentivou o desenvolvimento da ciência e a reestruturação do ensino militar português e mediu as negociações que resultaram na assinatura do Tratado de Badajoz (1801). Estas ações lhe renderam a concessão do título de 1º visconde de Balsemão, pelo príncipe regente D. João VI (1796-1815) (FURTADO; MONTEIRO, 2019, p. 7-11).

A circularidade de experiências administrativas e de informações em cadeia pelos diferentes espaços das conquistas do Império português, tornaram singular, as dinâmicas de integração entre as suas conquistas e o Centro, durante o século XVIII (OLIVEIRA, 2020, p. 457-458).

A sua natureza múltipla, diz respeito à inexistência no âmbito do Império português (pelo menos até a segunda década do século XIX) de um estatuto universal de manutenção dos vínculos existentes entre o Centro e as suas conquistas. Os laços de fidelidade foram sendo sedimentados em diferentes bases de sustentação pois “a heterogeneidade de laços políticos impedia o estabelecimento de uma regra uniforme de governo, ao mesmo tempo que criava limites ao poder da Coroa ou dos seus delegados” (HESPANHA, 2001, p. 170-177).

A posse da fronteira entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso informou às dinâmicas de nomeação e de provimento dos seus governadores e capitães-generais durante a segunda metade do século XVIII. Ao cotejarmos elementos de suas trajetórias administrativas, pudemos evidenciar o compartilhamento de características comuns que estavam diretamente vinculadas à reprodução do *ethos* da aristocracia de

corte portuguesa no período moderno: graça régia e prestação de serviços (MONTEIRO, 1998, p. 383-402).

O pacto estabelecido entre o monarca e as Casas titulares, subvencionou as nomeações e os provimentos dos seus governadores e capitães-generais, durante o período de reinado de D. José I (1750-1777). A experiência militar acumulada no Real Serviço e as redes de clientela estabelecidas no Reino, pelos oficiais das conquistas, articularam o atendimento das demandas imperiais. Este movimento, se evidencia na longevidade de seus governos e nas mercês concedidas, como remuneração pelos serviços prestados no Estado do Grão-Pará e na capitania de Mato Grosso. O cultivo dessas redes, articularam o atendimento dos desígnios imperiais nos confins da América e o aditamento social de suas Casas no Reino, mediante o usufruto de senhorios e de títulos nobiliárquicos e das nomeações, tanto para outras capitanias, quanto para as Secretarias do Reino, durante a segunda metade do século XVIII.

Neste sentido, a condução de suas administrações foi veiculada pela sistematização do circuito interno de suas correspondências oficiais. Para tanto, fazia-se necessário, como já pontuamos no capítulo anterior, navegar pela bacia amazônica, para se escoar a comunicação entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, através das canoas de transporte conduzidas pelos ameríndios.

Diante disto, podemos nos indagar: Qual a rota de comunicação fluvial estabelecida pelos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso? Como a territorialização da bacia amazônica contribuiu para a consolidação do circuito interno de suas correspondências oficiais? Estes questionamentos são pertinentes para refletirmos sobre as especificidades, as disputas e os conflitos vivenciados pelos seus administradores, na constituição dos caminhos da integração, entre os extremos Norte e Oeste da América portuguesa.

A navegação pela rota das monções do norte, viabilizou a constituição das relações políticas e administrativas, entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. A interiorização da conquista lusa, empreendida por sertanistas, negociantes, missionários e indígenas entre o vale amazônico e a fronteira Oeste da América, tensionou a consolidação de sua posse territorial, durante a primeira metade do século XVIII.

A partir da assinatura do Tratado de Madri (1750), a territorialização da bacia amazônica, tornou-se o ponto de convergência das políticas de conquista ibéricas nos confins da América. Neste movimento, o controle sobre a rota Madeira-Mamoré-

Guaporé, como abordaremos no subitem a seguir, conformou-se na base de concretização de suas pretensões imperiais.

2.3 A rota das monções do norte: Madeira-Mamoré-Guaporé

A comunicação política e a integração administrativa entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso foram sistematizadas pela navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, doravante monções do norte. As expedições militares e a ocupação territorial dirigida por indígenas, sertanistas e missionários de meados do século XVII a meados do século XVIII conformaram o estabelecimento da sua rota de comunicação e a consolidação da posse de suas fronteiras pela Coroa portuguesa.

Mapa 3 - Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanhoes, aelles adjacentes [Cartográfico] / O Sarg. Mor. Engro. Ricardo Franco d'Almeida Serra [1777].



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Acessado em 11/11/2021. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>.

Patrícia Sampaio destaca que, durante o século XVII, a Coroa portuguesa não detinha o controle sobre a navegação do rio Madeira. As missões e as tropas de guerra

que atuaram no apresamento indígena e na coleta de drogas dos sertões⁵, conformaram-se como suportes de ocupação e de povoamento da fronteira Oeste da bacia amazônica (SAMPAIO, 2011, p. 163).

As entradas portuguesas nesta região, se deram em três momentos: de 1616 a 1654, à ilha de Tupinambarana; de 1655 a 1691, via rios Tapajós, médio Madeira e alto Negro e Solimões, e de 1692 a 1736, via rio Branco e os seus afluentes Uraricoera, Surumu, Tacutu, Japurá e Madeira. As ordens religiosas que se instalaram na região, objetivavam, “promover a conquista espiritual dos povos indígenas e a consequente ocupação de seus espaços territoriais”. Os aldeamentos comporão uma rede de conversão e de comércio que se estendeu pelos rios Negro, Solimões, Madeira e Mamoré (SANTOS, 2012, p. 53, 57-61 e REZENDE, 2006, p. 162-163).

A exportação das especiarias florestais do vale amazônico para a Europa, constituiu-se em uma alternativa à perda do monopólio português sobre as rotas orientais, durante fins do século XVII. As entradas aos sertões, desembocaram na extrapolação dos limites instituídos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) (CARDOSO, 2015, p. 7-10 e PURPURA, 2006, p. 14).

Em 1722, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará João da Maia da Gama (1722-1728), ordenou o sargento-mor Francisco de Melo Palheta, a empreender uma expedição de reconhecimento do rio Madeira. Com a jornada fluvial, Maia da Gama pretendia realizar o levantamento de suas potencialidades econômicas para a expansão dos negócios dos sertões e estabelecer a comunicação entre o Grão-Pará e as minas de prata de Potosí (Província de Santa Cruz de la Sierra). Desta expedição, resultou a descoberta da comunicação entre os rios Madeira e Guaporé e o estabelecimento da missão jesuítica castelhana de Santa Cruz de Cajuava, no rio Mamoré (PAPAVERO; TEIXEIRA; OVERAL, 2002, p. 185-188 e MELO, 2018, p. 90).

Neste contexto, os índios Mura expandiam o seu raio de atuação para o rio Madeira. Ferrenhos opositores da expansão portuguesa na fronteira Oeste da bacia amazônica, imprimiram o deslocamento de missões jesuítas, estabelecidas nas suas margens. Em 1724, o padre jesuíta João de Sampaio edificou a missão de Santo Antônio de Araretama,

⁵ Produtos extraídos da floresta amazônica pelos indígenas voltados para à exportação. Eram variados, sendo constituídos por raízes, resinas, folhas e óleos de origem vegetal com distintas aplicações comerciais: medicina, alimentação, tinturaria, cordoaria, construção naval etc. Entre os mais apreciados, encontravam-se: baunilha, breu, cacau, canela-do-mato, castanha-do-Pará, cravo (fino ou grosso), madeiras, óleos vegetais (andiroba, copaíba, cumaru, umeri), piaçaba, puxuri, gengibre, anil, salsaparrilha e urucum (POMPEU, 2020, p. 307).

entre as cachoeiras dos rios Jamari e Madeira. A povoação serviria como pouso para o abastecimento de canoas de transporte, na comunicação entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, e um entreposto para a consolidação da posse territorial portuguesa da rota das monções do norte (SANTOS, 2012, p. 257-258 e SAMPAIO, 2011, p. 162-163).

Os ataques desferidos pelos índios Mura, às canoas de transporte e aos índios que atuavam na coleta de cacau nos rios Madeira e Tapajós, durante a década de 1730, resultaram na produção de uma Devassa, por ordem do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará João de Abreu Castelo Branco (1737-1747). O padre jesuíta José de Souza, Provincial da Companhia de Jesus, apresentou as denúncias que serviram de base para a composição do seu processo, compilado no documento intitulado *Autos de Devassa contra os índios Mura do rio Madeira e Nações do rio Tocantins (1738-1739)* (CEDEAM, 1986).

João de Abreu Castelo Branco objetivava dar legitimidade ao pedido de declaração de guerra justa⁶ aos índios Mura. A campanha militar tinha dois motivos. O primeiro, residia na sua punição pelos ataques desferidos aos indígenas, com o fito de reduzi-los. O segundo, dizia respeito à desobstrução dos rios Madeira e Tocantins, para o estabelecimento da comunicação entre o Grão-Pará e as minas do interior da América portuguesa.

O rei D. João V (1706-1750) não concedeu a autorização para a declaração da guerra justa. A manutenção de boas relações entre as autoridades coloniais e os seus *Principais* (lideranças indígenas), era fundamental para a consolidação da posse territorial do rio Madeira, pois, por meio dos acordos firmados, garantia-se a ocupação e o povoamento das missões a serem estabelecidas nas suas margens (BRITO, 2019, p. 118-119).

A missão de Santo Antônio de Araretama foi realocada para a entrada do rio Madeira, com a denominação de missão do Trocano em 1742. Em 1756, foi elevada à condição de vila de Borba, a Nova, pelo governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). A vila de Borba desempenhou

⁶ Instrumento legal que permitia a declaração de conflito e escravização de indígenas hostis à portugueses e seus aliados. Eram reduzidos à condição de cativos e vendidos nas praças públicas, gerando receita para a administração colonial. Podia ser declarada em três momentos: 1) recusa à conversão ou impedimento de propagação da fé cristã; 2) ataques contra vassalos e aliados da Coroa portuguesa; 3) descumprimento de pactos políticos ou diplomáticos celebrados com a administração colonial (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123-125).

papel estratégico na consecução da conquista da fronteira Oeste da bacia amazônica no setecentos. Tornou-se a sede de um destacamento militar responsável por fiscalizar as canoas que desciam para Mato Grosso; atuou como um entreposto de defesa regional contra possíveis campanhas castelhanas ao alto rio Madeira e um “bastião de combate aos próprios Muras e outros indígenas contrários ao avanço europeu naquele perímetro” (SANTOS, 2012, p. 255-256).

A consolidação da posse territorial e o atendimento das demandas comerciais portuguesas, entre os extremos Norte e Oeste da América portuguesa, estava em risco, durante as três primeiras décadas do século XVIII. No rio Madeira, as guerras entre as tropas portuguesas e as nações indígenas Torá (1716) e Manao (1723-1727)⁷ comprometiam a realização dos *descimentos*⁸ e o estabelecimento das missões carmelitas no rio Negro. No rio Guaporé, a expansão das reduções jesuíticas castelhanas de Moxos e de Chiquitos (dependências do Vice-reino do Peru), tensionavam o litígio entre as Coroas ibéricas no extremo Oeste da América portuguesa. A profusão da atividade mineradora e seus descaminhos nas capitanias do interior associadas a instabilidade vivenciada na ocupação e na produtividade do extremo Norte, informaram a publicação do Alvará régio de 1733 que proibiu a navegação pelo rio Madeira (PAPAVERO; TEIXEIRA; OVERAL, 2002, p. 184-188, 191-196 e REZENDE, 2006, p. 166).

João Lucídio identifica três momentos correspondentes à periodização da lavragem nas minas de Mato Grosso, durante a primeira metade do século XVIII: 1) 1734 a 1740; 2) década de 1740; 3) 1740-1752.

Entre 1734 e 1740, prevaleceu a dinâmica de interiorização das entradas aos sertões. A abertura de caminhos de terra e a navegação do rio Guaporé, foram demarcadas por dificuldades logísticas, enfrentadas na constituição de seu processo (subsistência, produtividade, doenças etc.).

A década de 1740, caracterizou-se pela expansão das rotas de comércio, o apresamento de nações indígenas, a tentativa de estabelecimento de contatos entre

⁷ As redes comerciais indígenas estabelecidas pela navegação dos rios Negro, Japurá e Branco integraram o vale amazônico à zona caribenha entre os séculos XVII e XVIII. O choque entre as políticas portuguesa (conquista espiritual e coleta do cacau) e indígena (guerras intertribais) informaram a construção de uma fronteira dinâmica no rio Negro, durante a primeira metade do século XVIII (GUZMAN, 2007, p. 37-50).

⁸ Consistiam na realização de deslocamentos de populações indígenas de suas aldeias de origem para povoações administradas por missionários, por meio do convencimento e do estabelecimento de comum acordo entre religiosos e lideranças ameríndias (DIAS; BOMBARDI, 2016, p. 255-256 e COELHO, 2008, p. 269-270).

sertanistas paulistanos e jesuítas castelhanos e o investimento de capital (ferramentas, escravizados, aquedutos) na lavragem das minas.

Por conseguinte, entre 1740 e 1752, prevaleceu a espacialização do poder régio lusitano no rio Guaporé, a partir da criação da capitania de Mato Grosso (1748) e da fundação de sua vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752). Essas estruturas, viabilizaram à Coroa portuguesa, reivindicar a posse da “faixa de terras desde as cabeceiras do Jauru/Paraguai e Guaporé e toda a margem direita do rio Guaporé até sua foz no rio Madeira e continuando por este até ao rio Amazonas” (LUCÍDIO, 2013, p. 216-217).

Os colonos expandiram os seus negócios, a partir da caça e da pesca, realizada às margens do rio Guaporé; o apresamento de indígenas para o suprimento de mão de obra nas suas lavouras e na constituição de redes mercantis, com jesuítas castelhanos e negociantes do Estado do Maranhão e Grão-Pará, durante a década de 1740. A diminuição na arrecadação dos quintos pagos à Coroa portuguesa, decorrente da redução do ouro de aluvião, encontrado nos afluentes da margem direita do rio Guaporé, ensejaram a composição de campanhas de desbravamento territorial pelos sertanistas de Mato Grosso (LUCÍDIO, 2013, p. 218).

As flutuações de mercado, as dificuldades impostas pelo trânsito nas rotas de comunicação terrestre e fluvial, entre as praças mercantis de Cuiabá, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, a demanda por mão de obra indígena e a busca de novos veios auríferos, inviabilizavam a manutenção de um fluxo regular de abastecimento e de subsistência dos lavradores instalados no rio Guaporé, na primeira metade do século XVIII (DORADO RODRIGUES, 2008, p. 68-73).

As viagens realizadas pelos afluentes da bacia amazônica, durante o setecentos, por Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado (1742, Guaporé-Madeira); Leonardo Oliveira (1742, Juruena-Tapajós); Miguel da Silva e Matias Correia (1744, Guaporé); João de Souza Azevedo (1746, Arinos-Juruena-Tapajós); José Leme do Prado (1747, Guaporé), articularam a expansão portuguesa na fronteira Oeste da América e o estabelecimento de rotas de comércio alternativas com o vale amazônico (LUCÍDIO, 2013, p. 218-219).

A jornada fluvial mais conhecida e discutida pela historiografia clássica sobre a conquista do interior da América portuguesa reside na empreendida pelo lavrador Manuel Félix de Lima e o sertanista Francisco Leme do Prado. Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado (1742) seguiram viagem em direção às missões jesuíticas castelhanas de

Moxos e de Chiquitos para comercializar produtos e explorar jazidas minerais (SOUTHEY, 1862, p. 398-426; DAVIDSON, 1973, p. 91-93 e MAGALHÃES, 1978, p. 188-193). Navegando pelos rios Sararé, Guaporé e Baures, desembarcaram na missão castelhana de Santa Maria Madalena e de São Miguel, ambas situadas no rio Guaporé. Em Santa Maria Madalena, conseguiram comprar gado e outros produtos da terra, o que não veio a se repetir na redução de São Miguel, devido ao pouco rebanho disponível e a falta de interesse, por parte dos seus religiosos, em negociar com os portugueses (CORRÊA FILHO, 1969, p. 253).

Mapa 4 - Mapa das Missões de Mojos e Chiquitos [século XVIII].

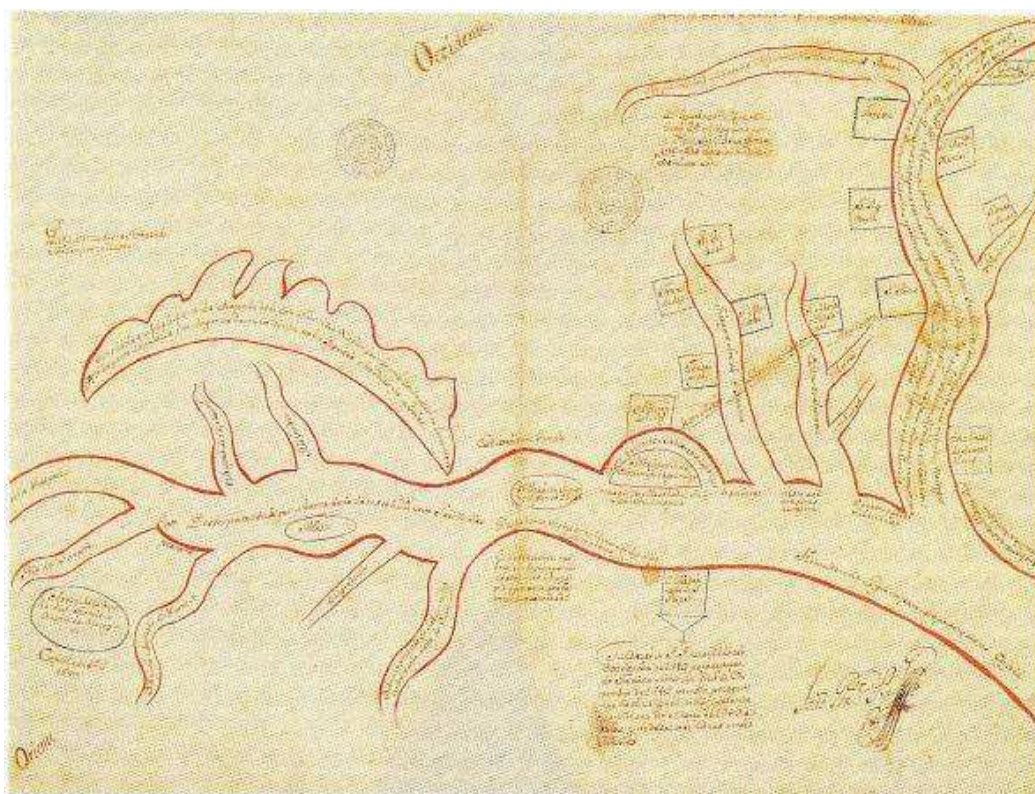


Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Acessado em 11/11/2021. Disponível em: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15631>.

Visando adquirir mais carne e provisões, o grupo se dividiu em dois: Manuel Félix de Lima subiria o rio Madeira, até chegar à capitania do Grão-Pará, e Francisco Leme do Prado, seguiria pelo rio Mamoré, em direção à missão castelhana da Exaltação da Cruz (dependência das reduções de Moxos). Os religiosos locais, receberam ordens expressas dos seus superiores, para não manter qualquer tipo de contato com os lusitanos (LUCÍDIO, 2003, p. 21). Com o veto, o comboio de Leme do Prado, não conseguiu o seu

intento comercial, mas, tomou conhecimento do estabelecimento da missão de Santa Rosa, na margem esquerda do rio Guaporé. Ao retornar para Cuiabá, Leme do Prado, foi interrogado pelo Ouvidor João Gonçalves Pereira. As informações recolhidas, foram enviadas para Lisboa, onde foram empregadas na elaboração de um mapa, localizando as reduções jesuíticas castelhanas de São Miguel e de Santa Rosa, estabelecidas entre os rios Mamoré e Guaporé (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 2, doc. 131 e cx. 3, doc. 170).

Figura 3 - Carta da rede hidrográfica dos rios Guaporé e outros rios e ribeirões em Mato Grosso. João Gonçalves Pereira, posterior a 1743.



Fonte: FARIA, M. Mato Grosso: Estado-Fronteira. *Oceanos*, Lisboa, n. 40, p. 166, out./dez. 1999.

Manuel Félix de Lima e seu grupo levaram cerca de 4 meses para navegar os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Saindo da missão castelhana de São Miguel (rio Guaporé), desembarcaram em Belém, capital da capitania do Grão-Pará, em fevereiro de 1743. A viagem realizada pelo lavrador, chegou ao conhecimento do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará João de Abreu Castelo Branco (1737-1747). Os dissídios entre o Ouvidor Timóteo Pinto de Carvalho e Manuel Félix de Lima, durante o seu interrogatório, onde se confirmaram as suas pretensões comerciais, resultaram no seu envio para Lisboa, onde foi julgado e preso (Projeto Resgate – AHU - Pará, cx. 25, doc. 2387).

O reconhecimento das potencialidades, relativas ao estabelecimento de negócios entre os habitantes de Cuiabá e os missionários castelhanos de Chiquitos, foi aventada pela Coroa portuguesa. Entretanto, o risco que pairava sobre a manutenção da posse da fronteira Oeste, ensejou a continuidade da proibição da comunicação oficial entre lusos e castelhanos no rio Guaporé (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 3, docs. 140 e 146).

O contexto geopolítico vivenciado em ambos os lados do Atlântico, era sensível na primeira metade do século XVIII. No Reino, Alexandre de Gusmão e D. José de Carvajal, negociavam as diretrizes para a demarcação dos limites entre as possessões lusa e castelhana, que desembocou na assinatura do Tratado de Madri (1750). Na América portuguesa, formava-se o cinturão aurífero do Império português, com as entradas mineradoras das capitanias de Mato Grosso, de Goiás e de Minas Gerais.

Conhecer o território e as suas vias de comunicação, foi imprescindível para a sustentação das pretensões portuguesas na condução da barganha diplomática com os castelhanos (CHAVES, 2014, p. 219 e FURTADO, 2017, p. 54). O conhecimento do espaço, compreendido entre os rios Guaporé e Madeira, pela Coroa portuguesa, decorreu das expedições realizadas por sertanistas, em “busca de novas áreas de ocorrência aurífera”, na primeira metade do século XVIII (LUCÍDIO, 2013, p. 222).

João de Sousa Azevedo, natural do Reino e proprietário de uma feitoria no rio Madeira, seguiu de Cuiabá para Belém, entre 1747 e 1749. Com uma comitiva composta por mais de 30 pessoas, Azevedo buscava realizar negócios na praça mercantil de Belém e informar ao governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1747-1751), a descoberta de ouro de aluvião no rio Arinos. Ao desembarcar em Belém, foi interrogado pelo governador e enviado, junto com o seu comboio, para a Fortaleza dos Pauxis (rio Amazonas), onde ficaram presos, até a execução de seu interrogatório. A sua inquirição, resultou na acusação de estar auxiliando os missionários castelhanos a desencaminhar o ouro das minas de Cuiabá no rio Guaporé (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 29, doc. 2784 e cx. 32, doc. 2987).

Mendonça Gorjão autorizou o retorno de sua comitiva para Cuiabá, somente em 1750 (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 32, doc. 3000). Pelas informações coletadas e os seus conhecimentos sobre a navegabilidade dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, João de Sousa Azevedo foi admitido no trabalho das demarcações de limites do Tratado de Madri (1750) (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 6, doc. 396 e Pará, cx. 37, doc. 3487 e cx. 42, doc. 3842) e no comando de canoas de transporte e de fortalezas, situadas

entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, durante a década de 1750 (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 100, docs. 32 e 33; Códice 128, Doc. 21 e Códice 122, fl. 227).

No Reino, as negociações diplomáticas conduzidas por Alexandre de Gusmão, dependiam da sistematização das informações coletadas sobre a navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, em fins da década de 1740. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Marco Antônio de Azevedo Coutinho (1747-1750), destacou em cartas enviadas ao visconde de Vila Nova da Cerveira, Tomás da Silva Teles, o processo de elaboração do *Mapa das Cortes* (1749) (CORTESÃO, 1950-1963, p. 251-252, 262-264).

Em carta enviada ao Cardeal da Mota, datada de 3 de novembro de 1747, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, informava ter ordenado ao Secretário de Estado do Maranhão e Grão-Pará José Gonçalves da Fonseca, a empreender uma expedição de reconhecimento do rio Madeira e produzir um mapa detalhando as suas potencialidades. Seguiram na jornada fluvial com o secretário José Gonçalves da Fonseca, o sargento-mor Luís Fagundes Machado e o piloto Antônio Nunes. À Luís Fagundes, cabia zelar pela segurança e exercer o comando da expedição e à José Gonçalves e Antônio Nunes, mapear as coordenadas geográficas e naturais dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. A viagem empreendida entre Belém e o Mato Grosso durou cerca de 9 meses, sendo realizada entre julho de 1749 e abril de 1750 (AHI, Lata 288, Maço 8 apud FERREIRA, 2007, p. 64 e Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [1901] 1987, p. 47).

A partir dos levantamentos realizados, José Gonçalves da Fonseca elaborou uma Carta Hidrográfica, que serviu como base para a construção, em Lisboa, do *Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional*, conhecido como *Mapa das Cortes* (1749). Este documento, sustentou a argumentação de Alexandre de Gusmão e o atendimento das pretensões imperiais portuguesas, na condução das negociações diplomáticas na corte madrilenha, junto a D. José de Carvajal. O *Mapa das Cortes* (1749), arrendava territórios em proveito da expansão lusa para as regiões de fronteira da América.

Mapa 5 - Mapa das Cortes (1749)



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 11/8/2021.

Os rios situados ao Norte (Orinoco e Madeira), a Oeste (Mamoré e Guaporé) e ao Sul (Prata e Paraguai) da América portuguesa foram tomados como balizas para a construção das projeções cartográficas presentes no *Mapa das Cortes* (1749). Com a aprovação das suas disposições e formalizadas as questões burocráticas, Portugal e Espanha, assinaram o Tratado de Madri em 13 de janeiro de 1750 (KANTOR, 2013, p. 147-150 e DAVIDSON, 1970, p. 157-158).

A criação da capitania de Mato Grosso (1748) consolidou a posse portuguesa na fronteira Oeste da América em fins da primeira metade do século XVIII. A especialização do poder régio, fomentou a comunicação política entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. A rota das monções do norte desempenhava papel estratégico na consecução do seu projeto de conquista, pois, viabilizava o escoamento da produção que abastecia as povoações, as tropas e a sociedade colonial instituída nas margens dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

D. Antônio Rolim de Moura, em cartas enviadas ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos Diogo de Mendonça Corte Real (1750-1756), defendia que, a abertura da navegação entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso,

contribuiria para o povoamento das lavras da fronteira Oeste, com colonos do extremo Norte; dinamizaria o seu fluxo de abastecimento com a redução dos encargos nas transações mercantis; estreitaria a comunicação de Mato Grosso com o Reino e consolidaria o controle luso sobre a navegação do rio Madeira (IHGB, Arquivos 1,2,4, fls. 3-4, 35-36 apud SANTOS, 2008, p. 19, 21).

Francisco Xavier de Mendonça Furtado reiterou a sua posição. Mendonça Furtado destacava, o risco iminente dos castelhanos empreenderem uma campanha militar de invasão na capitania de Mato Grosso; expandirem os seus núcleos de povoamento pelas margens do rio Guaporé e intensificarem o comércio entre os seus limites, ainda por serem delimitados, entre as Coroas ibéricas.

A manutenção da proibição de navegação pela rota das monções do norte, se esvaía com o conhecimento das suas potencialidades pelas Coroas ibéricas, implicando em urgência, o seu franqueamento pela monarquia portuguesa. Deste modo, garantir-se-ia o exercício da soberania régia portuguesa, por meio da contenção de uma invasão castelhana no rio Guaporé, o controle sobre o escoamento do ouro extraído das minas do interior da América e o estreitamento dos vínculos comerciais, entre a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará (MENDONÇA, 2005, t. 1, p. 181, 187-188, 190).

A Provisão régia de 14 de novembro de 1752, revogou o decreto régio de 1733, restringindo a comunicação comercial entre a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará, exclusivamente pela rota das monções do norte, até fins do século XVIII. O dispositivo régio, garantia a exploração e o escoamento do ouro das minas e o abastecimento de gêneros entre o Grão-Pará e o Mato Grosso. Apesar do estreitamento dos vínculos entre as suas unidades administrativas, as relações com o porto fluminense, por parte da capitania de Mato Grosso, não foram descartadas, mantendo-se uma relação de coexistência entre espaços distintos na América, no qual, a praça mercantil de Vila Bela da Santíssima Trindade, atuou como um entreposto de integração comercial.

O transporte de bens, de pessoas e de provisões, foi sustado pelas povoações e pelas fortalezas, estabelecidas nas margens dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. A sua infraestrutura logística, abastecia as canoas de transporte e a fiscalização do fluxo das suas cargas. O franqueamento da rota, sedimentou o estabelecimento das relações políticas e administrativas, entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso (SANTOS, 2008, p. 20-22 e FONSECA, 2012, p. 16-19). No capítulo subsequente, retomaremos esta questão, ao atermo-nos à análise do epistolário destes oficiais.

As viagens entre o Grão-Pará e o Mato Grosso durante o século XVIII, eram extremamente penosas e dependentes de capital financeiro para a redução de indígenas e o provimento (alimentos, armas, tripulação, mercadorias etc.) das canoas de transporte. Uma expedição de ida e volta poderia levar até 2 anos para ser concluída. A navegação era ditada pelo ritmo das cheias e das vazantes dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé; a contração de doenças pelos seus tripulantes; os ataques de nações indígenas (Mura e Mundurucu no Madeira e Paiaguá, Caiapó e Guaicurú no Guaporé) e a disponibilidade de canoas para a realização das travessias (DORADO RODRIGUES, 2008, p. 81 e COELHO, 2005, p. 246).

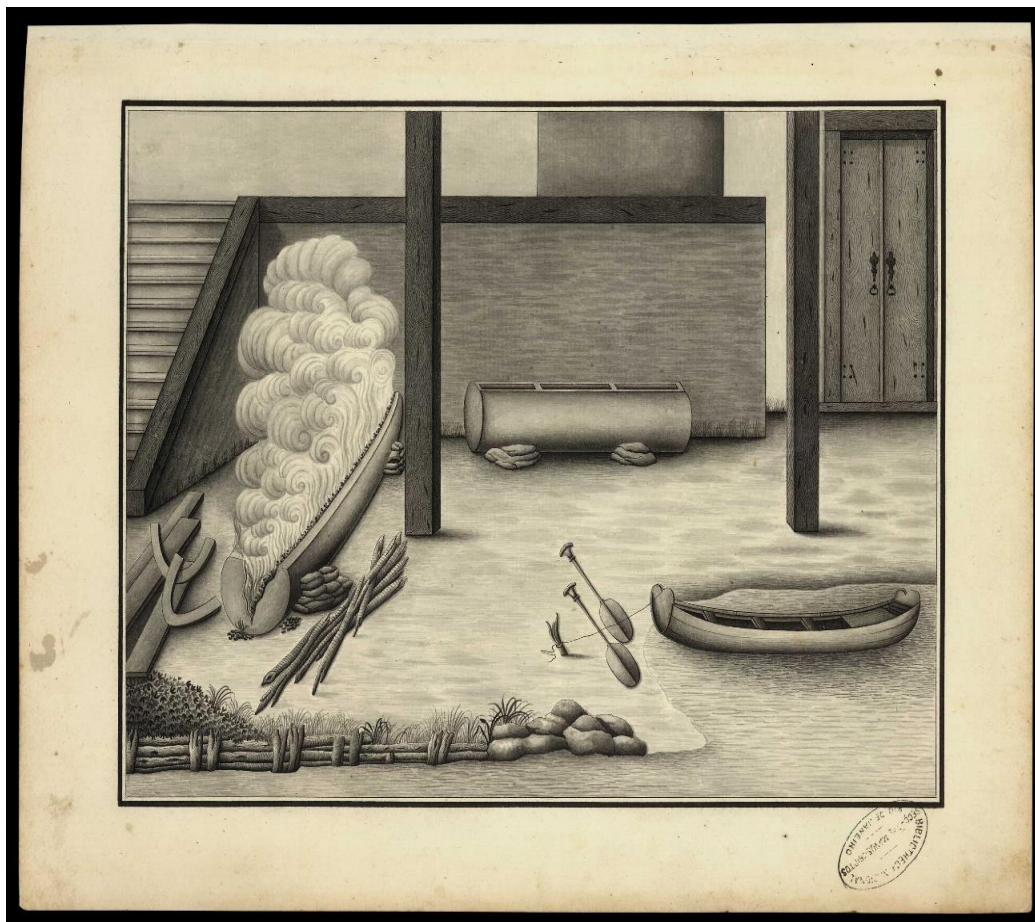
Elias Ferreira e Décio Guzman destacam como os indígenas foram fundamentais para a consolidação deste circuito. Os ameríndios, atuavam em todas as etapas das jornadas, indo desde o corte da madeira a ser empregada na produção artesanal das embarcações até à coordenação dos remos, na travessia pelos rios nas canoas de transporte. A localização, a seleção e o corte das árvores encontradas nas florestas, se davam por meio do repertório multicultural elaborado pelos nativos, sendo estes saberes, fruto da sua interação com o meio ambiente, das experiências acumuladas na atividade de coleta das drogas dos sertões e do contato estabelecido com as civilizações europeias (FERREIRA, 2016, p. 102-107 e GUZMAN, 2001, p. 96-97).

As canoas de transporte, constituíam-se no suporte material empregado na mobilidade regional do vale amazônico. A sua condução pelos rios era realizada por índios remeiros e pilotos. Os índios remeiros empregavam a força bruta para impulsioná-las pelos rios e os pilotos, também conhecidos localmente como *jacumaúbas*, às guiavam pelos caminhos mais seguros, a partir dos saberes que detinham sobre a hidrografia amazônica (FERREIRA; VIANA, 2021, p. 3-7 e DELSON; MENG, 1995, p. 176-180).

Durante o século XVIII foi recorrente o uso de três tipos de embarcações, sendo elas as canoas de casca ou *igarités*; as canoas de tronco ou *ubás* e as canoas de tábua ou *bergantim*. As canoas de casca ou *igarités*, eram de uso comum de indígenas não aldeados, sendo assim, consideradas embarcações primitivas. A sua confecção era realizada com o casco de árvores grandes e sem o emprego de ferro para a sua sustentação. As canoas de tronco ou *ubás*, eram mais resistentes, por serem feitas com o tronco das árvores que eram escavadas com fogo. Eram empregadas no transporte de cargas e de mineiros e na coleta das drogas dos sertões. Por conseguinte, as canoas de tábua ou *bergantim*, eram as mais comuns entre colonos e autoridades portuguesas. Eram feitas

com o tronco das árvores e acrescidas de tábuas nas suas laterais, elementos que expressavam o hibridismo cultural europeu e indígena.

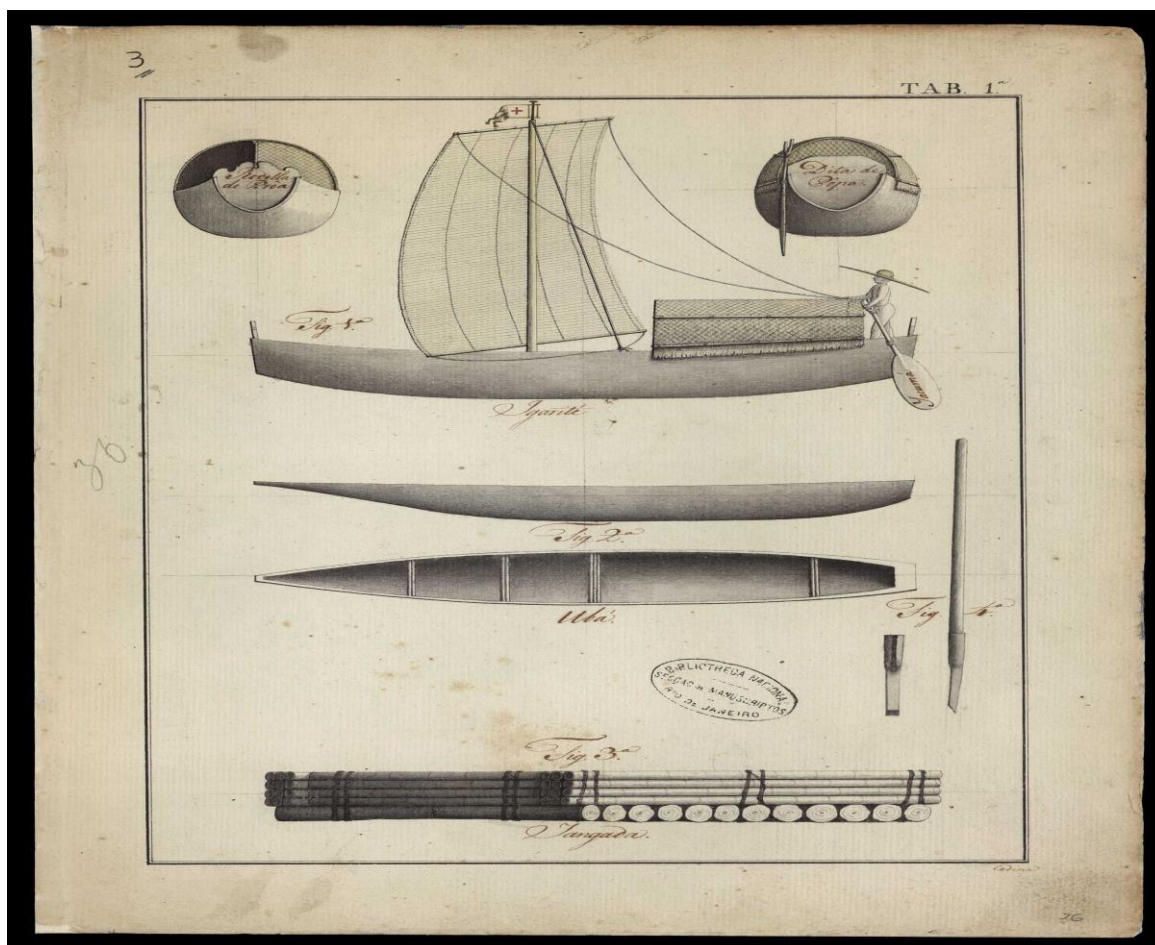
Figura 4 - Canoa indígena (s.d)



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 19/8/2021.

As modificações empregadas na confecção das canoas decorreram do contato estabelecido entre portugueses e indígenas; a sua adequação física as condições de navegabilidade dos rios; à prática da atracação em suas margens, para adensamento das entradas nas matas; a garantia de maior estabilidade no seu curso; proteção das cargas transportadas e as habilidades de condução, que os nativos mobilizavam no desempenho de suas funções, na travessia dos rios (FERREIRA, 2016, p. 81-83 e DELSON; MENG, 1995, p. 174-177).

Figura 5 - Uma igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios (s.d).



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 19/8/2021.

A integração política e administrativa entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso foi consolidada pela prática epistolar de seus governadores e capitães-generais e articulada pela navegação fluvial, via monções do norte. Através do usufruto dos saberes e das alianças estabelecidas com os povos indígenas, escoou-se o ouro, as cartas, as armas e as provisões, que perfizeram o trânsito da comunicação política destes oficiais, durante a segunda metade do século XVIII.

A navegação fluvial assegurou o atendimento das demandas geopolíticas do Império português em duas frentes: internamente, estruturou a comunicação entre os extremos Norte e Oeste da América portuguesa, e, externamente, dinamizou as articulações comerciais, entre os seus mercados consumidores e o Reino, via Atlântico, com a importação de mão de obra africana e a exportação de gêneros da terra (drogas dos sertões).

A consolidação da posse territorial de suas fronteiras redimensionou o projeto de conquista lusitano entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso. As suas implicações, como discorreremos ao longo deste capítulo, intensificaram o fluxo da comunicação epistolar de seus governadores e capitães-generais, os seus critérios de nomeação e de provimento e a abertura oficial da rota das monções do norte.

As suas contingências administrativas – comuns em toda a América portuguesa – como abordaremos no capítulo seguinte, foram vivenciadas e compartilhadas entre os seus oficiais, através do discurso veiculado nas suas correspondências oficiais. As tensões fronteiriças, os embates pelo acesso à mão de obra indígena e a circulação de bens e de pessoas pelas monções do norte, estruturaram a expansão colonial lusa, nos extremos Norte e Oeste da América portuguesa, em meados do século XVIII.

3 CIRCUITOS FLUVIAIS: O EPISTOLÁRIO DOS GOVERNADORES E CAPITÃES-GERAIS DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Durante a segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa investiu no redimensionamento do projeto de conquista dos confins da América portuguesa. A sua base estava fundamentada na demarcação dos limites entre os domínios luso e castelhano (Tratado de Madri, 1750); na dinamização da produtividade local (Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778) e na civilização dos povos indígenas (Diretório dos Índios, 1757-1798) (DOMINGUES, 2019, p. 131-136).

Estas medidas contribuíram para a consolidação de sua posse territorial e de sua integração aos circuitos mercantis do Império português. A ocupação e o povoamento de territórios longínquos e confinantes com os domínios castelhanos, em meio aos desdobramentos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e da indefinição de seus limites (Tratado de El Pardo, 1761) na América, informaram as administrações dos governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, em meados do século XVIII.

Neste capítulo, analisaremos como os governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso vivenciaram estes processos, a partir da análise quantitativa e qualitativa do circuito interno de suas correspondências oficiais. O corpus documental que sustenta a análise é composto por cartas de ofício, recibos de pedidos de empréstimos, relações e listas de remessas de gêneros. A partir dos conjuntos temáticos – Defesa, Abastecimento, Indígenas e Crédito – serão debatidas a frequência e a importância ocupada por cada questão nas suas administrações bem como a tessitura das relações políticas e administrativas estabelecidas entre os seus oficiais.

O conceito que norteia as análises neste capítulo, é o de “linguagens políticas”, de John Pocock. De acordo com Pocock, durante a comunicação estabelecida entre locutor e interlocutor, informação e ação encontram-se entrelaçadas. A produção de sentidos, se dá por meio do compartilhamento das normas e das demandas políticas emergentes dos grupos e estratos sociais, dos quais, os seus interlocutores são provenientes. Neste movimento, as hierarquias estamentais e o poder político, que caracterizavam a cultura política no Império português, concretizaram-se no discurso epistolar dos governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, no século XVIII (POCOCK, 2009, p. 69-72).

A hipótese levantada para este capítulo, consiste em pontuar que, por meio do estabelecimento do fluxo de bens, de armas e de gêneros, viabilizou-se o atendimento das demandas de integração política e administrativa, entre os extremos Norte e Oeste da América portuguesa, de meados do século XVIII.

3.1 Defesa: a definição dos limites territoriais

A assinatura do Tratado de Madri (1750) orientou o debate sobre a consolidação das fronteiras lusa e castelhana nas missivas dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso em meados do século XVIII. As expedições de demarcação encaminhadas nos extremos Norte e Sul e as campanhas militares castelhanas na fronteira Oeste da América portuguesa tensionaram a consolidação de sua posse territorial.

O encaminhamento das expedições de demarcação foi dividido em duas comissões que atuaram nas bacias amazônica e platina, subdivididas em três *partidas* ou *tropas*. As partidas do Norte ficaram a encargo do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) e D. José de Iturriaga e as do Sul, ao governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada (1733-1763) e Gaspar Tello y Espinosa, marquês de Valdelirios. Os pontos de encontro das comitivas no vale amazônico e no Prata foram o arraial de Mariuá (rio Negro) e Castilhos Grandes (região próxima à costa do atual Uruguai) (GUERREIRO, 1999, p. 30-31 e ARAÚJO, 1998, p. 102-103).

Os trabalhos realizados por Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Norte e por Gomes Freire de Andrada ao Sul não consolidaram a implementação do Tratado de Madri (1750). A indefinição dos limites territoriais entre as Coroas ibéricas na América persistiu por toda a segunda metade do século XVIII (Tratado de El Pardo, 1761 e Tratado de Santo Ildefonso, 1777) e princípios do século XIX (Tratado de Badajoz, 1801) (MAGALHÃES, 1998, p. 34-42 e CORTESÃO, 1965, p. 303-310). A sucessão destes acordos foi demarcada por campanhas militares castelhanas (Colônia do Sacramento, 1762-1763; capitania de Mato Grosso, 1763-1766; Ilha de Santa Catarina, 1777) e pelo mapeamento luso das potencialidades políticas e econômicas da bacia amazônica (Correição do Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, 1774, e, *Viagem Filosófica* do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, 1784-1792) (BRITO, 2019, p. 108-109 e TAVARES, 2014, p. 75-82, 99-102).

A capitania de Mato Grosso se configurou como um espaço de interseção entre as possessões lusa e castelhana, situadas à Oeste da América portuguesa. A posse de sua fronteira, como abordaremos nos itens a seguir, conformou as práticas governativas de seus administradores e a militarização da bacia amazônica, ao longo do século XVIII.

3.1.1 As *partidas* do Norte (1754-1759)

As *partidas* do Norte se concentraram em três expedições no vale amazônico: a primeira no rio Javari; a segunda entre os rios Negro e Solimões e a terceira, entre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Após chegar ao arraial de Mariuá, em 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado aguardou pela chegada de D. José de Iturriaga até 1756, quando retornou à Belém, em decorrência da falta de provisões para abastecer a sua comitiva; de recursos para custear o pagamento dos soldos de seus militares; da resistência dos missionários jesuítas em ceder índios para as demarcações no rio Negro e os impactos da publicação das Leis de Liberdade indígena (1755) no Estado do Grão-Pará (SANTOS, 2011, p. 68-70 e CAMILO, 2008, p. 218-219).

A estadia de Mendonça Furtado no arraial de Mariuá pode ser dividida em dois momentos: 1754-1755 e 1758. Entre 1754 e 1755, foi gestada a criação da capitania de São José do Rio Negro (1755) e a implementação das Leis de Liberdade indígena (1755), no vale amazônico. Em 1758, em seu retorno ao rio Negro, celebrou a elevação do arraial de Mariuá à condição de vila de Barcelos (1758), capital da capitania de São José do Rio Negro e a posse de seu primeiro governador, o coronel Joaquim de Melo Póvoas (1758-1761) (SANTOS, 2012, p. 47).

A fundação da capitania de São José do Rio Negro (1755) e a instituição da vila de Barcelos (1758), como sede de seu governo, constituíram-se, respectivamente, em uma medida complementar às expedições de demarcação entre os domínios ibéricos (Tratado de Madri, 1750) e em um “protótipo de experimentação” da política urbana pombalina, nos confins ocidentais da América portuguesa, em meados do século XVIII (SANTOS, 2011, p. 70-71 e BICALHO; ARAÚJO, 2017, p. 253-254).

Para abordarmos esses dois momentos, faz-se necessário retomar o epistolário do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) e do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763). Este exercício se justifica por dois motivos: o primeiro, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter sido comissário das *partidas* do Norte (1752-1759), e, o segundo, por ter sido substituído na função por D. Antônio Rolim

de Moura, a partir de 1759. Feitas estas breves considerações, passemos a palavra aos nossos interlocutores.

3.1.2 A logística das demarcações (1754-1755)

O período compreendido entre 1754 e 1755 é composto pelas cartas escritas no Pará e em Vila Bela da Santíssima Trindade, respectivamente, capitais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. Neste momento foram escritas quatro correspondências, sendo duas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no Pará e duas por D. Antônio Rolim de Moura, em Vila Bela da Santíssima Trindade. Os assuntos tratados nestas missivas, dizem respeito a divulgação do Tratado de Madri (1750) e a logística das demarcações, a serem implementadas na rota das monções do norte.

As comitivas portuguesas que atuaram nas monções do norte, eram compostas por militares, que asseguravam a defesa de seus comissários; por índios remeiros e pilotos, que conduziam as canoas de transporte pelos rios e por “oficiais e geógrafos que hão de fazer a divisão dos reais Domínios de S. Maj. por esta parte do norte” (MENDONÇA, 2005, t. 1, p. 423-424).

A viagem era longa. De Lisboa, os comissários estrangeiros embarcavam nas naus, em direção à cidade de Belém, e de lá, seguiam em canoas de transporte, pela rota das monções do norte, para Vila Bela da Santíssima Trindade. A longa espera, pela chegada dos oficiais estrangeiros, implicava atrasos no andamento das expedições em Mato Grosso (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 172), além de riscos à sua integridade física, tanto pelos perigos encontrados na rota das monções do norte, quanto pela insalubridade climática, atribuída por D. Antônio Rolim de Moura, ao rio Guaporé, durante os seus períodos de cheia (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 81).

Os artigos VI e VII do Tratado de Madri (1750), regulamentaram as expedições, a serem realizadas entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso. O artigo VI, definia que a intersecção entre ambas, se daria pela bacia do Paraguai, tendo como ponto de encontro, o rio Jauru. Pelo artigo VII, os rios Jauru e Guaporé, tornaram-se os limites naturais, entre os domínios ibéricos na fronteira Oeste da América (Tratados internacionais de limites que interessam à Mato Grosso, 2002, p. 34-35).

A aplicação de suas disposições, não se deram sem que Mendonça Furtado, na condição de comissário das demarcações do Norte, fizesse uso de subterfúgios, para assegurar a manutenção dos domínios de Sua Majestade Fidelíssima à Oeste da América lusa. Diante disso, fazia-se necessário que:

V. Ex^a [D. Antônio Rolim de Moura] me queira fazer a honra de socorrer-me com toda a notícia que tiver a este respeito e, se couber no possível, mandar-me um mapa, assim da situação em que se acha essa vila como das campinas que lhe ficam da outra parte do rio [Guaporé], com a declaração se há algumas serras ou montes notáveis que possam servir de balizas àquela Demarcação e com os quais eu possa protestar a extensão do terreno, afastando-me da linha que se manda lançar pelo mesmo artigo VI, fazendo assim útil à nação a pequena liberdade que se concede aos Comissários, no referido artigo. Também espero dever a V. Ex^a o querer participar-me todas as notícias que tiver da margem austral do rio Guaporé, porque todas as que tenho alcançado destes homens [não] sossegam (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 159).

Em carta datada de 1^a de setembro de 1754, D. Antônio Rolim de Moura, ressaltava a necessidade de se manter livre a navegação, não apenas dos rios Jauru e Guaporé, mas também, dos seus afluentes, os rios Alegre e Aguapeí. Segundo o governador de Mato Grosso, as “cabeceiras” dos rios Alegre e Aguapeí, tinham uma “planície de somente duas léguas, por onde facilmente se podem varar canoas”, através das quais, se poderia compor, um corredor de abastecimento das fazendas e do porto, a serem estabelecidos em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e em Vila Bela da Santíssima Trindade (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 205-206). Nos seus termos, “bem se deixa ver quão preciso se faz a esta capitania que a navegação destes rios nos não fique embaraçada pela demarcação: isto é, que com ela nos fique inteiramente livre, ou ao menos comum” (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 82).

O território contestado, entre as Coroas ibéricas no rio Guaporé, era propenso ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da pesca e da mineração (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 158-159). Com a expansão dos aldeamentos missionários jesuíticos pela sua margem esquerda, desde fins do século XVII, tornou-se imperioso para a administração colonial lusa, assegurar a manutenção de sua posse territorial (LUCÍDIO, 2013, p. 220). Em vista disto, D. Antônio defendia que os trabalhos de demarcação deveriam ser conduzidos na região:

desde a barra do Jauru, na mesma direção que no dito Tratado se lhe determina até encontrar o rio Aguapeí, seguir pelo seu álveo até as cabeceiras, vir buscar a do rio Alegre, continuando pelo seu álveo até emparelhar com a ponta do sul da serra do Grão-Pará, que fica defronte desta vila [Bela da Santíssima Trindade], e, indo buscar a dita serra, correr pelo cume dela até cobrir alguns sítios que estão pouco abaixo da barra do Sararé, ou até onde quebra a mesma serra, para vir daí buscar este rio, pois desta forma nos fica permitida a navegação acima dita, e nos ficam também para dentro da nossa demarcação as terras que estão desde a falda oriental da serra do Grão-Pará até a beira deste rio [Guaporé], aonde se acham já estabelecidas várias roças, e que não só por esta razão, mas pelas madeiras que tem, se fazem muito precisas à subsistência desta vila (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 82).

A subsistência dos colonos estabelecidos em Vila Bela da Santíssima Trindade, foi um dos principais problemas enfrentados na administração de D. Antônio Rolim de Moura, na capitania de Mato Grosso. As redes mercantis estabelecidas, a partir de Vila Bela da Santíssima Trindade, orientavam-se por dois eixos: ao Norte, com os negociantes de Belém, e, ao Sul, com os mercadores de São Paulo e do Rio de Janeiro (DORADO RODRIGUES, 2008, p. 94-96). Em ambos os sentidos, vivenciaram-se irregularidades nos seus fluxos de abastecimento, devido, tanto as condições logísticas de transporte (chuvas, regime dos rios, doenças, curso indígena, intercepções, ataques etc.) encontradas na navegação pelas monções e pela travessia dos caminhos de terra, quanto pelas flutuações de mercado (concorrência desigual, investimento de capital etc.) que regulavam a tessitura de suas redes mercantis, no interior da América portuguesa (CANOVA, 2011, p. 260-262 e SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 204-205).

Neste primeiro momento, pudemos evidenciar como a escrita epistolar de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e D. Antônio Rolim de Moura, estruturou a logística de implementação das demarcações, na rota das monções do norte. O seu expediente, consolidou as relações políticas e administrativas estabelecidas entre os seus oficiais e a territorialização da bacia amazônica, entre 1752 e 1754.

3.1.3 As monções do norte (1755-1759)

O período compreendido entre 1755 e 1759, é composto pelas cartas escritas no arraial de Mariuá e em Vila Bela da Santíssima Trindade, respectivamente, sede das expedições de demarcação do Norte e capital da capitania de Mato Grosso. Neste momento, foram escritas, oito correspondências, sendo, três, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no arraial de Mariuá, e, cinco, por D. Antônio Rolim de Moura, em Vila Bela da Santíssima Trindade. O seu debate, se centra nas dificuldades de implementação das diretrizes do Tratado de Madri (1750) na rota das monções do norte e nos conflitos vivenciados entre D. Antônio Rolim de Moura e os jesuítas castelhanos das reduções de Moxos, no rio Guaporé.

Em carta datada de 13 de outubro de 1755, Mendonça Furtado destacou, como a espera pela chegada de D. José de Iturriaga no rio Negro, embaraçava o andamento das expedições na região, deixando-lhe “em uma pura inação, sem saber ainda a que folhas vai o meu conferente”. Por conta disto, não poderia adiantar maiores informações a D. Antônio, contando com a sorte, de que o comissário castelhano, chegasse “a essa Vila [arraial de Mariuá] no mês de abril ou maio” (MENDONÇA, 2005, t. 2, p. 493).

Esta correspondência levou, aproximadamente, oito meses para ser enviada do Grão-Pará para Mato Grosso. Na resposta encaminhada a Mendonça Furtado, Rolim de Moura salientou o seu comprometimento com a publicização do Tratado de Madri (1750) entre os jesuítas castelhanos que ocupavam os rios Guaporé e Paraguai. A medida se fazia necessária por estarem as missões castelhanas de Moxos (rio Guaporé) e de Chiquitos (rio Paraguai) estabelecidas em territórios, supostamente, pertencentes aos domínios portugueses (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 10, doc. 596).

Além da questão territorial, o usufruto da mão de obra indígena aldeada por estes religiosos, também se tornou objeto de disputa na sua administração, haja vista, terem os nativos a “liberdade de ficarem da nossa parte ou passarem com os padres para outra”, segundo estipulava o acordo diplomático. Para Rolim de Moura, a sua “diligência” com os jesuítas castelhanos, surtiu “todo o efeito a que era encaminhada, porque, considerando os padres que se esperassem a chegada dos Comissários [lusos e castelhanos] para mudarem as aldeias, provavelmente ficariam sem eles, pois poucos ou nenhuns índios queriam largá-las” (MENDONÇA, 2005, t. 3, p. 87).

A permanência dos jesuítas castelhanos nas reduções dos rios Paraguai e Guaporé, soou como um entrave ao andamento das expedições de demarcação na fronteira Oeste, para D. Antônio. No entanto, contornar esta situação, não dependia apenas da evacuação dos religiosos da região, mas, também, do conhecimento das “intenções da nossa Corte, porque umas vezes me tem parecido que a vontade é pouca de que as demarcações se concluam e outra me persuado que está nisso empenhada”. Quanto aos indígenas aldeados nas missões de Moxos, ratificava-se serem “moles”, quando comparados aos das missões de Chiquitos, pois “não têm uso de armas de fogo”, sendo, a sua grande maioria, conhecedora da “tirania dos sertanistas, com que não é pequeno o temor que lhes têm” (MENDONÇA, 2005, t. 3, p. 92).

Entre as distintas sociedades indígenas que transitavam pelo rio Guaporé ao longo do século XVIII, D. Antônio destacava os índios Bororos, vistos como um “gentio muito valoroso”, para a administração colonial da fronteira Oeste (MENDONÇA, 2005, t. 3, p. 93-95). O suprimento de mão de obra nativa, a colonos e administradores coloniais, contribuiu, de forma significativa, para a reprodução do cotidiano da conquista, na capitania de Mato Grosso. Os ameríndios, compunham os seus destacamentos militares; conduziam as canoas de transporte, que comunicavam as praças mercantis de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Belém, pela rota das monções do norte; atuavam como *espias* no trânsito de informações, entre os domínios luso e castelhano e no abastecimento dos

arraiais e das fazendas, estabelecidas nas suas raias fronteiriças (BLAU, 2007, p. 74-76 e COMISSOLI, 2018, p. 126-127).

Diante disto, conter o raio de atuação dos jesuítas castelhanos no rio Guaporé, tornou-se imprescindível, para os governadores e capitães-generais de Mato Grosso, consolidarem a posse territorial da fronteira Oeste da América e darem vazão à comunicação fluvial, com o Estado do Grão-Pará, via monções do norte. A aldeia de Santa Rosa, estabelecida na sua margem esquerda, pelos jesuítas castelhanos, constituiu-se em um ponto crítico, na administração de D. Antônio Rolim de Moura, em Mato Grosso. A evacuação dos jesuítas castelhanos, era fundamental, pois, “a conservação desta capitania [de Mato Grosso], que é uma parte bastante considerável das nossas conquistas”, depende da liberdade de “comunicação com o Pará por este rio Guaporé, o que não pode ter efeito estando os espanhóis situados de uma e outra [banda] da sua corrente” (MENDONÇA, 2005, t. 3, p. 95).

A ocupação do Sítio das Pedras, área adjacente ao rio Guaporé, também foi considerada por D. Antônio Rolim de Moura, pois, possibilitaria aos portugueses, estreitar o controle sobre a navegação pela rota das monções do norte. Não obstante, a Provedoria da Fazenda Real da capitania de Mato Grosso, não dispunha de recursos suficientes para manter um destacamento militar na área, além desta, ser considerada uma região insalubre. Rolim de Moura, enviou uma tropa formada com um contingente estimado, entre 30 e 40 homens armados, para sustentar a implementação de uma Guarda na região, que passou a ser denominada Santa Rosa, com vistas a efetivar a sua ocupação e o seu povoamento (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 10, doc. 593).

A partir de 1759, D. Antônio Rolim de Moura assume a condução das expedições de demarcação das *partidas* do Norte, em decorrência da nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o cargo de Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos (1760-1769). As orientações que D. Antônio recebeu de Mendonça Furtado, serviriam como base, para os trabalhos a serem realizados, na rota das monções do norte (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 44, docs. 4004 e 4005).

O Destacamento instalado em Santa Rosa, foi utilizado pelo governador de Mato Grosso, para dar prosseguimento “aos negócios das demarcações”. Rolim de Moura ponderava que, apesar da “lentidão com que se tem havido o plenipotenciário meu conferente [D. José de Iturriaga]” e a possibilidade do rei castelhano Fernando VI (1746-1759) “fazer lhe suspender” os trabalhos, afiançava que o prejuízo decorrente de tal medida, colocaria em risco, a implementação dos projetos de conquista dos ibéricos, nos

confins da América (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 17, doc. 26). Apesar dos esforços, D. Antônio não conseguiu levar adiante as demarcações na fronteira Oeste da América lusa, de um lado, por conta do retorno de D. José de Iturriaga para Madri, após a sua chegada à vila de Barcelos (rio Negro), e, por outro, pela morte do rei D. Fernando VI em 1759 (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 11, doc. 649).

A manutenção do impasse territorial, entre os domínios luso e castelhano nos confins da América, ratificou o cenário de permanente disputa, vivenciado na administração do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. O instável controle sobre a navegação pela rota das monções do norte, foi assegurado pela Coroa portuguesa, através da expansão de povoações civis pelas suas margens, patenteada no Diretório dos Índios (1757-1798).

Neste segundo momento, as expedições de demarcação, ganharam relevo no epistolário de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de D. Antônio Rolim de Moura. A chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao arraial de Mariuá, a espera pelo comissário castelhano D. José de Iturriaga e os conflitos protagonizados, entre D. Antônio Rolim de Moura e os missionários jesuítas castelhanos no rio Guaporé, conformaram-se como facetas do processo de consolidação da posse territorial, de uma ampla zona de fronteira, em disputa entre as Coroas ibéricas, durante a segunda metade do século XVIII.

O fluxo interno das correspondências trocadas, entre D. Antônio Rolim de Moura e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, obedeceu ao sentido Vila Bela da Santíssima Trindade - Pará - arraial de Mariuá. Neste movimento, o projeto de conquista lusa na fronteira Oeste, convergiu para a consolidação da posse de um território, onde a experiência de missão religiosa, junto às sociedades indígenas locais (lado português), foi inexistente, até fins da primeira metade do século XVIII. A demarcação das fronteiras, entre os domínios luso e castelhano, condicionou a governabilidade e a construção do discurso, veiculado nas correspondências dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

Na sucessão, entre os governos de D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763) e de João Pedro da Câmara (1765-1768) na capitania de Mato Grosso, vivenciou-se, o clímax da consolidação da posse territorial da fronteira Oeste da América portuguesa. O fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a indefinição entre os domínios ibéricos na América, ratificada na assinatura do Tratado de El Pardo (1761), se desdobraram em campanhas militares castelhanas, nos confins da América portuguesa (MELLO, 2016, p. 66-70).

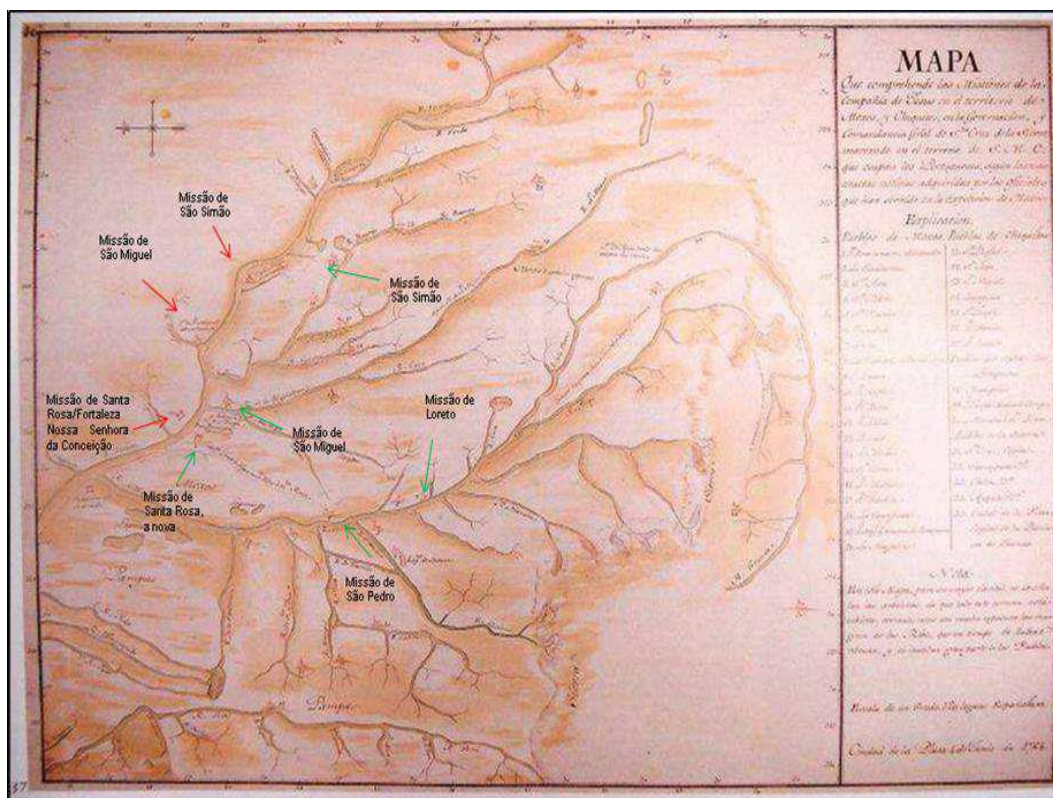
Em meio as incertezas, que demarcaram o cotidiano da conquista na fronteira Oeste da América, sucederam-se duas invasões castelhanas, durante a década de 1760: a) 1763, ao fim da administração de D. Antônio Rolim de Moura; b) 1766, poucos meses após João Pedro da Câmara, tomar posse de seu governo. Os anseios, as estratégias e os desdobramentos, destas campanhas militares na governabilidade da capitania de Mato Grosso, são os processos que iremos discutir na seção a seguir.

3.1.4 As invasões castelhanas na fronteira Oeste (1763-1766)

A possibilidade de uma invasão por tropas castelhanas na fronteira Oeste intensificou o seu processo de militarização da capitania de Mato Grosso durante a década de 1760. A sua configuração fronteiriça informou o estabelecimento de um espaço de coesão e de integração entre as capitanias do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará, via monções do norte e o circuito interno da comunicação epistolar dos seus governadores e capitães-generais.

A tensão vivenciada entre as Coroas ibéricas após a assinatura do Tratado de El Pardo (1761), que anulou as disposições do Tratado de Madri (1750), impactou diretamente a consolidação das suas fronteiras na América portuguesa. Na capitania de Mato Grosso, reivindicavam-se a devolução das missões de Santa Rosa, de São Miguel e de São Simão, ocupadas pelos portugueses na margem oriental do rio Guaporé.

Mapa 6 - Missões da Companhia de Jesus em território castelhano



Fonte: CASTILHO PEREIRA, I. A. M. *Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. 181 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p. 85.

Ao Sul, se estabelecia a posse do território dos Sete Povos das Missões, pelos castelhanos, e a Colônia do Sacramento, pelos portugueses, sendo determinado, o evacuamento das tropas, de ambas as Coroas, dos respectivos territórios ocupados.

Em 25 de agosto de 1761, uma comitiva castelhana foi encaminhada para demolir os marcos das expedições de demarcação, referentes ao Tratado de Madri (1750), no rio Jauru, região onde também veio a se estabelecer, o presídio de Iguatemi, ao sul da capitania de Mato Grosso. As ações empreendidas, foram remetidas para o governador da província de Buenos Aires D. Pedro de Cevallos (1756-1763), em um diário detalhando os fatos. A possibilidade de invasão, se tornou iminente para D. Antônio Rolim de Moura, que enviou um destacamento para guarnecer a entrada da região, a ser estabelecido no antigo aldeamento de São Miguel (rio Guaporé), com o suporte de indígenas e de canoas municiaados, a partir de Vila Bela da Santíssima Trindade (CORTESÃO, 1969 apud CHAVES, 2008, p. 121).

As disputas que se desdobraram na fronteira meridional da América, concretizaram a “dimensão colonial” da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), em meio à implementação

da centralização política e administrativa orquestrada pela Coroa portuguesa na América. Franceses e ingleses, disputaram o controle do acesso ao vale do Ohio e a extensão do Canadá. Portugueses e castelhanos lutavam pela manutenção da posse da Colônia do Sacramento e das ilhas caribenhas, por onde se escoavam a produção mineradora e agrícola, em territórios integrados às redes comerciais europeias, tornando a América, um espaço de extensão do conflito geopolítico europeu (SILVA, 2020, p. 35-37).

O escoamento do ouro do interior da América para o Reino e a defesa das terras meridionais, alçou o Rio de Janeiro à condição de centro político e administrativo do Atlântico Sul. A partir de 1748, as capitanias do interior (Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais) e do Sul (São Paulo, Rio Grande de São Pedro, Ilha de Santa Catarina, Santos e Colônia do Sacramento) da América portuguesa, estiveram subordinadas a sua jurisdição e conduzida por Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela (1733-1763).

A ampliação jurisdicional, atribuída a Gomes Freire, se fundamentou na “razão de Estado”, apregoada nas reformas administrativas e políticas, implementadas durante o período de reinado de D. José I (1750-1777). Com isto, visava-se canalizar a exploração das jazidas auríferas e demarcar as fronteiras, com os domínios castelhanos no extremo Sul da América portuguesa (RIBEIRO, 2010, 93-95). A medida, associada a formação de um mercado interno composto pelas redes comerciais, estabelecidas entre as capitanias do sul, implicou em perdas para os negociantes de Buenos Aires, ensejando assim, a condução das tropas comandadas por D. Pedro de Cevallos, a tomarem de assalto a Colônia do Sacramento e a capitania do Rio Grande de São Pedro, entre 1762 e 1763 (POSSAMAI, 2010, p. 23-36 e KÜHN, 1999, p. 94).

A cessão do conflito, em ambos os lados do Atlântico, se deu com a assinatura do Tratado de Paris (1763), que deu cabo da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). No entanto, a conjuntura de indefinição entre as fronteiras ibéricas na América, persistia, contribuindo assim, para o tensionamento das relações de poder, nas suas raias fronteiriças.

Neste contexto, as ações militares castelhanas, deslocaram-se do Sul para o Oeste da América portuguesa, a partir de duas campanhas militares, empreendidas no rio Guaporé, entre 1763 e 1766. Estas invasões, tinham um objetivo em comum: reaver o controle castelhano sobre a ocupação das margens do rio Guaporé.

Nos dois subitens a seguir, discutiremos, como D. Antônio Rolim de Moura e o seu sucessor no governo de Mato Grosso, João Pedro da Câmara, articularam, através de sua prática epistolar, a defesa da fronteira Oeste da América portuguesa.

3.1.4.1 “Ao forte dos socorros, sem dúvida, esta capitania, não pode passar”: a campanha militar castelhana de 1763

A militarização do rio Guaporé iniciou-se com a construção do fortim de Nossa Senhora da Conceição. Em correspondência datada de 30 de setembro de 1762 e enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, D. Antônio Rolim de Moura detalhava os moldes, sob os quais, pretendia construí-lo:

O forte rezolvo-me a fazello pentagonal, e naó quadrado, como havia escrito de Villa Bella a V. Ex.^a assim por comprehender maior terreno com a mesma circunferencia, como por ser figura maes capaz defortifica-se com regularidade, doq’os quadrados, q’ sempre ficaó defeituozos. Parece-me esta Obra muito utill pella distancia, em q’ isto está de Villa Bella, e porq’ eu naó sey o q’ passa lâ no interior do Perú. Alemdeq’ me persuado ser meyo muito conducente para arruinarmos os estabellimentos dos P.^{es} da Comp.^a, fortificarmo-nos bem neste. Quanto maes seguros e fortes estivermos aqui, maes pessoas haverá dos nossos, edos estranhos, q’ se rezolvaó a vir viver neste sitio (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 11, doc. 679).

A medida visava assegurar a manutenção de sua posse territorial; fomentar o povoamento e o abastecimento regional, a partir da fixação de colonos e de indígenas e impedir a imposição de um bloqueio pelos castelhanos, à livre comunicação, entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém, via rota das monções do norte (CHAVES, 2008, p. 121-123 e MELLO, 2009, p. 123-125).

A investida lusa chegou ao conhecimento do jesuíta castelhano Nicolás Sarmiento, responsável pela administração de Santa Rosa, a Nova, através de informações dadas por indígenas. Por meio destas, o missionário reivindicou junto a D. Antônio Rolim de Moura, a devolução das terras situadas na margem esquerda do rio Guaporé. O religioso afirmava que a evacuação dos missionários jesuítas se deu de forma a facilitar o trabalho dos comissários das demarcações, sendo a manutenção da ocupação lusa da região, prejudicial para os aldeamentos indígenas castelhanos (PASTELLS, 1949, t. 1, p. 656 apud CASTILHO PEREIRA, 2017, p. 99).

As expedições de demarcação empreendidas nas monções do norte e a contenção da expansão das missões castelhanas tornavam legítima a ocupação portuguesa no rio Guaporé. O governador de Santa Cruz de La Sierra Alonso Berdugo não se contentava com os argumentos apresentados por D. Antônio Rolim de Moura. Para tanto, solicitava de seu interlocutor, a apresentação de um documento oficial, onde constasse a determinação para a ocupação regional. Diante da expansão territorial lusa em curso, Berdugo procurou se manter a par das condições de tráfego e de comunicação – vias terrestre e fluvial – e das distâncias existentes entre a antiga e a nova missão de Santa

Rosa no rio Guaporé (APMT, Livro de Registro de Bandos, Portarias, Editais e Cartas expedidas no governo de D. Antônio Rolim de Moura, 1750-1763, cx. 5, estante 1).

O impasse vivenciado na fronteira resultou no ultimato dado por Alonso Berdugo a D. Antônio Rolim de Moura: evacuar, desmilitarizar e desestruturar o destacamento de Nossa Senhora da Conceição em um prazo de três meses. Dada a manutenção da posição lusa, os governos da Real Audiência de La Plata e do Vice-Reino do Peru articularam-se para investir na mobilização de tropas e encaminhar uma expedição militar, de modo a conter o avanço português no rio Guaporé (PASTELLS, 1949, t. 1, p. 667, 750 apud CASTILHO PEREIRA, 2017, p. 102).

Com a revogação das diretrizes do Tratado de Madri (1750) intensificaram-se as tensões vivenciadas no rio Guaporé, entre lusos e castelhanos. A retomada das posses territoriais pré-existentes, tornaram as reivindicações castelhanas ainda mais incisivas, o que, no entanto, não fez com que D. Antônio Rolim de Moura cedesse às pretensões castelhanas. O governador de Mato Grosso recorreu a necessidade de estabelecimento de acordo mútuo entre as cortes ibéricas, acerca da assinatura do Tratado de El Pardo (1761) (PASTELLS, 1949, t. 2, p. 846 apud CASTILHO PEREIRA, 2017, p. 103).

Naquele contexto, a eclosão de um conflito direto entre as tropas portuguesas e castelhanas colocaria em risco a manutenção da posse lusa no rio Guaporé. Diante disto, D. Antônio Rolim de Moura e Alonso Berdugo investiram no aparelhamento de suas tropas.

O fortim de Nossa Senhora da Conceição, único entreposto de defesa português na região à época, contava com um alferes; dois cabos de esquadra; 23 soldados dragões, cinco aventureiros, dez pedestres; um capelão e um cirurgião. Os soldados do seu efetivo eram custeados com recursos da Fazenda Real da capitania de Mato Grosso. Além dos militares, engrossavam as fileiras do seu destacamento quatro agregados; 18 escravos africanos e índios provenientes dos antigos aldeamentos jesuíticos castelhanos de Santa Rosa e de São Miguel (rio Guaporé) (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 11, doc. 644).

Ciente das precariedades que caracterizavam as condições de defesa da capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura buscou apoio junto aos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Goiás para salvaguardar as pretensões lusas na região.

O envio de tropas destacadas do Grão-Pará para Mato Grosso pelas monções do norte assegurava o reforço da composição das suas frentes de defesa, a partir de recursos

advindos dos negócios em que se empregava o ouro extraído das minas de Goiás e de Cuiabá e da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A medida demandava celeridade, pois “ao forte dos Soccorros, sem duvida, Esta Cap.^{nia} [do Mato Grosso] Não póde passar, sem os auxilios dessa [do Grão-Pará]”. Além da artilharia, era necessário aplicar-se “todo o ditto zelo, e perspicaz actividade para que os Espanhoes se adiantem couza algúa para as terras de q’ estamos de posse n’esta Capitania” considerando-se ser plenamente possível intentarem ocupá-la “maleficiosamente, de baxo de alguns affectados pretextos” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 6 e fl. 11; Códice 129, doc. 75 e Códice 17, docs. 64 e 67).

O governador e capitão-general da capitania de Goiás João Manuel de Melo (1759-1770) contribuiu com o envio de militares para reforçar as suas tropas, haja vista, ser “a dita capitania [de Mato Grosso] além de cobrir os Estados do Grão-Pará, [ser] o baluarte de todas estas minas [de Goiás], e que convém muito à Coroa, a sua conservação e aumento” (Projeto Resgate – AHU – Goiás, cx. 19, doc. 1167).

Os destacamentos enviados de Vila Boa para Vila Bela da Santíssima Trindade eram compostos por homens “brancos que assentaram praça voluntariamente, alguns mestiços [e] os mais vieram presos em levás”. O custo estimado da operação ficou em torno de 18.000 cruzados “que se retiraram dos quintos a título de empréstimo” na Provedoria da Fazenda Real de Goiás, a ser paga posteriormente pela Provedoria da Fazenda de Mato Grosso (Projeto Resgate – AHU – Goiás, cx. 20, doc. 1216).

O governador de Santa Cruz de la Sierra, Alonso Berdugo buscou se situar territorialmente, quanto às condições de defesa e de deslocamento entre as missões jesuíticas de São Pedro e de Santa Rosa e os distritos de Mato Grosso e Cuiabá; garantir a produtividade dos aldeamentos indígenas, para o sustento de suas tropas e abrir rotas de escoamento terrestre, para o desenvolvimento de campanhas militares na fronteira Oeste da América portuguesa (PASTELLS, 1949, t. 2, p. 868 apud CASTILHO PEREIRA, 2017, p. 103).

O reforço das fileiras que compunham os destacamentos do fortim de Nossa Senhora da Conceição tornou-se um problema para D. Antônio Rolim de Moura. As provisões disponíveis para o seu sustento na capitania de Mato Grosso eram insuficientes. Para contornar a situação, Rolim de Moura enviou o furriel José Correa e alguns militares que subiram o rio Guaporé em busca de gado e de provisões para o seu abastecimento. Entretanto, a sua guarnição foi surpreendida por soldados castelhanos e índios que os auxiliavam nas rondas fluviais, provenientes da missão de São Pedro, que os fizeram

prisioneiros. Os soldados portugueses que estavam dispersos por outras áreas, conseguiram fugir e retornar ao Destacamento de Nossa Senhora da Conceição (LOUREIRO, 1965, p. 138 apud CASTILHO PEREIRA, 2017, p. 104-105).

Como contrapartida, Rolim de Moura ordenou um ataque à missão castelhana jesuítica de São Miguel, no rio Guaporé. Apesar de os portugueses, estarem em menor número, a indisciplina, as deserções e o mal armamento das tropas castelhanas, favoreceram a vitória lusa. Desta campanha, resultou a prisão dos padres Juan Rodriguez e Francisco Espí, que administravam a redução de São Miguel, que ficou totalmente destruída, e, a morte de 49 militares, sendo 37 portugueses e 12 castelhanos (PASTELLS, 1949, t. 2, p. 1005 apud CASTILHO PEREIRA, 2017, p. 105).

D. Antônio Rolim de Moura tomou conhecimento da declaração de guerra entre as suas Majestades Católica e Fidelíssima no Reino, em carta datada de 14 de agosto de 1763 e remetida por Manuel Bernardo de Melo e Castro, governador do Estado do Grão-Pará. Na missiva fazia-se menção às “Copeas incluzas da Guerra, q’ Espanha nos havia declarado”. Ao Sul, especulava-se que “a Collonia [do Sacramento] se havia entregue por hum Decreto falso, q’ se remettera, ou apresentara ao Governador della”. A informação não procedia, haja vista, Gomes Freire de Andrada, ter enviado “hum g.^{de} socorro, p.^a a mesma Praça e outro corpo sobre a Collonia” que “a restauraraó, e depois disso tomaraó tambem Buenos Aires e outras terras vezinhas” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 129, doc. 75).

D. Antônio Rolim de Moura, não desconsiderou a possibilidade de os castelhanos empreenderem uma campanha militar em Mato Grosso, tendo em vista, as disputas pelo controle sobre a navegação da rota das monções do norte, e, o cerco castelhano, imposto na fronteira meridional, que se desdobrou na tomada da Colônia do Sacramento e da capitania do Rio Grande de São Pedro.

Esta prerrogativa, se sustenta pela condição de fronteira, que informou as relações de poder, instituídas na consolidação de sua posse, no rio Guaporé, e, na centralização política e administrativa, instituída pela Coroa portuguesa, na espacialização da jurisdição exercida por Gomes Freire de Andrada, sobre as capitanias do Estado do Brasil, em meados do século XVIII. O rio Guaporé, se conformou como o centro de irradiação da conquista de Mato Grosso, por garantir a efetivação da posse portuguesa na consolidação da fronteira Oeste – *uti possidetis* –; via de comunicação e integração com o Estado do Grão-Pará e de acesso as minas de Cuiabá, pela rota monçoeira.

As expedições de demarcação, empreendidas nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé e a contenção da expansão das missões castelhanas, tornavam legítima a ocupação portuguesa na região, fato, contestado pelos castelhanos, que resultou na imposição de um cerco, com tropas destacadas, na margem esquerda do rio Mamoré, em 14 de abril de 1763 (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 12, docs. 691 e 700).

De acordo com Ione Castilho Pereira, o intuito da campanha militar, empreendida sob o comando do presidente da Real Audiência de la Plata Juan de Pestaña e do governador de Santa Cruz de La Sierra Alonso Berdugo, residia em evacuar os portugueses da redução de Santa Rosa e dos distritos de Mato Grosso e de Cuiabá (CASTILHO PEREIRA, 2017, p. 104).

D. Antônio Rolim de Moura, tomou ciência dos fatos, em 15 de agosto de 1763, por meio de carta enviada, pelo governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará Manuel Bernardo de Melo e Castro. A missiva, foi entregue por soldados que asseguravam ter “achado o alojam.^{to}, e Estacada no Mamoré dos Espanhoes queimada, e Os esteios, e páos derrubados” não encontrando no local “gente algúa”. A suspeita, foi confirmada pelo governador, através da ronda e do combate infligido pela tropa que seguia nas canoas de transporte nos arredores da Aldeia de São Miguel, que esbarraram “com duas Canóas g.^{des} dos Inimigos [castelhanos] no dia 15 de maio perto da mesma Barra [Mamoré], de q’ fez fugir húa logo, e a outra obrigue ao mesmo depois de lhe haver morto a maior p.^{te} da gente” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 129, doc. 79).

O regime das cheias do rio Madeira impediu as tropas castelhanas de seguirem para a vila de Borba, na capitania de São José do Rio Negro, ponto estratégico para o trânsito da comunicação entre o Grão-Pará e o Mato Grosso. A manutenção do controle sobre a sua navegação, era imprescindível para a consecução da defesa militar das fronteiras Norte e Oeste, pois, por meio desta, chegavam “os socorros, q’ V. Ex.^{cia} me mandasse, vindo sem escoltados, e com algúa artilharia, porq’ este Rio ahi tem húa g.^{de} largura com q’ de terra, e com toda a sua artilharia deles naó pode fazer embaraço ás Canoas”. As condições de navegabilidade do rio Madeira favoreceram os portugueses na contenção do avanço castelhano, como bem destacou D. Antônio, ao ressaltar ser mais segura a sua transposição, durante o dia do que a noite e por ter as suas canoas “enconstadas á nossa banda”, não surtindo efeito “com as suas embarçaçoens até agora” que “naó tem mostrado rezoluáo de investir ás nossas” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 129, doc. 79).

Em conjunto com a vila de Borba, a Fortaleza de São José de Macapá, também contribuía para a integração e a defesa do interior da América portuguesa. Por meio desta, assegurava-se o “cuidado com q’ Senaó avizinhem [os espanhóis] a Nos os Limites pela parte do Rio Negro” e à fronteira Oeste, sendo esta última, um “estabellescim.^{to} taó moderno” e sua guarnição se dar “ao q’ a Terra pode sustentar” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 7, fls. 4-5).

O controle sobre a navegação da bacia amazônica estreitava o acesso as minas de Mato Grosso, via monções do norte. A sua militarização desempenhava uma dupla função: concorria para a formação de sua frente de defesa contra campanhas militares estrangeiras e atuava como entreposto comercial e de comunicação entre as minas de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Vila Boa, com o Reino (COSTA, 2018, p. 14-15).

Os negócios e o mercado consumidor estabelecido entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso produziam receitas para as suas Fazendas Reais e para os acionistas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Os seus circuitos mercantis sustentaram o comércio interno (cativos africanos e empresa de conquista) e intercontinental (drogas dos sertões) com o ouro extraído das minas de Cuiabá.

Após a infrutífera tentativa de transposição das cachoeiras do rio Madeira pelas tropas castelhanas, D. Antônio Rolim de Moura enviou uma carta para Manuel Bernardo de Melo e Castro informando-lhe da chegada de “hum Off.^{al} Castelhana com Carta do Gov.^{or} de S.^{ta} Crus de la Sierra dizendo-me havia visto a q’”. D. Antônio remeteu ordens para o comandante castelhano que se encontrava no rio Itunamas, para que “senaó embaraçarem mais as nossas embarçaõens”, de tal modo que, as tropas portuguesas pudessem lhe acompanhar na “execuaoó dos artigos do Tractado [de Madri]”. Tal medida, pressupunha, conter as suas ações, tendo em vista, estarem buscando retomar as suas “antigas pertençoens”, quanto ao controle da navegação do rio Guaporé (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 129, doc. 88).

O conde de Azambuja temia que a experiência vivenciada na Colônia do Sacramento se repetisse em Mato Grosso devido às “pertençoens, q’ os Castelhanos tem a estas terras, e pela má fêe, q’ com nosco tem practicado sempre na execução dos tratados pertencentes a este continente”, fazendo assim alusão direta ao descumprimento das disposições dos Tratados de Madri (1750) e de El Pardo (1761). Se o cerco se mantivesse, o governador argumentava que neste “cazo me será necessario valer-me ao menos em p.^{te} do offerecim.^{to} de V. Ex.^{cia} porq’ na minha opinião continuar o bloqueio, he o mesmo,

q'continuar a guerra" (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 129, doc. 88).

Os anseios de D. Antônio Rolim de Moura foram atendidos. Em carta enviada a Fernando da Costa de Ataíde Teive, governador do Estado do Grão-Pará, pontuou que "Cada dia se váo confirmando mais as noticias de se haver retirado para Santa Cruz de La Sierra, o Gov.^{or} daquela Capital com todas as Tropas que tinha nesta Fronteyra [Oeste]". A retirada tornava "desnecessarias as Tropas, com que o Snór Manoel Bernardo de Mello e Castro me havia soccorrido dese Estâdo". O sustento e o transporte das tropas e o pagamento dos indígenas, se tornaram outra questão a ser resolvida, por ambos os governadores. De acordo com Rolim de Moura, a insalubridade do rio Guaporé, estaria favorecendo as fugas empreendidas pelos índios, implicando assim, na falta de remeiros e de pilotos *jacumaúbas*, para transportar as "d.^{as} Tropas para esse Estâdo". Somado a isto, tinha-se a "distancia em que isto ficaria de V. Bella, se máo pode mandar vir sem grande demora de tempo, o ouro necessar.^o para o seu pagam.^{to}" (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 17, doc. 62).

A cobertura das despesas se daria por meio da contração de um empréstimo junto à "Companhia de Comercio [do Estado do Grão-Pará e Maranhão]" para que se "satisfça os Militares e mais Pessoas que constam nas Listas" com "soccôros de generos, que eu tenho mandado pedir em diferentes occazioens". O recurso a empresa monopolista era recorrente, como salienta Rolim de Moura, ao afirmar não poder se "queixar da pontualidade com q' tem sido satisfeita" as suas solicitações. A dívida contraída seria paga com o ouro proveniente das minas de Cuiabá, a ser enviado para Belém "na primeira occasiáo que houver" (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 17, fl. 57 e Códice 129, docs. 79, 83, 88).

A assinatura do Tratado de Paris (1763) pôs termo a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na Europa. D. Antônio Rolim de Moura se valeu deste acordo diplomático para dar cabo das tensões vivenciadas no rio Guaporé em meio as campanhas militares castelhanas. A restituição de territórios (missões de São Miguel e de Santa Rosa aos castelhanos e o Destacamento de Nossa Senhora da Conceição aos portugueses) e a troca de prisioneiros (militares portugueses e os missionários jesuítas Juan Rodriguez e Francisco Espí) entre os governos de Santa Cruz de la Sierra e de Mato Grosso não arrefeceu o litígio territorial na fronteira Oeste da América portuguesa. As reivindicações castelhanas mantiveram-se, passando a se protestar, a posse dos distritos de Cuiabá e de

Mato Grosso, o que por conseguinte, tornava possível e concreta, uma nova campanha militar na capitania de Mato Grosso (Projeto Resgate - AHU – Goiás, cx. 21, doc. 1294).

Ao fim de sua administração, D. Antônio Rolim de Moura vivenciou o ápice das tensões territoriais na capitania de Mato Grosso. As suas articulações políticas, destacadamente, com os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Goiás, contribuíram para o atendimento das suas demandas administrativas, ao lhe fornecerem, soldados, armas e recursos para sustentar a defesa de Mato Grosso. Neste movimento, a sua prática epistolar, instrumentalizou a política imperial régia em uma fronteira contestada pelas cortes ibéricas nos confins da América portuguesa.

No subitem a seguir, abordaremos como João Pedro da Câmara, sucessor de D. Antônio Rolim de Moura na administração da capitania de Mato Grosso, discutiu e vivenciou mais uma tentativa de invasão castelhana na fronteira Oeste da América lusa em meados da década de 1760.

3.1.2.2 “Hei de cumprir com a minha obrigação, defendendo esta fronteira até a última extremidade”: a campanha militar castelhana de 1766

Ao tomar posse do governo da capitania de Mato Grosso em 1765, João Pedro da Câmara tomou conhecimento por intermédio de militares e dos prisioneiros que se encontravam na cidade de Lima, das articulações estabelecidas entre os governos de Santa Cruz de La Sierra e de Cochabamba para a composição de destacamentos militares e a fabricação de armas, visando empreender outra campanha no rio Guaporé (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 12, doc. 738).

Em carta datada de 11 de fevereiro de 1766 e enviada a Fernando da Costa de Ataíde Teive, João Pedro da Câmara afirmava “ter se retirado o General de S.^{ta} Cruz, para a sua Capital, deixando porem toda a sua gente na Missão de S. Pedro, cujo Numeros não pude averiguar até o presente”. Apesar da permanência do contingente, Câmara destacava que uma possível investida seria inviável à região naquele momento, “por não poder ser atacada a Fortaleza [de Nossa Senhora da Conceição] No tempo das agoas”, o que, no entanto, não o eximia de retornar a esta, “no fim deste Mez” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 127, doc. 11).

A ação devia ser realizada com a maior “diligencia”, “brevidade possivel” e “grande zelo”, pois “os Nossos vezinhos vaó conduzindo para Esta fronteira algua gente”. Esta dinâmica de constante instabilidade, foi vivenciada concreta e discursivamente, pelos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso, que dependiam da “sorte”

e do “auxílio de gente” e de “munições de Guerra”, para “resistir felizmente ao poder das mãos vizinhas [dos castelhanos]” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fl. 225).

A movimentação das tropas castelhanas, entre 1765 e 1766, colocou em evidência as tensões nos limites fronteiriços, entre as reduções de Moxos (rios Beni, Mamoré e Guaporé) e a capitania de Mato Grosso, no rio Guaporé. O engenheiro Antônio Aymerich y Villajuana encaminhou o projeto de edificação de uma fortaleza na missão da Exaltação, situada na barra do rio Mamoré, e distribuiu suas atividades em conjunto com a dos batalhões entre a missão de Santa Rosa, a Nova, e o cerco ao destacamento de Nossa Senhora da Conceição.

À época, o fortim de Nossa Senhora da Conceição contava com 498 homens que compunham três Companhias: Dragões, Pedestres e Ordenanças. Estes regimentos eram formados por brancos, pretos, pardos e escravos africanos distribuídos entre 107 Dragões, 78 Pedestres, oito aventureiros, 90 militares nas Ordenanças (38 brancos, 36 pardos e 16 pretos) e 215 escravos africanos portando armas de fogo e lanças (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 13, doc. 783). Estes homens, pouco aparelhados, tinham a missão de guarnecer a entrada do rio Guaporé, estando subordinados ao comando de Caetano de Souza (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 12, doc. 746 e cx. 13, doc. 754).

O contingente português era inferior ao castelhano, o que tornou assim, fundamental, o envio de soldados de outras capitanias para engrossar as suas fileiras. Os governadores e capitães-generais das capitanias do Rio de Janeiro e de Goiás e do Estado do Grão-Pará contribuíram com o envio de cordas (Projeto Resgate - AHU – Rio de Janeiro/Avulsos, cx. 78, doc. 7067 e cx. 80, doc. 7176), de soldados (Projeto Resgate – AHU - Goiás, cx. 22, doc. 1365) e de artilharia (Projeto Resgate - AHU – Mato Grosso, cx. 13, doc. 788) para Vila Bela da Santíssima Trindade.

A logística dos deslocamentos e a necessidade de se manter livre a comunicação com o Estado do Grão-Pará, via monções do norte, dificultava ainda mais, a recepção dos seus auxílios militares. Distintamente dos caminhos de terra e da navegação pelas monções, com as quais, viabilizava-se a comunicação entre as capitanias de Mato Grosso, de Goiás e do Rio de Janeiro, a imposição de um bloqueio pelos castelhanos nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé seria desastrosa para a composição de suas frentes de defesa.

Por conta disto, João Pedro da Câmara destacou em carta enviada a Fernando da Costa de Ataíde Teive, que o sargento-mor João de Souza de Azevedo, julgou ser mais conveniente transportar pela vila de Borba, a Nova, a artilharia a ser enviada, “quando

houver occasiaó oportuna” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 127, doc. 12). Em outra missiva, datada de 10 de outubro de 1765, Câmara solicitou de Ataíde Teive que lhe fizesse à mercê de aparelhar o destacamento em trânsito pelo rio Madeira, que se encontrava na povoação acima referida, “todo o tempo que se detiverem Nessa Cidade; cuja despeza será prontamente satisfeita pela Provedoria desta Capitania”. Além da parada para abastecimento, solicitava que lhe enviasse “gente do socorro, algum Sargento, e Soldados de Mais, para conduzirem imediatamente para baixo os Índios, que vierem remando as Canoas” com o intuito de “livrallos das doenças com q’. O Clima terrivelmente os persegue, se acaso so deMoráo Nelle”. Posteriormente, enviaria “os Soldados, E Officiaes, quando for tempo desse recolherem a essa Praça até a Villa de Borba, por Pedestres, e por Índios deste Governo” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, doc. 52).

João Pedro da Câmara, pontuou a satisfação com “a Artilharia, e mais Muniçoens, que Sua Magestade foi servido Mandar para esta Fortaleza [de Nossa Senhora da Conceição]” compradas “na Companhia [Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão] pelas não haver nos Armazens Reaes”, bem como o emprego de 122\$000 réis, para o pagamento do soldo dos soldados Inocêncio Rodrigues e João Antunes, que serviram nos destacamentos militares, e o ordenado de um cirurgião, responsável pelos cuidados com a saúde dos enfermos na fronteira Oeste. Os dividendos, seriam quitados com o ouro extraído das minas de Cuiabá e de Goiás (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fl. 225; Códice 127, docs. 10,11 e 16).

No Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, João Pedro da Câmara informou a Fernando da Costa de Ataíde Teive, sobre a entrega de nove barris de pólvora feita pelo soldado Antônio Ramos na vila de Borba, para o cabo de esquadra Manuel Caetano, por não ter lhe sido possível dar continuidade ao seu trajeto. Apesar do esforço, Câmara informou que mais da metade da carga teria sido perdida pelo caminho, sendo o restante devidamente entregue na capitania de Mato Grosso (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fls. 250-251 e Códice 127, doc. 12).

Na carta enviada do Grão-Pará por Ataíde Teive a João Pedro da Câmara é possível dimensionar a quantidade e a qualidade da artilharia que seguiu pelos comboios, compostos por militares e indígenas nas canoas de transporte para o Mato Grosso. A carga foi constituída por 200 armas de fogo com vareta de ferro, 12 arrobas de munição, quatro arrobas e duas libras de chumbo em barra, 10 cunhetes de balas e 200 arrobas de pólvora

distribuídas em cem barris (APMT, Fazenda, Lata 1768, doc. 120 apud DORADO RODRIGUES, 2008, p. 143).

A Provedoria da Fazenda da capitania de Mato Grosso, em relação produzida em 10 de maio de 1766, dava conta da artilharia, das armas, das munições de guerra e dos apetrechos militares que foram entregues pelo ajudante de Infantaria Gaspar Ferreira no Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, correspondentes ao pedido de socorro feito pelo governador João Pedro da Câmara a Fernando da Costa de Ataíde Teive. Do montante total, 20 peças foram entregues na sua totalidade, sendo as 11 restantes, incompletas (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fls. 200-202).

Em carta enviada a Fernando da Costa de Ataíde Teive, que substituiu Manuel Bernardo de Melo e Castro no Grão-Pará, o governador da fronteira Oeste, ressaltou o “grande Numero de gente e Artilharia”, que os castelhanos empregaram na ação e a consequente abertura de um flanco, para a sua incursão (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 127, doc. 14).

As tropas castelhanas prostaram-se em frente ao Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, no rio Guaporé, a 7 de outubro de 1766. O seu exército era composto, por aproximadamente, 4.200 homens, entre castelhanos e indígenas, provenientes das cidades de Santa Cruz de La Sierra, Chuquisaca, Cochabamba e do Vice-Reino do Peru. Segundo João Pedro da Câmara, “todos [estavam] uniformemente fardados de azul, com canhões encarnados e com muitos bons armamentos”, sob o comando do Presidente da Real Audiência de Chuquisaca (Projeto Resgate - AHU – Mato Grosso, cx. 13, doc. 792).

Ao se estabelecerem, “levantaram uma bateria de oito peças em Santa Rosa, que fica duas léguas rio [Guaporé] abaixo, [e] puseram outro igualmente numeroso, às ordens de um oficial maior”. Passados cinco dias, um desertor das tropas castelhanas informa aos portugueses, sobre os planos dos castelhanos empreenderem um ataque surpresa ao Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, com o apoio de índios das missões de São Miguel e de Santa Rosa. No entanto, após avaliarem as condições de navegabilidade e de salubridade do rio Guaporé, a indisciplina e as deserções das tropas e a logística para o recrutamento dos ameríndios, os castelhanos decidiram recuar com seus destacamentos, não chegando a se concretizar um combate direto entre lusos e castelhanos (Projeto Resgate - AHU – Rio de Janeiro/Avulsos, cx. 80, doc. 7167).

O deslocamento do conflito armado do Sul para o Oeste da América portuguesa foi adotado nas campanhas militares infligidas na administração de D. Antônio Rolim de

Moura, como medida de desestabilização das tropas castelhanas em combate e de reforço da defesa das fronteiras lusa e castelhana. A ausência de irrupção de conflitos diretos resultou, de acordo com Renata Araújo, na “manutenção de um clima permanente de ‘paz armada’” que condicionou a governabilidade na capitania de Mato Grosso, durante o século XVIII (ARAÚJO, 2000, p. 122-125).

O trânsito da artilharia entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso em meados do século XVIII se deu nos limites da consolidação de um Império que buscava se impor e equilibrar geopoliticamente na Europa e no ultramar. A fluidez que caracterizou o estabelecimento das relações políticas e administrativas entre os seus espaços, foi articulada pelo circuito interno da comunicação política de seus governadores e capitães-generais.

Os limites impostos pela geografia fluvial e as circunstâncias governativas condicionavam o êxito do envio e da recepção da artilharia necessária à defesa de ambas as repartições. A instabilidade constante demarcou a iminência de uma invasão por tropas castelhanas à fronteira Oeste, caracterizando a tensão vivenciada nos seus limites. O circuito interno da comunicação epistolar dos governadores do Grão-Pará e Mato Grosso permitiu com que as suas práticas governativas, no que tange à defesa de suas repartições, se efetivasse por meio do trânsito de tropas, de artilharia e estratégias através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

O sustento da empresa de conquista destes espaços não se circunscreveu apenas ao provisionamento do seu aparato bélico, dependendo também do suporte dispensado pelas canoas de transporte com gêneros e provisões que abasteciam os destacamentos e a população situada entre as capitanias, percurso ao sobre o qual nos debruçaremos no item a seguir.

3.2 Abastecimento: dinâmicas de circulação

À Coroa portuguesa, cabia garantir a defesa das conquistas, e, às conquistas, “fornecer os recursos financeiros e materiais necessários para esse fim”. Essa premissa, foi o motor de catalisação do fluxo de bens, trocados e remetidos, entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, durante o século XVIII. A mão de obra indígena, empregada na condução das canoas de transporte, efetivou o estabelecimento da comunicação, entre as suas repartições, através da circulação de suas correspondências oficiais (ALMEIDA; SAMPAIO; COSTA, 2017, p. 211 e RIBEIRO, 2020, p. 378-380).

O sustento das comitivas era provido com farinha, peixes e aguardente – base da dieta regional; armas e tropas empregadas na defesa contra possíveis ataques no trânsito pelos rios com medicamentos para o tratamento de doenças que viessem a acometer os seus tripulantes.

As dinâmicas de circulação pela rota das monções do norte desdobraram-se na mobilidade dos governadores em trânsito pelos interstícios das capitanias e no envio e na recepção de bens (gêneros, provisões, medicamentos e ouro), acerca do trato da governabilidade dos espaços das conquistas. Passemos à análise de cada um destes percursos.

3.2.1 Mobilidade

O trânsito dos governadores e capitães-gerais da capitania de Mato Grosso se centrou na tomada de posse dos seus cargos na fronteira Oeste e em outras capitanias do Estado do Brasil durante a segunda metade do século XVIII. Neste processo, destacam-se as jornadas de D. Antônio Rolim de Moura, para tomar posse do governo da capitania da Bahia (1765-1767), e, as de João Pedro da Câmara (1765-1768) e de Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), para o governo da capitania de Mato Grosso.

Em correspondência enviada por D. Antônio Rolim de Moura a Fernando da Costa de Ataíde Teive, o governador da fronteira Oeste, solicitou o seu apoio, para que lhe concedesse canoas e índios, para o traslado de seu sucessor, João Pedro da Câmara, a ser realizado entre Vila Bela da Santíssima Trindade e a vila de Borba, a Nova. Rolim de Moura, aludia a Ataíde Teive, que fizesse uso da sua “bondade”, para pedir ao “Comam.^{de} [Diretor] da d.^{ta} V.^a”, que “lhe dê os d.^{tos} Índios, se isso não for contra as Ordens de V. Ex.^a ou tiver outro algum inconveniente, que eu ignoro“, vindo a lograr êxito na sua empreitada (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 17, doc. 38).

Após o fim de seu governo na capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, foi nomeado governador da capitania da Bahia (1763), cargo que tomou posse dois anos depois, em 1765. A viagem empreendida, para tomar posse de seu governo em Salvador, foi articulada pela navegação fluvial entre Vila Bela e Belém, através da navegação pela rota das monções do norte e a travessia das estradas de terra dos sertões, entre São Luís e Oeiras. O suporte, dado pelas povoações indígenas, estabelecidas ao longo do trajeto, foi imprescindível, para que a viagem chegasse a bom termo, com o fornecimento de índios remeiros e pilotos *jacumaúbas*, para a condução das canoas de

transporte, o emprego de cavalos para o vencimento dos caminhos terrestres, bem como gêneros e provisões para o abastecimento de sua comitiva.

Ao chegar a Belém, D. Antônio seguiu de canoa para a vila de Bragança, localizada no Estado do Grão-Pará; de lá, prosseguiu para a capitania do Maranhão, navegando pelos rios Maracassumé, Turiassú, Paraná e Mearim, com o auxílio recebido do tenente-coronel Valério Correia Botelho de Andrada, governador interino da capitania de São José do Rio Negro (1761-1763). Ao chegar à cidade de Oeiras, capital da capitania do Piauí, fez uma pausa, “porq’ o caminho nem se tinha agoa, nem pastos, e os cavallos assim meus, como de todas estas fazendas se achavao incapazes de dar hum passo”. D. Antônio calculava o fim da jornada, em um intervalo entre 10 e 12 dias de viagem, devido as “agoas ainda’tarde, sempre chegarão, e já tudo se vai pondo em termos de poder continuar a jornada” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fls. 199, 217, 232; Códice 146, doc. 78 e Códice 127, doc. 8).

O seu sucessor, João Pedro da Câmara, em sua jornada fluvial, entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade, não hesitou em pedir a Fernando da Costa de Ataíde Teive, governador do Estado do Grão-Pará, para que intermediasse, junto ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a concessão de um auxílio, para a consecução de sua viagem, para a tomada de posse do governo da capitania de Mato Grosso, o qual, “por cujo favor ficarei muito Maís obrigado a V. Ex.^{aa}” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, doc. 46-A).

Para tanto, fazia-se necessário, ter a disposição, índios remeiros e pilotos *jacumaúbas*, que pudessem realizar o seu traslado nas canoas de transporte. Devido a falta de ambos, João Pedro da Câmara, acabou por não chegar a tempo de se encontrar com D. Antônio Rolim de Moura, em Vila Bela da Santíssima Trindade. O encontro, que não chegou a se concretizar, se daria em função de acompanhá-lo, em sua viagem até a vila de Borba, no rio Negro, para negociar com “Comboeyros”, a aquisição de gêneros e de provisões para a capitania de Mato Grosso. Ciente das dificuldades e dos percalços, que demarcavam a navegação pelas monções do norte, Pedro da Câmara, alertava sobre os riscos e a “morosidade” que teriam os viandantes, para se embrenharem pelos rios, sem o auxílio dos nativos (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fl. 189).

O emprego de um cabo de esquadra e de 12 soldados, dragões e pedestres do Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, permitiram que a viagem prosseguisse. João Pedro da Câmara, ressaltava que os militares deveriam ser recebidos, com a “mayor

brevidade” possível no vale amazônico, tanto pela “falta que fazem Nesta Fronteyra [Oeste], como por não demorar muito tempo os Comboeyros que devem esperar em Borba”, haja vista, que “há de voltar no mesmo Bote em que vay o d.^{to} Meu Antecessor [D. Antônio Rolim de Moura]” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fl. 189).

Fernando da Costa de Ataíde Teive, mediaria a contratação de um empréstimo, junto à Administração da Companhia Geral de Comércio, para realizar o pagamento dos índios remeiros que conduziriam as tropas e os comboieiros até a vila de Borba, e D. Antônio Rolim de Moura para Belém. O pedido, versava sobre a insegurança de se enviar as remessas de ouro para a quitação do dividendo, por “Não hir pessoa segura”, para a realização do seu traslado. O débito, seria sanado “brevemente, quando forem os Comboeiros para essa Cidade [Belém]” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, Doc. 48 e fls. 189, 233; Códice 127, Doc. 33).

Como pode-se perceber, a partir da análise do epistolário dos governadores e capitães-gerais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, a prática epistolar, conformou o estabelecimento de redes, por meio das quais, os seus oficiais, tomaram posse dos governos da fronteira Oeste e em outras capitanias, como a da Bahia; barganharam a aquisição de recursos e venceram as distâncias, existentes entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade, impostas pela navegação da rota das monções do norte.

No entanto, a manutenção da sociedade colonial de fronteira, estabelecida no rio Guaporé, também dependeu do transporte de produtos e de mercadorias, entre os quais, os medicamentos (resinas, folhagens, unguentos, cremes etc.), que compunham os estoques das boticas e que eram empregados no tratamento das doenças de seus habitantes, percurso ao qual, iremos tratar no item a seguir.

3.2.2 Boticas

A defesa dos limites na fronteira Oeste estava associada à manutenção da saúde dos militares que compunham os seus destacamentos. Segundo Nauk Jesus e Miksileide Pereira, a estrutura física dos hospitais militares estabelecidos no rio Guaporé, era simples e dependente do abastecimento enviado pelas autoridades locais. A circularidade e a troca de experiências, de aprendizados e de saberes, entre indígenas, africanos e portugueses, foi uma constante que viabilizou o exercício da arte da cura, em meio à escassez de homens especializados: médicos, cirurgiões, boticários, barbeiros/sangradores, enfermeiros e parteiras (JESUS, 2001, p. 56-57, 75-77 e PEREIRA, 2015, p. 43-44).

Os médicos eram os indivíduos que haviam cursado uma universidade, durante o período de quatro anos, e, mediante a sua aprovação no curso, obtinham licença para exercer o ofício. Cabia-lhes fiscalizar a prática do ofício e prescrever medicamentos. Os cirurgiões eram oficiais menores na arte da cura, sendo o seu ofício, considerado “indigno e servil”. A sua formação era feita junto aos médicos, tendo por base, a empiria. Ao final do processo, se fossem aprovados na avaliação dos seus mestres, recebiam cartas de licenças para exercerem o ofício em especialidades onde não houvesse médicos atuando, ficando responsáveis pela realização de procedimentos terapêuticos, que se desdobravam nas sangrias, na administração de medicamentos em ferimentos, na aplicação de ventosas e de emplastos, na amputação de membros e na correção de desvios ósseos. (JESUS, 2001, p. 77).

Os boticários detinham conhecimentos sobre os fármacos e produziam os medicamentos, empregados no tratamento das enfermidades, pelos médicos e os cirurgiões. Sua formação era realizada à semelhança dos cirurgiões, onde acompanhavam outros boticários nas aulas ministradas na Faculdade de Boticas da Universidade de Coimbra (1537). Ao fim de sua formação, eram expedidas licenças, pela instituição universitária, que lhes autorizava exercer a arte da cura e a comercialização de medicamentos, nas suas boticas (JESUS, 2001, p. 82-83 e RIBEIRO, 2005, p. 71).

Os barbeiros ou sangradores eram os agentes que aplicavam ventosas, realizavam sangrias e o corte de cabelo e de barba da população. O aprendizado do ofício se dava através da prática e da observação cotidiana. Aos enfermeiros, cabia cuidar dos doentes assistidos pelos médicos e pelos cirurgiões, e na sua falta, realizarem cirurgias nos hospitais militares. Na sua maioria, eram homens livres e pobres, africanos forros ou escravizados e soldados de destacamentos, admitindo-se, em alguns casos, mulheres que não detinham conhecimentos especializados sobre a arte da cura. Por vezes, não recebiam remuneração, ou quando a tinham, eram convertidas no repasse de alimentos. Por conseguinte, as mulheres atuavam como parteiras, contribuindo para os nascimentos de crianças, além do preparo das *mezinhas* - receitas caseiras feitas à base de ervas, plantas e raízes nativas (FLECK, 2017, p. 44; PEREIRA, 2015, p. 39; RIBEIRO, 2005, p. 71 e JESUS, 2001, p. 95-97).

Estas especialidades obedeciam a uma hierarquia funcional, sendo esta, composta pelo médico, cirurgião, boticário, barbeiro/sangrador, enfermeiros e parteiras. Apesar disto, as contingências da conquista do interior da América lusa, tornaram flexíveis e maleáveis, o exercício das suas funções, permitindo assim com que médicos, boticários,

cirurgiões, enfermeiros e barbeiros/sangradores, atuassem nas funções uns dos outros. As suas remunerações, eram pagas com o ouro extraído das minas de Cuiabá e de Mato Grosso (JESUS, 2001, p. 81, 109).

De acordo com Nauk Jesus, a prática da cura na capitania de Mato Grosso, ao longo do século XVIII e princípios do século XIX, foi exercida, majoritariamente, por homens brancos e livres que atuavam como médicos e cirurgiões, e, por africanos forros ou escravizados que exerciam as funções de barbeiros ou sangradores e enfermeiros (JESUS, 2001, p. 94). O quadro abaixo, elaborado pela historiadora, apresenta o demonstrativo de sua distribuição no exercício destes ofícios:

Quadro 1 – “Condição jurídica dos agentes de cura (1726-1813)”

Especialidade	Livres	Escravos	Forros
Médico	3	-	-
Cirurgião	37	-	1
Boticário	6	-	-
Barbeiro/Sangrador	4	1	1
Enfermeiro	7	-	-
Total	45	1	2

Fonte: NDIHR, microficha 13, doc. 162; microficha 13, doc. 163; microficha 13, doc. 162; microficha 569; microficha 11 e APMT, Manuscritos Avulsos, Latas 1770, 1793B; 1797A; 1798B; 1810 A; 1808B; 1781A; 1788A; 1805A; 1779A; 1779B; 1792A; 1786A; 1790A; 1771; 1787; 1817B; 1780; 1793B apud JESUS, 2001, p. 94.

O fluxo de medicamentos entre o Reino e a América portuguesa era obtido por meio das redes de comércio estabelecidas pelos boticários (ALMEIDA, 2017, p. 19-21). Na fronteira Oeste, o abastecimento era feito por meio das transações realizadas pela Provedoria Real da Fazenda com as praças mercantis de Belém, no Estado do Grão-Pará e Rio de Janeiro, no Estado do Brasil. De Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, os medicamentos eram redistribuídos interna e irregularmente, para as vilas, povoações e fortalezas da capitania (JESUS, 2001, p. 84).

O diagnóstico, o tratamento e a cura das doenças (gripes, febres, sarampo, varíola, fastio etc.) que acometiam a sociedade colonial da fronteira Oeste setecentista, era realizado a partir da observação dos sintomas e da empiria na produção dos medicamentos. As circunstâncias ambientais e cotidianas da conquista (clima, insalubridade, condições de subsistência etc.) favoreciam a disseminação das doenças entre os oficiais e a sociedade colonial, destacando-se neste processo, as condições de trabalho que demarcaram a edificação das fortalezas militares nos rios Paraguai e Guaporé durante o século XVIII (JESUS, 2001, p. 35-36).

Manter as boticas abastecidas com a matéria-prima para a produção dessas receitas, foi imprescindível para a consolidação da posse territorial lusa em Mato Grosso, como pode-se visualizar abaixo:

Quadro 2 – Relação de gêneros e mercadorias para abastecimento dos Armazéns e das Boticas da capitania de Mato Grosso (1770-1771)

Medicamento	Quantidade
Cremor de tártaro	1 libra
Unguento de alfaia	4 libras
Maná	1 caixa com 22 libras
Sene	10 libras
Paraconha	12 libras
Jalapa	8 libras
Sal amoníaco	½ libra
Pó de joanes	3 onças
Pedra ume	½ libra
Pedra lipes	½ libra
Quina em pó	4 libras
Tártaro	12 recipientes
Jalapa	12 purgas
Pó de joanes	1 onça
Pedra ume	½ libra
Pedra lipes	½ libra
Unguento branco	1 onça
Basilicão	1 onça
Folha de flandres de meio quartilho	1 medida
Folha de flandres de quartilho	1 dúzia
Onça	1 dúzia
Meia onça	1 dúzia
Serrote de cirurgia	1 unidade
Faca curva	1 unidade
Trocate	1 unidade
Agulhas curvas	3 unidades
Clamais	2 libras
Coral rubro	1 libra e 5 onças
Nós de caranguejo	1 libra e 5 dúzias
Madrepérola	2 dúzias
Jurial	½ libra
Rosas secas	2 libras
Papoulas vermelhas	2 libras
Limão verde	2 libras
Avenca	2 libras
Sal de lorna	12 onças

Fonte: APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 222, docs. 1, 602, 603, 612, 780, 803, 852, 855.

Estas ervas, especiarias, resinas, folhagens, unguentos, cremes e óleos, transportados nas canoas conduzidas pelos indígenas, pela rota das monções do norte, eram empregados na confecção das *mezinhas*, por meio das quais, realizava-se o tratamento das doenças que acometiam a população colonial, os militares dos destacamentos e os governadores da capitania de Mato Grosso, durante a segunda metade do século XVIII.

Os contatos e as trocas estabelecidas entre portugueses, indígenas e africanos acerca dos saberes medicinais, permitiu que as agruras – constantes nas cartas trocadas entre os governadores e massivamente atribuídas ao clima local – fossem contornadas; os soldados, conseguissem sobreviver, em meio as adversidades e à penúria, que caracterizavam o cotidiano da defesa, nos destacamentos militares, situados nos rios Paraguai e Guaporé, e a população local, assentar e expandir os seus núcleos de povoamento (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fls. 198, 235, 250-251 e Códice 127, docs. 11 e 15).

A consolidação da posse lusa da fronteira Oeste, adensou o exercício das práticas de cura, na capitania de Mato Grosso. Por meio do envio e da recepção de correspondências, com os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará, dinamizou-se o fluxo de envio da matéria-prima, empregada na confecção de medicamentos e no abastecimento das suas boticas. Os cuidados com a saúde dos militares e da população colonial, concretizaram as estratégias de defesa territorial e o exercício da soberania régia portuguesa, à distância, na conformação de uma fronteira contestada, entre as cortes ibéricas.

O trânsito dos governadores, de tropas e de medicamentos, pela rota das monções do norte, demandou a injeção de receita, por parte do governo colonial, para consignar a empresa de conquista e assegurar a posse da capitania de Mato Grosso. Os embates geopolíticos, protagonizados pelas Coroas ibéricas e a constante referência à insuficiência de recursos, para o atendimento das demandas governativas no interior da América, de meados do século XVIII, dinâmica que abordaremos no item a seguir.

3.2.3 Ouro

A conquista das minas cuiabanas e do rio Guaporé condicionou a flutuação dos preços das mercadorias que proviam a ocupação lusa da fronteira Oeste, tornando-o, assim, demarcado pelos “picos e declínios da exploração do ouro”. O cobiçado minério contabilizava a aquisição de mão de obra africana, o pagamento de índios remeiros e

pilotos nas canoas de transporte, a aquisição de medicamentos e de alimentos, o fardamento e o soldo das tropas, entre outras atividades, empreendidas na capitania de Mato Grosso (JESUS, 2017, p. 74 e CANOVA, 2011, p. 269).

De acordo com Nathália Rodrigues, a expansão da atividade mineradora em Cuiabá viabilizou o fornecimento do ouro que era empregado como moeda nas transações mercantis estabelecidas com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (DORADO RODRIGUES, 2008, p. 117-118). O trânsito das cartas entre os governadores do Grão-Pará e de Mato Grosso evidenciam este processo, ao destacarem a aquisição de mão de obra africana e indígena e de bens e de produtos, via monções do norte, pelas suas Provedorias Reais da Fazenda.

A exploração da mão de obra africana e indígena se deu de modo complementar no desenvolvimento social e econômico da capitania de Mato Grosso. A agricultura, a pecuária, a mineração, a pesca e a navegação pelas monções do norte subsidiavam o abastecimento da sociedade colonial de fronteira estabelecida nos distritos de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade, bem como os destacamentos militares nos rios Guaporé (Real Forte Príncipe da Beira, 1776), Paraguai (Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, 1767 e Forte de Coimbra, 1775) e Mondego – atual Miranda (Forte Nossa Senhora do Carmo, 1778) (LUCÍDIO, 2013, p. 162 e PLÍNIO DOS SANTOS, 2016, p. 59-60).

No vale amazônico, as frotas da Companhia Geral de Comércio abasteciam o porto de Belém com mão de obra escravizada africana. Essas cifras foram responsáveis pelo abastecimento de uma pequena parcela da força de trabalho arrematada pelos negociantes de Vila Bela da Santíssima Trindade, a partir das linhas de crédito disponibilizadas aos seus mercadores.

D. Antônio Rolim de Moura, destacou em carta enviada a Manuel Bernardo de Melo e Castro, a aquisição do “Negro Ventura, que V. Ex.^a fica de vir mandar comprar; por conta da Faz.^a Real desta Cap.^{nia} [Mato Grosso]”. O cativo aparentava ter boa forma e condições de negociação, pelo que deduziu o governador, pois estava “m.^{to} bem, e conforme o principio da parte de Tambor, e o seu preço tambem foi em boa conta, nasção, idade e prestimo”. O apoio de seu interlocutor, contribuiu para o bom andamento do negócio, tendo em vista, “a pobreza desta Capitania me obriga a taó miúda economia, e a zelar por mim mesmo algúas cousas, q’ parece se podião commetter aos Off.^{es} da Prov.^a da Faz.^{aa}”. Para tanto, realizar-se-ia o “pagam.^{to} do preço do d.^o escravo, e juntam.^e p.^a o mais q’ esta Provedoria está devendo a essa”, com a “reconhecida quantia q’ constará a

V. Ex.^{as}, nos comboios a serem remetidos de Vila Bela para Belém (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 17, fl. 67).

O seu sucessor, João Pedro da Câmara, chegou a receber uma frota, estimada em 30 embarcações, provenientes de Belém, após uma viagem de um ano pelas monções do norte. Segundo o governador, as longas jornadas fluviais eram compensadas pelo “bom tratamento e franqueza” que os “homens de negócio” de Vila Bela da Santíssima Trindade recebiam da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará. Entretanto, ainda assim, os portos do Rio de Janeiro e de Salvador não deixaram de fazer parte das suas redes mercantis, sendo o seu “comércio por esta parte, com grande utilidade da mesma Companhia” (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 13, doc. 763).

Ao que indica a correspondência enviada por Fernando da Costa de Ataíde Teive, a Luís Pinto de Sousa Coutinho, datada de 11 de maio de 1771, a própria Administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará, incentivava o trato comercial com os negociantes de Vila Bela da Santíssima Trindade. A intensificação do regime de importação de mão de obra africana, se daria, por meio de frotas anuais, com:

avultadas carregações e boas remessas de pretos, para que os comboieiros, ou homens de negócio dessa capitania achem sempre nos armazéns desta cidade toda a fazenda que quiserem levar, conhecendo quão proveitoso é a esses moradores, aos ditos negociantes, e a mesma companhia, que daqui e de nenhuma outra parte saíam as fazendas que se precisarem nas capitanias de Mato Grosso e Cuiabá (APMT, Governadoria, Lata 1771, doc. 300 apud DORADO RODRIGUES, 2008, p. 149-150).

Com base no “Mapa Geral dos Escravos, que tem entrado nas Capitanias de Cuiabá e Mato Grosso, desde que se descobriram as suas minas”, os distritos de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, importaram, ao todo 16.480 escravizados africanos. Este montante, foi constituído pelos negócios estabelecidos entre negociantes de Mato Grosso e de Cuiabá, com os de Salvador e do Rio de Janeiro e posteriormente, com subsídios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Entre as décadas de 1720 e 1770, foram importados 874 africanos do porto de Belém e 15.606 africanos dos portos do Rio de Janeiro e de Salvador (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 17, doc. 1054).

Entre 1720 e 1750, ou seja, no período em que o distrito de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, fazia parte da jurisdição do governo da capitania de São Paulo, importou-se dos portos de Salvador e do Rio de Janeiro, via monções, 10.775

escravizados africanos. O investimento total, girou em torno de 4 contos e 37:439\$480 réis (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 17, doc. 1054).

Com a criação da capitania de Mato Grosso (1748) e a fundação de sua vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), os fluxos mercantis do tráfico negreiro são reordenados, tendo-se o recém-criado distrito, voltando-se para os negócios estabelecidos com a praça mercantil de Belém, no Estado do Grão-Pará, via monções do norte e, mantendo-se o distrito de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, com o abastecimento proveniente dos portos do Rio de Janeiro e de Salvador, via monções.

No governo de D. Antônio Rolim de Moura (1751-1764), importaram-se, ao todo, 3.051 africanos, sendo 117 do Grão-Pará e 2.934, dos portos do Rio de Janeiro e de Salvador. Essa cifra, foi obtida em três momentos: 1) a tomada de posse do governo da capitania de Mato Grosso (1751-1755); 2) a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756-1760); 3) o fim de sua administração em Mato Grosso (1761-1764) (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 17, doc. 1054).

No primeiro momento, investiu-se 555:354\$773 réis, no qual, não se discrimina, quais parcelas deste montante, corresponderam aos negócios contraídos nos portos de Belém, do Rio de Janeiro e de Salvador. No segundo momento, tem-se o pico dos negócios estabelecidos em Belém, quando foram investidos, 211:595\$267 réis, com a abertura de linhas de crédito e o estabelecimento de frotas de abastecimento, no Grão-Pará, com mão de obra africana. No mesmo período, os negócios contraídos com os portos do Rio de Janeiro, gravitaram em torno de 655: 724\$250 réis. Já no último período, entre 1761 e 1764, a diferença nos valores das transações, foram ainda maiores, sendo de 95:309\$354 réis, para o Grão-Pará e de 499:391\$73 réis, para os portos do Rio de Janeiro e de Salvador. Os três períodos, totalizaram 1 conto e 150:055\$200 réis (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 17, doc. 1054).

Entre 1765 e 1768, na administração de João Pedro da Câmara, a aquisição de mão de obra africana, tendeu ao decréscimo, tendo sido negociados, ao todo, 943 africanos, distribuídos entre 292, com o Grão-Pará, e 651, com os portos do Rio de Janeiro e de Salvador. Os recursos investidos, somaram 566:003\$528 réis, sendo 117:860\$741 réis para o Grão-Pará e 448:142\$767 réis, para o Rio de Janeiro e Salvador (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 17, doc. 1054).

Por conseguinte, no governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), ocorreu um aumento significativo, na importação da mão de obra africana, computando-se 1711 escravizados. Deste montante, o Grão-Pará forneceu 465 pessoas e o Rio de Janeiro e

Salvador, conjuntamente, 1.246 pessoas. Os investimentos, conseqüentemente, foram mais substanciais, totalizando 1 conto e 79:796\$175 réis, sendo 368:837\$627 réis para o porto do Grão-Pará e de 720:958\$518 réis, para os portos do Rio de Janeiro e de Salvador (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 17, doc. 1054).

Como pode-se perceber, o distrito de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, absorveu a maior parte da mão de obra africana, importada para a capitania de Mato Grosso. O seu fluxo, se manteve orientado para os portos do Rio de Janeiro e de Salvador, que se constituíram nos principais centros de redistribuição de escravizados africanos na América portuguesa, durante o período da conquista lusa. Tal fato, deveu-se, fundamentalmente, ao desenvolvimento das suas atividades econômicas (mineração, agricultura, pecuária, pesca etc.) e as redes mercantis, estabelecidas pelos sertanistas e pelos negociantes que estruturaram o processo de ocupação e de povoamento do rio Paraguai, durante o século XVIII.

Em Vila Bela da Santíssima Trindade, o trato mercantil com o vale amazônico, via monções do norte, foi incipiente, quando comparado ao distrito de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, mas substancial, para a abertura de outro corredor de abastecimento. As articulações estabelecidas pelos seus negociantes, dinamizaram o comércio colonial interno, realizado pelas monções do norte e a comunicação entre os confins da América portuguesa.

A formação de quilombos, estabelecidos nos rios Paraguai e Guaporé, e as fugas para os domínios castelhanos, constituíram-se nos principais mecanismos de resistência empregados pelos africanos para não se submeter ao regime de trabalho escravo que vigorou em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e em Vila Bela da Santíssima Trindade durante o século XVIII.

De acordo com Bruno Rodrigues, a busca pela liberdade africana atenuava o desenvolvimento das atividades produtivas e acarretava prejuízos financeiros para a Fazenda Real de Mato Grosso, tendo em vista, a carestia de mão de obra africana disponível e os elevados preços para a sua aquisição nos portos de Belém, Salvador e Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2015, p. 219-220).

A formação dos quilombos se dava de modo estruturado. A seleção dos locais onde eram estabelecidos, levava em consideração, a disponibilidade de recursos para a subsistência dos africanos em fuga (água, terras férteis, animais para caça etc.) e de jazidas minerais, com as quais, seria possível adquirir a moeda de troca empregada nas transações estabelecidas na capitania de Mato Grosso: ouro (RODRIGUES, 2015, p.

266). Durante a segunda metade do século XVIII, registraram-se a composição de mais de 20 quilombos. Os mais destacados eram os de Sepotuba (Mato Grosso, 1769), Porrudos (Mato Grosso, 1769), Quariterê ou Grande (Mato Grosso, 1770), Baures (rio Baures, 1778), Piolho (rio Piolho ou São João, 1795), Pindatuba ou Pindaituba (rio Sararé, 1795), Mutuca (Mato Grosso, 1795) e do rio Baures (margem ocidental do rio Guaporé, 1790) (LORDELO, 2010, p. 81).

As fugas para os domínios castelhanos se davam de forma individual e coletiva, desde princípios da década de 1720. Os deslocamentos ocorriam quando a fortuna da conquista permitia-lhes abandonar as lavouras dos arraiais; nos assaltos realizados pelos índios Paiaguás, às canoas de sertanistas e de mineiros e nas expedições de busca, realizadas por negros e índios, a fugitivos em trânsito pelos rios Paraguai e Guaporé. Estes contatos, demarcados pela cooperação e o conflito, informavam a composição de alianças, entre índios e negros, integrados aos quilombos e de contingências à implementação do projeto de conquista luso, na capitania de Mato Grosso (RODRIGUES, 2015, p. 230-231 e CARVALHO, 2012, p. 247).

Dois registros, produzidos em contextos distintos, dão conta desta dinâmica, tendo como ponto em comum, a necessidade de se assegurar o desenvolvimento econômico e a consolidação da posse da fronteira Oeste da América portuguesa. O primeiro, trata da experiência vivenciada em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá no rio Paraguai, em um Parecer emitido pelo Conselho Ultramarino, datado de 27 de janeiro de 1746. O segundo, diz respeito, a uma expedição, empreendida no rio Guaporé, constante na correspondência enviada por Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 5 de novembro de 1770.

No período em que o distrito de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, ainda se encontrava, subordinado à jurisdição do governo da capitania de São Paulo, o Conselho Ultramarino, emitiu uma autorização, ao governador e capitão-general D. Luís de Mascarenhas (1739-1748), para que aplicasse os “meios” necessários, à cessão dos “danos que poderão ocasionar, os quilombos dos pretos, as vizinhanças do gentio e mais desordens”, promovidas no rio Paraguai. As ações dos africanos, comprometiam a reprodução do cotidiano da conquista nas minas de Cuiabá, ao atacarem as lavouras que abasteciam os arraiais e articularem o seu despovoamento, mediante, o estabelecimento de alianças com os povos indígenas e de fugas para a Província do Paraguai (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 3, doc. 191).

No rio Guaporé, vivenciou-se, na administração do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), uma experiência similar, durante a segunda metade do século XVIII. Sousa Coutinho, destacou na missiva enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que havia africanos estabelecidos na região, “desde princípios” da formação da capitania de Mato Grosso (1748). Os negros vinham “anualmente engrossando [o quilombo] em grande detrimento dos seus Moradores”, estabelecidos nas adjacências do Forte de Bragança (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 15, doc. 911).

Considerando-se isto, fazia-se necessário, desalojá-los e assegurar o controle sobre a navegação regional. A expedição foi realizada com celeridade, tendo como saldo, apenas “alguns levemente feridos”, nas tropas portuguesas, e a maior parte dos africanos, “presos e conduzidos aquela capital [Vila Bela da Santíssima Trindade]” (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 15, doc. 911).

Em ambos os casos, a formação e a atuação dos africanos aquilombados, implicou, para a administração colonial em Mato Grosso, contingências ao desenvolvimento de suas atividades econômicas e a consolidação da posse de seu território, nos rios Paraguai e Guaporé. Estas dinâmicas, colocavam em risco o exercício da soberania régia portuguesa, em um espaço, onde, a definição dos limites, entre os domínios ibéricos, constituiu-se em catalisador das relações de poder estabelecidas entre os seus distintos atores sociais.

Assim como os africanos, os indígenas, estiveram submetidos a um regime de trabalho extenuante, que se distinguiu destes, pelo usufruto de uma liberdade tutelada, prevista na implementação das disposições do Diretório dos Índios (1757-1798) na América portuguesa setecentista. A dependência da exploração de sua força de trabalho, ascendeu como pauta de discussão no epistolário dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. O seu sistema de trabalho, previa o repasse de uma remuneração, pelos serviços prestados aos colonos e as autoridades coloniais, paga pela Fazenda Real de Mato Grosso à do Grão-Pará, com o ouro lavrado nas minas de Cuiabá. Neste processo, o transporte de oficiais, tropas, bens e provisões, nas canoas de transporte, pelas monções do norte, despontou como uma das suas principais atribuições.

Em missiva, datada de 14 de dezembro de 1762, D. Antônio Rolim de Moura mencionou o recebimento de uma relação, transportada por José Azevedo, que foi entregue na Provedoria da Fazenda da capitania de Mato Grosso, em Vila Bela, destinada ao pagamento de serviços prestados por indígenas, na condução das canoas de transporte,

“E nos serviços dos Viandantes”. Após, José de Azevedo ter realizado a entrega da relação na Provedoria, as remessas ficariam alocadas em seu depósito, “ahté q’ V. Ex.^a [Manuel Bernardo de Melo e Castro] me determine, se hey de remetello, ou se por deverem os dittos Indios for ido do Caminho ficáo desobrigados os Viandante de pagar-lhe, de todo, ou parte”. Em conjunto com estas provisões, também se encaminhou, “Outra similhante Relação”, ao “Comandante [diretor da vila] de Borba na forma, q’ V. Ex.^a me insinua p.^a por a lhe poder distribuir aos Indios o q’ a cada hum toca”. Os valores, seriam empregados na remuneração aos serviços prestados pelos ameríndios, na condução das canoas de transporte, entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade (APEP, Códice 17, docs. 60 e 65 e Códice 126, doc. 12).

João Pedro da Câmara, ao tomar posse do governo da capitania de Mato Grosso, como já pontuamos na discussão sobre a mobilidade dos seus governadores e capitães-generais, foi conduzido pelos indígenas, “que vieráo na Tropa do Ten.^{te} S.^{or} Paulo”, entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade. O serviço prestado nas canoas, seria pago com recursos da Companhia Geral de Comércio, fiados para “se darem as ajudas de custo, que o meu Antecessor [D. Antônio Rolim de Moura] mãdou dar, aos Officiaes, e Soldados, que vieráo comandados pello Capitáo Domingos Franco”, em conjunto com “a expedição de socôrro, de mantimentos, Munições de Guerra, Petrexos Militares, e mais gêneros, que remeter pello Ajud.^o Geral para a For.^a [de Nossa Senhora da Conceição], desta Capitania” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, docs. 48, 55 e fls. 190, 198, 249).

O ouro também subsidiou a compra de gêneros, de provisões e de bens pelos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso, como podemos perceber, a partir do quadro 3.

Quadro 3 - “Produtos destinados à Capitania por ordem do governo (1770)”

Quantidade	Tecidos e outros adornos
200 unidades	Camisas de pano de linho
106 unidades	Lençóis de pano de linho
42 unidades	Estopa de envolta
320 unidades	Chapéus grossos
14 Varas	Varas Estopa de envolta
48 Maços	Miçangas brancas
86 Maços	Miçangas pretas
10 dúzias	Espelhos
1 unidade	Cordão branco de alva
1 unidade	Sobrepeliz com renda

8 rolos	Panos de algodão
55 varas	Algodão
Quantidade	Ferramentas, utensílios domésticos e armamentos
8 dúzias	Pratos de estanho
19 dúzias e meia	Berimbaus de ferro
2 milheiros	Anzóis brancos
60 unidades	Facões
148 unidades	Aldravas
50 unidades	Fechaduras
5000 unidades	Pregos
4600 unidades	Pregos de meia caverna
12 unidades	Barras de ferro com doze e quinze libras
50 unidades	Machados
1 unidade	Sino com badalo de cinco arrobas e catorze libras
2 dúzias e meia	Facas de mesa
8 dúzias	Colheres e garfos de metal amarelo
1 par	Galhetas de estanho
1 vaso	Comunhão de estanho
1 unidade	Campainha
6 dúzias	Limas de palmo e meio chatas
6 dúzias	Limas pequenas
2 dúzias	Verrumas de galeota
24 unidades	Formões largos
18 unidades	Ferros
12 unidades	Ferros de junteira
12 unidades	Limas triangulares
6 unidades	Guilhermes

Fonte: APMT, Governadoria, Lata 1770, doc. 262 apud DORADO RODRIGUES, 2008, p. 120-121.

Os tecidos eram empregados na confecção do fardamento das tropas destacadas nos rios Paraguai e Guaporé, as provisões e os utensílios domésticos, no atendimento das demandas pessoais e cotidianas dos governadores e da população colonial, e as ferramentas, para o desenvolvimento das atividades produtivas na capitania de Mato Grosso.

Estes produtos contribuíram para a abertura de fábricas, de lojas e de olarias nas adjacências do Forte de Bragança (rio Guaporé) com o emprego de mão de obra indígena e africana. Nesses empreendimentos, cultivava-se a cana de açúcar e o algodão, fabricavam-se telhas e comercializavam-se medicamentos, alimentos e ferramentas na capitania de Mato Grosso.

Quadro 4 - “Lojas e Fábricas existentes na Capitania de Mato Grosso” (1770)

Lojas e Fábricas	Vila Bela	Forte de Bragança	Lamego	Leomil	Balsemão
Lojas de fazendas	18	-	-	-	-
Olarias	3	1	2	1	1
Teares de algodão	1	-	18	1	-
Fábricas de aguardante	16	1	1	-	-
Fábricas de açúcar	2	-	1	-	-

Fonte: Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 15, doc. 927.

Esses entrepostos, ainda que, em grande parte dependentes das trocas comerciais estabelecidas com o vale amazônico, via monções do norte, e com os portos do litoral, via monções e estradas de terra, fomentaram a subsistência da expansão colonial na capitania de Mato Grosso. O trabalho indígena e africano desempenhado nas povoações e nas lavouras articularam redes de abastecimento para o mercado consumidor interno, os empreendimentos militares e a consolidação da posse de sua longa zona de fronteira, que se estendia pelos rios Paraguai e Guaporé ao longo do século XVIII.

A mineração desdobrou-se, no circuito interno da comunicação política dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, como um ponto de convergência da política colonial portuguesa para a consecução da conquista da fronteira Oeste da América ao longo do século XVIII. Até o fim da primeira metade da centúria, essa política esteve voltada para a contenção dos descaminhos e a evasão demográfica do vale amazônico, mediante a publicação do alvará régio de 1733, que proibiu a navegação pela rota das monções do norte, mantendo-se assim, até 1752, quando foi reaberta oficialmente. A partir da segunda metade do setecentos, conformou-se como um catalisador da comunicação epistolar entre ambas às repartições, com subsídios financeiros, empregados na urbanização e na militarização da capitania de Mato Grosso.

Entre o vale amazônico e a fronteira Oeste, o condicionamento delineado pela geografia regional e a distribuição da malha fluvial, destacou-se no trânsito das missivas dos seus administradores, como o *modus operandi* de sua comunicação epistolar. A condição fluvial de conquista do Estado do Grão-Pará e a geopolítica imperial corrente, no trato das suas relações políticas e administrativas com a capitania de Mato Grosso, tornaram a redução dos indígenas, no trânsito das correspondências de seus governadores

e capitães-generais, como discutiremos no item a seguir, o veículo de implementação do projeto colonial português, nos extremos Norte e Oeste da América portuguesa, em meados do século XVIII.

3.3 Indígenas: os senhores dos rios

Os indígenas foram a “pedra basilar” de efetivação do projeto de conquista e de integração entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso. A força de trabalho ameríndia foi empregada no desenvolvimento da produção, da ocupação e do povoamento regional através da condução das canoas de transporte, no provimento de tropas, na disposição de conhecimentos sobre a geografia fluvial e na condução das expedições de demarcações entre os domínios lusos e castelhanos nos confins da América.

Ponto culminante da política indigenista pombalina, o Diretório dos Índios (1757-1798) foi o instrumento jurídico, por meio do qual, a Coroa portuguesa assegurou o controle sobre a distribuição da mão de obra indígena na América portuguesa. O seu projeto fundamentou-se na integração dos índios à sociedade colonial, mediante os matrimônios interétnicos, entre homens brancos e mulheres indígenas; o ensino da Língua Portuguesa e a urbanização dos sertões da América portuguesa (SILVA, 2002, p. 6 e MARQUES, 2011, p. 88).

A composição de tropas e o estabelecimento de núcleos coloniais, a partir do recrutamento e da redução de populações indígenas, foram os mecanismos utilizados pelos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso para suprir a demanda de defesa territorial e salvaguardar a soberania portuguesa na constituição da fronteira Oeste da América.

Os ameríndios, no limite das assimetrias que caracterizaram as relações de poder, estabelecidas com os portugueses, condicionaram este processo de espacialização do poder régio no extremo Oeste. Esta dinâmica, se evidenciou na prática das deserções das tropas e das canoas de transporte, e, na territorialização da bacia amazônica, mediante a urbanização do rio Madeira. Passemos a análise destes processos, nos subitens a seguir.

3.3.1 Deserções

A deserção das tropas e das canoas de transporte, foi uma, entre as distintas estratégias empregadas pelos indígenas para contornar as práticas de recrutamento compulsório promovidas pelos governadores e capitães-generais no Estado do Grão-Pará e na capitania de Mato Grosso durante a segunda metade do século XVIII. Tais ações condicionavam a defesa de suas fronteiras, ao gerar contingenciamentos no provimento

dos destacamentos militares e atrasos no envio e na recepção de gêneros, de pessoas e de bens, via monções do norte.

Ao desembarcar na vila de São José, na fronteira Oeste da bacia amazônica, João Pedro da Câmara relatou a perda de parte da artilharia que se encontrava depositada no seu armazém, e como os indígenas, através de suas canoas, salvaram parte desta, ao mergulharem no rio Madeira. O governador evidenciou, que “por não haver em que transportar toda, fui obrigado a vir a esta Villa de Santarem, aonde fiz logo descarregar o Meu Armazem, e a Canoa de João de Sousa, e com estas duas embarcaçoens o mandei salvar o resto”. Os indígenas, não lograram êxito na empreitada, devido “não poderem tapar os rombos [das canoas]” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fls. 172-173).

Com o empréstimo de uma canoa, concedida pelo diretor da vila de São José, João Pedro da Câmara deu continuidade a sua viagem em direção à vila de Borba, onde viria a restabelecer a sua comitiva e encaminhar “as coisas pertencentes a Fazenda Real [do Estado do Grão-Pará]”. As condições de navegabilidade do rio Madeira, não lhe foram favoráveis, informando ao seu interlocutor, que “depois de 9 dias de demora parto a continuar a minha viagem” e “seguro a V. Ex.^a que he de summo perigo, e de grande trabalho, pelos muitos trovoadas, baxas, e paos que se encontrão”, além da “grande amofinação que causáo os Indios com as suas doenças, e fugidas” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fls. 172-173).

Os circuitos estabelecidos entre as povoações indígenas (vilas de São José, Borba e Santarém) no vale amazônico, por onde o governador e capitão-general João Pedro da Câmara transitou, conformavam-se como enclaves de distribuição de mão de obra nativa e de pousos para abastecimento das canoas de transporte. Essa dinâmica, concretizou a política de urbanização, prevista no Diretório dos Índios (1757-1798), entre o vale amazônico e a fronteira Oeste da América portuguesa.

A tutela civil, orquestrada nas vilas pelos diretores, agentes responsáveis por promover a civilização dos ameríndios através da imposição de valores europeus, foi sistematizada pela disciplina de trabalho que regulava a sua atuação nos serviços prestados às autoridades coloniais, missionários e colonos (BLAU, 2007, p. 102-104).

Diante das particularidades da consolidação da conquista fluvial que caracterizou a comunicação epistolar entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, as baixas, decorrentes das fugas perpetradas pelos nativos, evidenciam os riscos ambientais, aos quais estavam expostos na condução das canoas pelas monções do norte. O regime das cheias e das secas

dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé e a periodicidade das chuvas, condicionavam o desenvolvimento das atividades cotidianas e o fluxo da comunicação epistolar de seus governadores e capitães-generais.

O sucessor de João Pedro da Câmara, no governo da capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, também, elucidou, nas correspondências trocadas com Fernando da Costa de Ataíde Teive, governador do Estado do Grão-Pará, as precárias condições de aparelhamento e as deserções, ocorridas nas tropas de Mato Grosso, durante a sua administração.

Em correspondência, escrita na fortaleza de Gurupá (rio Xingu) em 21 de junho de 1768, Sousa Coutinho, detalhou os entraves decorrentes da deserção de indígenas e da falta de farinha, para o sustento das tropas que seguiam do Grão-Pará para Mato Grosso. O governador, informava que “No Caminho [rio Madeira] tive noticia de q’ o eixpresso [canoa] encontrara ainda em Borba a tropa que hia p.^a Matto grosso; e que se ficavam preparando as com toda a delig.^{aa}”, entretanto, “a dificult.^e toda consiste, em índios e farinhas; cujo escasez nos pronostica sem duvida allgum futuro embarasso” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 16).

Sousa Coutinho, conseguiu recrutar 21 indígenas para dar continuidade à jornada, sendo 10 enviados pelo diretor da vila de Melgaço, no Grão-Pará, e “doze que fiz tomar e maz algumas canoas q’ encontrei”. Os esforços do governador foram em vão, pois, todos desertaram da tropa em trânsito para Mato Grosso, sendo, “dezaseis do Caminho” e “Sinco que nam chegaram a embarcar nessa Cidade”. O contorno da situação, só tinha uma solução: “tirar da primeira canoa q’ encontrar, outros tantos [índios], quantos sam os que restam; e inviar estes nas mesmas Canoas, para que sejam intregues nessa Cid.^e [Vila Bela da Santíssima Trindade] Com a brevid.^e possivel” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 16).

O encaminhamento dos nativos no provimento e no transporte das tropas, era imprescindível para o abastecimento da sociedade colonial e o reforço dos corpos que atuavam nos destacamentos e nas fortalezas, por meio das monções do norte. A conquista da fronteira Oeste, esteve fundamentada na associação entre ocupação e defesa, que se desdobrou na fluidez do trânsito de agentes e de bens, veiculados nas cartas oficiais, trocadas, entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

Ao desembarcar na vila de Borba, em 21 de junho de 1768, Luís Pinto de Sousa Coutinho, tomou conhecimento do nome e da proveniência dos 47 indígenas que desertaram da tropa que seguia para Mato Grosso.

Quadro 5 – “Relação dos índios que desertaram da Tropa até a Vila de Borba”
(1768)

Povoação	Indígenas
vila de Oeiras	João Lourenço
	Boaventura Fernandes
vila de Souzel	Bruno de Azevedo
	Constantino Tavares
	Rafael Soares
	Jorge Arquez
	João de Matos
	Lucas Pereira
vila de Portel	Miguel Xavier
	Hilário de Menezes
	Raimundo Antônio
	Leandro Franco
	André da Costa
	João Batista
	Antônio Gonçalves
	Pascoal de Abreu
	O <i>Jacumaúba</i> Raimundo
	Leandro da Silva
	André da Costa
	Serafim Batista de Sousa
	José Onofre
	Antônio José
	Manoel Anselmo
	Victoriano
Cristóvão	
Bruno	

vila de Beja	Inácio Feliz
	Simão Dias
	Hilário
	Gonçalo
	Severino
vila de Melgaço	Nazareno
	Outro Manuel
	Feliciano
	Joaquim
	Severino
	Manuel de Brito
vila do Conde	Pantaleão da Silva
	Simão Hilário
	Venâncio
vila de Veiros	Urbano de Azevedo
	Gabriel de Torres
	Matheus Roiz Chaves
	Bento
	Manoel
vila de Santarém	João da Silva

Fonte: APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, fls. 60-62.

Todas estas vilas faziam parte da jurisdição do Estado do Grão-Pará. O maior e o menor número de índios desertores, se deram, respectivamente, nas vilas de Portel (rio Camarapi), com 18 índios, e de Santarém (rio Tapajós), com apenas um índio. Entre os listados, 32 constavam com nome e sobrenome; 14 apenas com o primeiro nome; e um destacado como “o *Jacumaúba* Raimundo”.

A toponímia das vilas e a referência aos indígenas, por nomes portugueses, estava em consonância com as prerrogativas do projeto de civilização previsto no Diretório dos Índios, como medida de conjugação da sua submissão e desarticulação cultural, em um contexto de tensão geopolítica e de delimitação dos domínios territoriais ao Norte e ao Sul da América.

A manutenção de terminologias da cultura indígena, como o emprego do termo *jacumaúba*, por meio do qual se designavam os pilotos e guias das embarcações no vale amazônico, expressava a dinâmica de incorporação das hierarquias sociais ameríndias, pela política colonial portuguesa, em seu processo de cooptação (ALMEIDA, 2003, p. 265-267).

O exercício da função de piloto *jacumaúba*, tanto no universo da canoa, quanto no das vilas e lugares no vale amazônico, incrementava o seu status na hierarquia funcional vigente no trânsito pela malha fluvial. A projeção, lhes permitia galgar maior capital que os *Principais* (lideranças indígenas) de suas aldeias; ser dispensados de trabalhos ‘braçais’ e auferir melhores remunerações pela prestação de serviços a religiosos, colonos, moradores e autoridades coloniais, a partir da sua condução, com base no seu conhecimento geográfico e fluvial, pelos caminhos a serem percorridos pelas canoas nas expedições de transporte de agentes e bens (FERREIRA, 2016, p. 107-109).

Luís Pinto de Sousa Coutinho foi enfático, em relação ao trato, que deveria ser dispensado aos desertores indígenas. O governador defendia que estes não deviam ser “pagos de couza alguma por nenhuma das provedorias [Grão-Pará e Mato Grosso]”, argumentando, que “pagar a dezertores, he o mesmo que autorizar-lhe a fuga e premiallo ainda em sima”, tornando assim, “mais prolongada e menos diligente a viagem do q’ athe aqui tem sido” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, docs. 16, 17 e fls. 60-62).

Em carta datada de 30 de novembro de 1768, Sousa Coutinho, requeria o “beneplacito” de seu interlocutor, para prover outro destacamento. Nas listas remetidas, constavam os nomes dos homens recrutados e as “de alguns soldados, e oficiais inferiores, que dezejã servir nestes dominios” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 23).

A avaliação da lista submetida à apreciação de Ataíde Teive, se deu em função do envio de homens do Grão-Pará para Mato Grosso, possivelmente, brancos, negros e outros indígenas, devido as deserções, promovidas pelos índios das suas povoações, no rio Madeira. Deste processo, resultou a formação, de um destacamento com 25 militares, distribuídos entre duas companhias, compostas por três fileiras, cada uma. Na primeira companhia, havia, 14 militares, sendo sete na primeira; três na segunda e quatro na terceira fileira. Na segunda companhia, havia, 11 militares, sendo três na primeira; um na segunda e sete na terceira fileira.

Quadro 6 - Lista nominal dos militares que compuseram a tropa da 1ª Companhia de defesa da capitania de Mato Grosso e de suas perdas (1768)

1ª fileira	Perdas	2ª fileira	Perdas	3ª fileira	Perdas
João Felipe	Farda	Boaventura da Costa	Descanso da arma	João da Silva	Abraçadeira da arma
Manoel Antônio José	Parafusos da arma e Farda	Manoel Andrade	Braçadeiras da arma	Manoel Raimundo	Parafuso da arma
Vitoriano de Andrade	Arma e Munições	Feliciano Pereira Ramos	Parafuso do descanso e a mola da arma	Raimundo José	Dois parafusos e o descanso de sua arma
José Atanásio	Arma	-	-	Narciso Antônio	Cartucheiras Baionetas Abraçadeira e mola do fuzil
Francisco Mendes	Baionetas Cartucheiras Bandoleiras e Boina	-	-	-	-
Manoel Francisco Mariz	Descanso de sua arma	-	-	-	-
Manoel Cezar Monteiro	Parafuso de seu fuzil e sua farda	-	-	-	-

Fonte: APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, fls. 75-76.

Quadro 7 - Lista nominal dos militares que compuseram a tropa da 2ª Companhia de defesa da capitania de Mato Grosso e de suas perdas (1768)

1ª fileira	Perdas	2ª fileira	Perdas	3ª fileira	Perdas
Manoel Carvalho	Descanso da arma	Manoel Bernardo	Parafuso do fuzil	Brito Modesto	Mola e cano do fuzil
Aluísio Lobo	Parafuso do fuzil	-	-	Manoel dos Paços	Arma
Francisco Roíz	Culatra do fuzil	-	-	Prudente José	Abraçadeira e Parafuso da arma
-	-	-	-	José da Costa Calisto	Abraçadeiras, Cartucheiras, Argolas e Boina
-	-	-	-	Manoel Galo	Baioneta e Parafuso da arma

-	-	-	-	Gomes	Parafuso da arma
-	-	-	-	Francisco Luciano	Parafuso da arma

Fonte: APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, fls. 75-76.

Todos os homens recrutados perderam parte do armamento, das munições e até o seu fardamento, que seriam empregadas na defesa da fronteira Oeste com os limites castelhanos em seu trânsito pelas monções do norte. As condições de vida na fronteira eram extremamente penosas para os oficiais da conquista, os militares que compunham as tropas, os indígenas que atuavam na condução das canoas de transporte e os escravizados africanos em Mato Grosso de meados do século XVIII. Estes agentes estavam sujeitos as condições e as intempéries impostas pela navegação dos rios que viabilizavam a comunicação, entre o vale amazônico e a fronteira Oeste da América lusa.

As empresas nem sempre eram bem-sucedidas, comprometendo, desse modo, a efetivação da geopolítica imperial portuguesa de defesa de seus limites territoriais e o exercício de sua soberania à distância. A constante instabilidade que demarcava as dinâmicas fronteiriças ensejou o trânsito da artilharia enviada entre Grão-Pará e Mato Grosso. As dificuldades impostas pelo trajeto fluvial da rota das monções do norte nem sempre permitiram a chegada na íntegra das cargas remetidas pelos governadores, dificultando ainda mais, a concretização de sua finalidade logística.

Como se evidencia, a insubmissão indígena veiculada nas cartas enviadas por João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Sousa Coutinho a Fernando da Costa de Ataíde Teive, referendava a contradição que caracterizou a relação estabelecida, entre a administração colonial e os ameríndios. A linha tênue, que balizou esse processo, foi sustada pela coexistência entre a dependência em torno da redução do ‘braço’ nativo e a consolidação do domínio na fronteira Oeste, regulada pelo Diretório dos Índios (1757-1798).

A associação entre o conhecimento venatório – saberes provenientes da experiência e da interação com o meio ambiente – e a demanda geopolítica imperial portuguesa de efetivação da posse territorial nos confins da América, articuladas pela comunicação fluvial, ensejou a promoção da agenda histórica e política dos ameríndios, na consecução da governabilidade entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso em meados do século XVIII.

A interiorização da conquista demandava a sistematização do controle luso sobre a navegação pelas monções do norte. O estabelecimento de povoações civis, por meio da redução de povos indígenas, convergiu para a formação de entrepostos de abastecimento

de canoas de transporte e de destacamentos militares, que subsidiaram o trânsito da comunicação política dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso. No subitem a seguir, discutiremos o processo de instituição do Lugar de Balsemão, povoação estabelecida nas cachoeiras do rio Madeira, com índios da nação Pama, entre as décadas de 1750 e 1770.

3.3.2 Rio Madeira

O rio Madeira se situa na margem direita do Amazonas, constituindo-se como o “mais longo afluente da bacia amazônica”. A sua nascente está localizada na Cordilheira Andina, sendo composta pela junção entre os rios Madre de Dios e Beni, ambos situados na atual Bolívia. O encontro entre estes dois rios e a sua junção ao Mamoré formam o curso do rio Madeira (MELO, 2018, p. 85).

O controle sobre a navegação do rio Madeira era estratégico para as autoridades coloniais portuguesas, por viabilizar a integração política e comercial entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso e destas com o Reino, através da comunicação, pelas bacias amazônica e platina, por onde se escoava a produção extrativa e aurífera. Os seus governadores, investiram no estabelecimento de povoações indígenas nas suas margens, de modo a assegurar a integração dos nativos à sociedade colonial e fomentar a ocupação e o povoamento regional (FONSECA, 2021, p. 39-40).

A primeira povoação portuguesa a ser estabelecida na região, foi instituída pelo ouvidor de Cuiabá, Teotônio da Silva Gusmão (1752-1756), com a denominação de Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande, em 1757 (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 10, doc. 587). A sua localização era estratégica, pois, garantia o abastecimento das canoas de transporte e o comércio fluvial, realizado entre as cidades de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade. No entanto, o seu abandono e a falta de assistência à consolidação de sua ocupação, tornaram efêmera, a sua existência, sendo destituída, por volta de 1761 (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 11, doc. 640).

A ausência deste entreposto, tornou a favorecer os ataques desferidos pelos índios *Mura*, nação que ocupava as cachoeiras do rio Madeira, às canoas de transporte que seguiam pelas monções do norte, tornando-se assim, um entrave logístico à consecução dos negócios e à defesa da capitania de Mato Grosso. Em carta datada de 13 de maio de 1759, o governador do Estado do Grão-Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, destacou a D. Antônio Rolim de Moura, a necessidade de se guarnecer a região, com “dez ou doze pedestres com quatro dragões, mandando armar duas igarités de dois ou três

remos por banda, e cada uma com quatro pedestres e um dragão, que façam curso até a Vila de Borba, a nova” (APMT, Justiça, Lata 1759II, doc. 19 apud DORADO RODRIGUES, 2008, p. 89).

A partir de Belém, Manuel Bernardo se comprometia, a “mandar guarnecer outras duas semelhantes embarcações, com número competente de soldados e armas para fazerem o mesmo curso, a encontrarem-se com as outras até chegarem à povoação do Salto”, para assim “conter os índios Muras, que infestam o rio Madeira e prejudicam tão gravemente aos comerciantes dessas minas com este Estado” (APMT, Justiça, Lata 1759II, doc. 19 apud DORADO RODRIGUES, 2008, p. 89).

O curso indígena poderia gerar bloqueios ao fluxo de abastecimento das demais povoações situadas ao longo das monções do norte. A Aldeia de São José, estabelecida no rio Guaporé e dirigida pelo padre Agostinho Lourenço, recebeu os medicamentos enviados de Belém, a serem administrados aos nativos da redução pelas canoas conduzidas pelo rio Madeira. A experiência do missionário “mostrou-lhe q’ estes remédios, herão os mais eficazes p.^a as queixas, q’ ali saó mais continuas”. O serviço prestado pelos índios, deveria ser pago e estimulada a navegação pela sua rota, “pois q.^{to} mais homens de sorte frequentarem Este cam.^o mayor aBundancia haverá nestas Minnas” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 17, doc. 31).

A sistematização do controle luso sobre a navegação do rio Madeira se deu com a redução dos índios Pamas, desertores das missões castelhanas de Moxos e de Chiquitos, e o estabelecimento do *Lugar de Balsemão* na cachoeira do Girau. Esta povoação tinha uma tripla finalidade: civilizar os nativos, estabelecer um entreposto de apoio à comunicação entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso e abastecer os destacamentos militares, com a produção das suas lavouras.

Ao concebê-la, D. Antônio Rolim de Moura, ressaltou ter tomado conhecimento, por intermédio dos “Soldados que vieraó na Garitté” e navegavam pela Cachoeira do Girau, do pedido feito pelo “Gentio Pamás”, para estabelecer uma povoação com “hum P.^o desta Capitania [de Mato Grosso]”, haja vista ser a região, “falta de tudo”. A nomeação de um religioso para a sua administração, não seria uma empreitada fácil de ser conduzida, por ser difícil encontrar, “algum q’ quisesse sujeitar-se a vir instruir aquella gente na Nossa S.^{ta} Fée [católica]” e “estabelecer-se em hum Certaó tão distante”. A alternativa à sua consecução, seria realizar o seu *descimento* para a Cachoeira do Girau, “pois me seguraráo terem já em Borba m.^{tos} Parentes” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 129, doc. 89).

O descimento caracterizava-se pela realização de deslocamentos de populações inteiras de suas aldeias de origem para povoações administradas por missionários, por meio do convencimento e do estabelecimento de comum acordo entre missionários e *Principais* (lideranças indígenas). Os “Parentes”, referidos por D. Antônio, configuravam uma categoria identitária genérica existente no universo indígena, através da qual, os indígenas, reconheciam seus pares. A administração colonial, apropriou-se destas, para condução das negociações para as reduções e constituição das povoações civis (DIAS; BOMBARDI, 2016, p. 255-256 e COELHO, 2008, p. 269-270).

Ao padre Filipe Joaquim Rodrigues, foi concedida uma cômputo de 200\$000 réis anuais para administrar os Pamas. João Pedro da Câmara, em missiva remetida para Fernando da Costa de Ataíde Teive, assegurava-lhe, proceder com “todos os adjutórios que forem possíveis, excepto de gente, pela não haver com abundancia nestes territórios” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 129, Doc. 89), bem como para se encaminhar o processo de estabelecimento da povoação (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 122, fl. 242).

Contudo, o religioso não levou a cabo o deslocamento dos nativos da vila de Borba para a Cachoeira do Girau. Câmara creditou a ação do missionário, ao receio “de que os Índios lhe fizessem algum desacato”, apesar destes serem “dotados da maior docilidade”. Posteriormente, pontou ter sido informado do deslocamento do religioso para a vila de Borba, “usando da sua inconstância, que segundo me affirmáo, tudo empreende, e não se conserva em parte algúa” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 127, doc. 17).

A “docilidade” dos índios Pamas, destacada no discurso veiculado por João Pedro da Câmara, evidenciava a sua qualificação para a consecução da defesa e o guarnecimento dos limites portugueses com os domínios castelhanos, no rio Madeira. O assentamento da povoação, que se pretendia edificar, efetivava a sua ocupação e materializava a condição dos Pamas, como indígenas “aldeados/aliados” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 117-121).

A manutenção do clérigo, na condução do estabelecimento da povoação, geraria “exorbitante despeza”, além de não se ter, “esperança que dela resulte o efeito que se pertende”, para os desígnios da Coroa portuguesa, em ocupar o rio Madeira. João Pedro da Câmara pediu a Fernando da Costa de Ataíde Teive, que mediasse a substituição do religioso, enviando suas “rogativas ao Vigário Capitular, para que no caso de haver outro Sacerdote, que queira prosseguir No mesmo emprego, me faça a graça de nomeallo”. Os encargos da nomeação, seriam custeados pela Provedoria da Fazenda Real da capitania

de Mato Grosso (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 127, docs. 17 e 32).

Após o êxito obtido nas negociações, estabelecidas entre o governador de Mato Grosso, João Pedro da Câmara e o *Principal* Paulo, da nação dos Pamas, fundou-se a povoação de Balsemão, em 1765. Para a concretização de seu intento, Câmara concedeu presentes e roupas ao *Principal* Paulo e a sua mulher, bem como ferramentas aos demais indígenas, como incentivo a realização do seu *descimento* para a cachoeira do Girau (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 12, doc. 734).

Na administração de seu sucessor, Luís Pinto de Sousa Coutinho, mapeou o curso do rio Madeira, para articular as suas estratégias de defesa e os pontos de vulnerabilidade que poderiam ser explorados pelos castelhanos, em eventuais campanhas militares (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 13, doc. 829). O seu reconhecimento hidrográfico, era fundamental, por estabelecer comunicação natural com o rio Mamoré, e, terem ambos os rios, nascentes nos domínios castelhanos. O governador de Mato Grosso, reforçava a necessidade de se ocupar as duas margens do rio Madeira e a sua confluência com o rio Mamoré (Cachoeira do Girau), bem como adotar a toponímia portuguesa, para as novas e as antigas povoações indígenas, estabelecidas nos distritos de Cuiabá e de Mato Grosso (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 13, doc. 820 e cx. 14, doc. 850).

Feito isto, acompanhou pessoalmente a realização do *descimento* de mais quatro grupos de índios Pamas para o rio Madeira. Seguiram-se o índio Pama Roque da Maia acompanhado de sua esposa, filha e sobrinha; o português, Manuel Gomes, com sua esposa índia, não identificada; o português, José Rodrigues Palmeira, com sua mulher índia, um filho rapaz e uma filha rapariga; e Antônio Cordeiro Ferreira, natural do termo do Cuiabá, casado na mesma vila, junto com um rapaz Pama, que o serve (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, fl. 63).

Com os descimentos, Sousa Coutinho visou ampliar a povoação, a partir das projeções de seu traçado urbano, feitas, sob encomenda, pelo engenheiro José Mathias de Oliveira, que também havia elaborado as das povoações de Leomil e de Lamego (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 13, doc. 820). Segundo Renata Araújo, a sua povoação estava estruturada, “a partir de uma grande praça quadrada, totalmente fechada e sem nenhuma abertura para o rio [Madeira]”. As residências dos seus habitantes, mediam 50 x 50 palmos, sendo maiores que as aldeais dos índios, que tinham, por volta

de 30 x 30 palmos, sendo estas, cercadas por “quintais”, onde se cultivavam as suas lavouras (ARAÚJO, 2000, p. 310).

Além das habitações, contava-se a “casa da Câmara e a igreja [que] ocupam posições simétricas e frontais no eixo de dois lados da praça”, além de se ter, em seus outros dois lados, “dois armazéns, que também se colocam frente a frente um do outro”. Não obstante, a singularidade que demarca as suas projeções, residia na existência de “uma praça quadrada, de onde saem, um pouco antes dos cantos, as ruas ‘retas’” (ARAÚJO, 2000, p. 310-311).

Após a sua estruturação, Sousa Coutinho destacou, em correspondência datada de 7 de outubro de 1768 e enviada a Fernando da Costa de Ataíde Teive, a necessidade de se prover a segurança da região, a partir de Belém, “p.^a a pronta eixecuçam das suas depend.^{as}” (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 126, doc. 21).

A atenção especial, destacada na carta de Sousa Coutinho, estava diretamente relacionada à subsistência dos destacamentos militares do Forte de Bragança (1769), posteriormente reestruturado, com a denominação de Real Forte Príncipe da Beira (1776). A produção conjunta das lavouras das povoações de Leomil (1760), Balsemão (1765) e Lamego (1769), sustentavam o seu abastecimento, a partir de um comércio direto, realizado entre os seus diretores e a Provedoria Real da Fazenda de Mato Grosso.

Os seus diretores, eram soldados das guarnições do Real Forte Príncipe da Beira (APMT, Defesa, Lata 1773, doc. 50 apud CARVALHO, 2012, p. 301). Cabia-lhes, garantir que os indígenas, mantivessem uma cota de produtividade suficiente, tanto para a subsistência das suas povoações, quanto para os armazéns reais. As provisões (arroz, feijão, milho etc.), cultivadas nas suas lavouras, eram negociadas pelos seus diretores, à preços módicos, junto a Provedoria Real da Fazenda de Mato Grosso, que remunerava os índios, com gêneros e quinquilharias (APMT, Defesa, Lata 1779B, doc. 344 apud CARVALHO, 2012, p. 55).

Ao fim da administração de Sousa Coutinho, por volta de 1773, o Lugar de Balsemão, contava com uma população, composta por indígenas e por escravizados africanos, estimada em 180 pessoas, distribuídas em 48 famílias ou fogos.

Quadro 8 – População do Lugar de Balsemão (1773)

Gênero	Faixa etária	Total
Homens	Acima dos 50 anos	3
	Entre 16 e 50 anos	59
	Entre 8 e 15 anos	11
	Entre 1 e 7 anos	23
Mulheres	Acima dos 40 anos	8
	Entre 15 e 40 anos	34
	Entre 8 e 14 anos	12
	Entre 1 e 7 anos	22
-	Recém-nascidos	7

Fonte: Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 16, doc. 1015 e cx. 17, doc. 1046.

As sete crianças, nascidas em 1772, eram fruto da concretização de 28 matrimônios estabelecidos entre homens e mulheres indígenas, correspondendo a cada casal, duas crianças. O montante chegaria a 220 pessoas, se não houvessem ocorrido 41 óbitos. A presença africana no Lugar de Balsemão era ínfima, tendo-se o registro de apenas um cativo, sob o qual, não se informa o gênero e nem a sua faixa etária (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 16, doc. 1015 e cx. 17, doc. 1046).

A demografia do Lugar de Balsemão expressa como as negociações e as alianças estabelecidas entre os governadores de Mato Grosso e os Principais indígenas consolidaram a autossuficiência produtiva e a reprodução de relações de trabalho pautadas na disciplinarização da força de trabalho ameríndia durante as décadas de 1760 e 1770. Tais prerrogativas, previstas na implementação do Diretório dos Índios (1757-1798), reforçavam a importância que o usufruto da mão de obra indígena desempenhou na sistematização do controle luso sobre a navegação do rio Madeira.

A incidência de homens e de mulheres indígenas em idade produtiva assegurava o fornecimento de ‘braços’ para o cultivo da terra nas lavouras; de homens para a composição das tropas em defesa na fronteira Oeste e na condução das canoas de transporte pelas monções do norte; e de mulheres para a reprodução interna da sociedade colonial, a partir da promoção dos casamentos entre indígenas.

A menor incidência de africanos no Lugar de Balsemão está diretamente relacionada aos volumes das importações realizadas entre as praças mercantis de Belém

e de Vila Bela da Santíssima Trindade, via monções do norte, e ao desenvolvimento da mineração em Cuiabá.

A irregularidade de abastecimento; a concorrência mercantil; as particularidades da conquista do vale amazônico (agro extrativismo e fronteira); as disputas pelo acesso à de trabalho indígena (Leis de Liberdade, 1755 e Diretório dos Índios, 1757-1798) e o regime de atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (monopólio e isenções mercantis) conformaram a baixa disponibilidade de mão de obra africana disponível para negociação no porto de Belém.

A aquisição de mão de obra africana na capitania de Mato Grosso manteve-se orientada para as redes mercantis estabelecidas por mineiros, sertanistas e colonos com os negociantes de Salvador e do Rio de Janeiro, tendo a capitania de São Paulo, como um entreposto de redistribuição da sua força de trabalho, via monções. Os lucros provenientes da mineração subsidiaram essas transações, que apesar das suas disparidades, se deram de forma complementar em Mato Grosso, tanto ao norte, entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade, quanto ao sul, entre Cuiabá, Salvador e Rio de Janeiro.

A instabilidade e a configuração de um espaço aberto a capacidade de penetração territorial pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé permaneceram uma incógnita na administração de Luís Pinto de Sousa Coutinho em Mato Grosso. Este elaborou um projeto de militarização da bacia amazônica, intitulado “Ideia Geral da situação e negócios desta Capitania”. A sua base estava fundamentado na construção de fortalezas e no estabelecimento de destacamentos militares entre os rios Aguapeí (afluente do rio Jauru) e Alegre (afluente do rio Guaporé) (Projeto Resgate – AHU - Mato Grosso, cx. 15, docs. 922 e 927).

Diante disto, pode-se afirmar que Sousa Coutinho retomava as medidas debatidas e não implementadas nas correspondências trocadas entre Francisco Xavier de Mendonça Furtado e D. Antônio Rolim de Moura sobre a última partida do Norte, prevista no Tratado de Madri (1750), a ser realizada na rota das monções do norte. Coutinho ampliava os horizontes da conquista lusa, ao reafirmar a consolidação da sua posse territorial, a partir do controle sobre a comunicação fluvial entre as bacias amazônica e paraguaia e a defesa dos seus domínios no extremo Oeste da América portuguesa.

A percepção veiculada nas correspondências trocadas entre os governadores do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, acerca dos ameríndios, gravitou em torno de dois movimentos: a condução das canoas de transporte e o seu usufruto como guardiães da fronteira Oeste. O controle da navegação pela rota das monções do norte

consubstanciou o seu projeto de conquista, sistematizado na criação da capitania de Mato Grosso (1748) e de sua vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), no rio Guaporé.

Os embates geopolíticos vivenciados na consolidação das fronteiras lusa e castelhana (Tratado de Madri, 1750) implicou o adensamento das práticas de recrutamento ameríndia. Os nativos proveram as tropas, conduziram as canoas de transporte e consolidaram a ocupação da fronteira Oeste da América portuguesa, através das experiências urbanísticas no rio Madeira (Lugar de Balsemão), levada a cabo pelo fluxo da comunicação epistolar entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

A consolidação da posse da longa zona de fronteira que conformava a jurisdição da capitania de Mato Grosso, ainda dependia da reestruturação do único entreposto militar existente no rio Guaporé ao fim do governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho: o Forte de Bragança. Como veremos a seguir, Sousa Coutinho buscou, dentro dos limites logísticos e financeiros que caracterizavam a sua governação, articular, por meio da comunicação com o Estado do Grão-Pará, uma frente de defesa das pretensões imperiais na fronteira Oeste da América portuguesa.

3.4 Crédito: a fiação da empresa de conquista em Mato Grosso

No Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) encontram-se depositados no códice 222 (1770-1772), fundo *Correspondência de Diversos com o Governo*, recibos de empréstimo, relações de produtos e listas de pedidos de gêneros realizados pela Provedoria da capitania do Grão-Pará à Administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Essa documentação trata do financiamento dos projetos de ocupação e de povoamento implementados nos governos do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

Ao compulsarmos essa documentação, levantamos 24 recibos de pedidos de empréstimos, realizados por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, provedor da Fazenda Real do Grão-Pará⁹, junto aos administradores da Companhia Geral de Comércio do

⁹ Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio acumulou o cargo de Provedor da Fazenda com o de Juiz de Fora (1767-1772), sendo nomeado, posteriormente, Ouvidor e Intendente das Colônias, Comércio, Agricultura e Manufaturas da capitania de São José do Rio Negro (1773-1779), cargo pelo qual é mais conhecido e discutido na historiografia. Como Ouvidor, realizou uma correição entre 1774 e 1775 pelas povoações da capitania de São José do Rio Negro que resultou na elaboração de seu *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Jose do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775; exornado com algumas noticias geográfica, e hydrograficas da dita capitania, com outros concernentes à história civil, política e natural della, dos*

Grão-Pará e Maranhão realizados entre 1770 e 1771. Estes recursos custearam o provimento de canoas de transporte e as obras de militarização do rio Guaporé.

As linhas de crédito estabelecidas na praça mercantil de Belém, pela Administração da Companhia Geral de Comércio regulavam internamente, a aquisição de mão de obra africana que era reexportada para Vila Bela da Santíssima Trindade através da rota das monções do norte. Os negócios eram realizados com gêneros produzidos nas povoações do Estado do Grão-Pará e com o ouro lavrado nas minas de Mato Grosso pelas suas Provedorias da Fazenda.

As receitas produzidas nas transações geravam fundos de investimento que eram aplicados na expansão das redes de negócios entre a América e a costa africana, através das obras de infraestrutura (construção de estaleiros, de feitorias e de fortalezas) e no emprego de mão de obra nativa na exploração de recursos naturais (madeiras e especiarias florestais).

A partir da comunicação fluvial, consubstanciada pelas fortalezas e as povoações civis, a espacialização do poder régio na fronteira Oeste da América portuguesa foi sendo implementada para atender as prerrogativas de efetivação da posse da terra – *uti possidetis* – mediante a regulação da liberdade indígena com o investimento de fundos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CARREIRA, 1988, p. 62-64 e DIAS, 1969, p. 318).

O intercâmbio epistolar de bens (produtos e mercadorias) e de pessoas (mão de obra africana e ameríndia) que seguiam pelas monções do norte e a demanda geopolítica de consolidação da fronteira em aberto com os domínios castelhanos à Oeste da América portuguesa, fundamentaram a aquisição de receita e a composição de redes entre os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

3.4.1 Rio Guaporé

O rio Guaporé, tributário do rio Amazonas no extremo Oeste da América portuguesa, demarcou a condição fronteira da capitania de Mato Grosso. Estabelecido como um anteparo territorial entre a capitania de Mato Grosso e as missões jesuíticas castelhanas de Moxos e de Chiquitos, serviu como via de escoamento produtivo e de

uzos e costumes, e diversidade de nações de índios seus habitantes, e à sua população, agricultura, e commercio (1825). Sobre a correição de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, conferir TAVARES, H. M. *Sobre o céu, a terra, a água e o ar: representações de viajantes ilustrados sobre a Amazônia entre 1735 e 1815*. 283 f. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014, p. 72-82.

comunicação entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso e sede para a instalação de sua vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752). A sua formação fluvial, segundo Loiva Canova, “funcionou como referência fundamental na configuração de um novo modo de representar a fronteira naquela margem” que passou a ser interpretada pelo governo colonial como “símbolo identitário da zona de limites” (CANOVA, 2011, p. 209).

A ocupação e o povoamento do rio Guaporé efetivaram-se pela associação entre urbanismo, militarismo e comércio. As vilas, as povoações e as fortalezas garantiam a consolidação da posse e a defesa da fronteira Oeste, diante da possibilidade de avanço dos castelhanos. As relações comerciais estabelecidas entre os negociantes de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade foram dinamizadas pelas povoações indígenas que atuavam como enclaves no abastecimento das canoas de transporte em trânsito pela rota das monções do norte.

Luís Pinto de Sousa Coutinho reestruturou e renomeou fortins e povoações civis, situadas entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso. O fortim de Nossa Senhora da Conceição, se tornou Forte de Bragança; a Aldeia de São José, Lugar de Leomil; São João de Índios, Lugar de Lamego; Santa Ana no distrito de Cuiabá, Lugar de Guimarães; Sítio das Pedras, Destacamento de Palmela e o já citado estabelecimento do Lugar de Balsemão, no rio Madeira (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 14, docs. 841, 850 e 852).

O Forte de Bragança (1769), posteriormente reestruturado e renomeado Real Forte Príncipe da Beira (1776), articulou a defesa e o comércio de fronteira, entre o Mato Grosso e o Grão-Pará, e, entre Mato Grosso e os domínios castelhanos (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 14, doc. 856). Os responsáveis pela condução da vistoria e do projeto de reestruturação da sua fortaleza, foram os engenheiros Domingos Sambucetti e José Mathias da Silva Rêgo (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 16, doc. 975).

Domingos Sambucetti trabalhou na projeção da Fortaleza de São José do Macapá, edificada nas terras do Cabo Norte – atual Amapá -, durante a década de 1760. José Mathias da Silva Rêgo foi o responsável pela construção do fortim de Nossa Senhora da Conceição, inaugurado na administração de D. Antônio Rolim de Moura, sendo este, a base estrutural dos Fortes de Bragança e Real Príncipe da Beira. A experiência acumulada e a uniformização da defesa do território encaminharam a escolha dos engenheiros para a viabilização do empreendimento militar no rio Guaporé.

As canoas de transporte que conduziram Domingos Sambucetti, os seus auxiliares e os soldados do Grão-Pará para Mato Grosso, pela rota das monções do norte, saíram de Belém, em junho de 1771 e aportaram em Vila Bela da Santíssima Trindade, em fevereiro de 1772, quando teve início a vistoria das condições estruturais da fortaleza. A fortaleza se encontrava em ruínas e completamente comprometida, em decorrência do regime das cheias do rio Guaporé e da composição arenosa do solo. Domingos Sambucetti e José Mathias do Rêgo ratificaram a necessidade de construção de outra, em sua substituição, em região adjacente e mais bem disposta. A empreitada, ficou ao encargo de conclusão do sucessor de Luís Pinto de Sousa Coutinho no governo da capitania de Mato Grosso, o governador e capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789).

A Administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, contribuiu para a aquisição dos recursos materiais (ferramentas, mão de obra, canoas, gêneros, armas etc.) empregados na condução das obras do Real Forte Príncipe da Beira, com 2 contos e 973\$456 réis (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 222, docs. 13, 44, 52, 58, 66, 75, 117, 142, 191, 336, 382, 440, 819, 821, 846, 864 e 919). Para a *equipação*¹⁰ das duas *igarités* e dos botes que transportaram Domingos Sambucetti e seus auxiliares, foram adquiridas 190 varas de pano de algodão; uma libra de fio de algodão, para ensacar farinha e duas varas de pano de algodão, solicitados à Provedoria da Fazenda Real do Grão-Pará, pelo cabo de esquadra José do Sacramento (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 222, doc. 814).

O projeto de edificação da fortaleza nas margens do rio Guaporé começou a ser articulado por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a partir das viagens de reconhecimento de sua formação fluvial e das condições geográficas locais empreendidas no início de sua governação. Pereira e Cáceres objetivava assegurar o controle sobre a navegação pela rota das monções do norte e garantir a defesa da capitania de Mato Grosso.

Segundo Fernanda Bicalho e Renata Araújo, as projeções da sentinela do Guaporé, foram balizadas, por uma “eficiente leitura das condições geoestratégicas” do espaço e pela “valorização estética” de sua adequação à natureza circundante. Na perspectiva lusa, a imponência do Real Forte Príncipe da Beira, concretizava o seu poderio militar,

¹⁰ Consistia na preparação de uma expedição. As canoas de transporte, eram abastecidas com gêneros, provisões, armas e medicamentos, a serem empregados na subsistência e na defesa dos índios remeiros e pilotos *jacumaúbas* e de seus tripulantes, durante as jornadas pelas monções do norte.

tornando-o assim, visível aos castelhanos na fronteira Oeste, em meados do século XVIII (BICALHO; ARAÚJO, 2017, p. 238-239, 240-244).

Além da dinâmica militar, o Real Forte Príncipe da Beira, atuou como uma feitoria para o comércio de fronteira, estabelecido entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, via rota Madeira-Mamoré-Guaporé, e, entre a capitania de Mato Grosso e a cidade de Santa Cruz de La Sierra, via Guaporé (JESUS, 2017, p. 82-84 e CHAVES, 2016, p. 193-195). Para citarmos um exemplo deste circuito, tomamos por base, os negócios estabelecidos, entre os comandantes das milícias de Santa Cruz de La Sierra e os comandantes dos destacamentos do Real Forte Príncipe da Beira, para o andamento das suas obras, durante a década de 1770, no rio Guaporé. As transações envolveram a troca de ouro, de tecidos e de provisões por gado, mulas e gêneros, entre lusos e castelhanos (APMT, Defesa, Lata 1778, docs. 292 e 295 apud CARVALHO, 2011, p. 605-606 e Projeto Resgate – AHU - Mato Grosso, cx. 24, doc. 1453).

Neste processo, a contínua tensão geopolítica vivenciada no rio Guaporé ensejava o provimento de tropas e de destacamentos que pudessem fazer frente à iminência de uma nova invasão castelhana na capitania de Mato Grosso. Os conflitos que, de fato, não chegaram a se efetivar, como discorremos sobre as invasões castelhanas na fronteira Oeste, entre 1763 e 1766, respectivamente, nos governos de D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763) e de João Pedro da Câmara (1765-1768), delinearam o estado de alerta, como abordaremos no item subsequente, que fundamentou as medidas implementadas por Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772) nas monções do norte.

3.4.2 Tropas

O “clima de paz virtual” vivenciado na fronteira Oeste durante a década de 1770 permitiu aos governadores da capitania de Mato Grosso, prover o abastecimento das suas tropas e das suas fortalezas, de forma mais efetiva e constante, com subsídios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Os investimentos se dividiram entre a recepção de artilharia, para o provimento dos destacamentos, e, a receita para a compra de gêneros, de provisões e de fardamento das tropas (ARAÚJO, 2000, p. 128).

Os recursos financeiros e os gêneros obtidos pela Provedoria do Grão-Pará, com empréstimos realizados junto à Administração da Companhia Geral de Comércio, computaram 1 conto e 47\$802 réis. Os encargos contraídos, custearam o pagamento dos soldos e o fardamento das tropas, bem como o transporte e a aquisição de farinha, para o

abastecimento das canoas, na condução de militares, para compor os destacamentos, na capitania de Mato Grosso.

Os valores discriminados nos recibos de pedido de empréstimo são pontuais, como se evidencia na referência a quitação de um ano de serviço prestado na capitania de Mato Grosso, pelo soldado Atanásio Francisco, cinco militares não identificados e o governador e capitão-general em exercício, à época, Luís Pinto de Sousa Coutinho (450\$000 réis); os soldados Carlos Daniel, Braz Martins, Veríssimo José e José Ignacio (48\$000 réis); alguns soldados não identificados (80\$522 réis); os adiantamentos, em caráter excepcional, para o sustento do sargento-mor de Infantaria João Baptista Martel e oficiais que o acompanhavam no comando de sua comitiva (69\$280 réis); as coberturas eventuais dos militares em expedição na fronteira Oeste (69\$280 réis); compra de farinha, base da dieta dos militares e indígenas em trânsito (400\$000 réis), e panos de algodão para confecção de camisas e calções dos soldados e pedestres da capitania do Mato Grosso (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 222, docs. 374, 804, 805, 820, 822, 848 e 849).

As condições de defesa dos limites e o provimento das tropas na América portuguesa eram “excessivamente precários” e esbarravam em problemas estruturais de administração do espaço físico (edificação de fortalezas, provimento de soldos, gêneros e armas para as tropas etc.) e de recursos (importação de verbas, materiais e equipamentos do Reino). A tensão geopolítica, vivenciada ao longo da conquista da fronteira Oeste, implicou a intensa militarização de suas repartições administrativas, de modo a consubstanciar a manutenção de sua posse territorial e a salvaguarda da soberania régia lusa, à distância (MELLO, 2016, p. 78-79).

Não obstante, o provimento das tropas não demandava apenas o empenho de Sousa Coutinho em adquirir armas e munições, mas também, provisões para dar vazão à circulação dos militares. A presteza no abastecimento das tropas, nem sempre foi suprida pela atuação dos governadores e capitães-generais de Mato Grosso, tendo-se, em alguns casos, os próprios militares atuando na solicitação do envio de gêneros, para o sustento dos seus destacamentos.

As listas de remessas de gêneros, solicitadas por três militares em trânsito, entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, pela rota das monções do norte, nos permitem avaliar essa dinâmica. O soldado Lourenço José de Sá, solicitou ao Almojarifado de Belém, provisões para abastecer a canoa de transporte dos militares e dos indígenas que levavam correspondências da vila de Borba, para a capitania de Mato Grosso. O provimento dos

transeuntes se deu com nove alqueires de farinha; oito arrobas e meia de peixe seco e uma quarta de sal (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 222, doc. 24). O capelão Lino Gularte Silva, solicitou o envio de uma remessa com seis frascos de vinho; um cubo de osteas e seis libras de cera em vela, para o provimento de sua tropa a ser destacada na fronteira Oeste; e o cabo de esquadra Bernardo Gomes, quatro alqueires de farinha e três arrobas e meia de carne seca (APEP, Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 222, docs. 857, 896).

O abastecimento dos destacamentos militares e das expedições fluviais empreendidas na rota das monções do norte, dependeram da disponibilidade de estoque nos armazéns do Estado do Grão-Pará e do uso da retórica, por parte de militares e dos governadores da capitania de Mato Grosso, para negociar a sua aquisição. A quitação de débitos, pelas Provedorias e pelos negociantes das praças mercantis de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade, tornou-se um dos principais problemas enfrentados pelos seus administradores, nas fronteiras Norte e Oeste da América portuguesa.

Quando a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi extinta, em 1778, a dívida contraída pelos negociantes de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade, era avultada, computando, respectivamente, 483:709\$237 réis e 168:446\$449 réis, cujo total somava 652:155\$686 réis. A arrecadação destes montantes, que deveriam ser remetidos para a Junta da Administração da Companhia, ficou a cargo dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, respectivamente, João Pereira Caldas (1772-1780) e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789) (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 78, doc. 6523).

No Estado do Grão-Pará, somavam-se 1.043 pessoas em débito com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, sendo estes, provenientes da aquisição de mão de obra africana e da exportação de suas fazendas para o Reino, nas suas frotas mercantis. Estes estavam distribuídos entre 39 religiosos (reverendos e arcebispo), 145 militares (oficiais e auxiliares), 849 moradores (Belém, São José de Macapá, Porto de Mós, Capim, Acará, Moju, Ourém, Mazagão, Cametá, Alenquer, Vigia) na capitania geral do Grão-Pará; nove moradores da capitania de São José do Rio Negro e o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro João Pereira Caldas (1772-1780) (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 81, doc. 6672).

A diversidade de funções desempenhadas por estes homens, expressava-se no acúmulo de funções, como as de lavradores, carpinteiros, alfaiates, negociantes, clérigos, proprietários de terras, sertanistas e oficiais régios, como se apresenta no caso do capitão-

general João Pereira Caldas. A disponibilidade de cabedais e a proveniência de suas residências, estabelecidas, tanto na capital do Estado do Grão-Pará, a cidade de Belém, em São José de Macapá e em suas povoações adjacentes, reforçava as suas articulações com a empresa monopolista, consubstanciou, durante a segunda metade do século XVIII, os empreendimentos militares e mercantis portugueses (construção de fortalezas, de armazéns e de feitorias e o estabelecimento de povoações indígenas) na bacia amazônica.

Os valores arrecadados nas cobranças, girou em torno de 125:889\$386 réis. De um modo geral, estes homens, solicitaram prazos alargados de 3 a 20 anos, para poderem sanar as suas dívidas com os Administradores da Companhia; havendo também outros, em que as mortes precoces, geravam cobranças para os seus herdeiros e o investimento em outros empreendimentos, como nos estaleiros navais, comprometiam a liquidação total dos seus dividendos (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 82, doc. 6719).

Em Vila Bela da Santíssima Trindade havia 45 comerciantes em débito com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A Administração da empresa monopolista estipulou prazos e condições específicas para que os seus dividendos fossem quitados: 1) em até seis meses (sete negociantes); 2) em até um ano (seis negociantes); 3) em até dois anos (um negociante); 4) em até três anos (dois negociantes); 5) em até quatro anos (nove negociantes); 6) em até seis anos (11 negociantes); 7) imediatamente (sete negociantes) (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 82, doc. 6743).

Haviam quatro condições que regulamentavam os pagamentos a serem realizados por estes negociantes: 1) a vedação no emprego do ouro das minas de Cuiabá, em qualquer negócio, a ser estabelecido, dentro ou fora da capitania de Mato Grosso, sem antes, ser quitada a dívida com a Companhia; 2) o comprometimento no repasse de capitais em regime semestral; 3) impedimento de cobrança de seus credores com dividendos acima de 100 oitavas de ouro; 4) realizarem o depósito de barras de ouro na Provedoria da Fazenda Real de Mato Grosso, sendo estas, repassadas à do Grão-Pará, em ocasião oportuna (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 82, doc. 6743). Apesar dos esforços, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, só conseguiu arrecadar 125:041\$197 réis, pagos em barras de ouro, remetidas para o Belém e desta, para Lisboa (Projeto Resgate – AHU – Mato Grosso, cx. 23, docs. 1374 e 1408).

Entre os mecanismos empregados pelos negociantes de Vila Bela da Santíssima Trindade para se ‘livrarem’ de suas dívidas com a Companhia Geral de Comércio constavam as fugas empreendidas para os domínios castelhanos e para outras capitanias do Estado do Brasil; a alegação de falta de bens, a serem penhorados; o seu falecimento,

ficando a dívida para os seus herdeiros; os desvios cometidos em sociedades estabelecidas com outros mercadores; o regime das cheias e das vazantes das monções do norte, e, por conseguinte, a expedição de correspondências enviadas a rainha D. Maria I (1777-1796), nas quais, buscavam o perdão régio de suas dívidas, sob a justificativa, de haverem investido os seus cabedais na conquista da capitania de Mato Grosso (Projeto Resgate – AHU – Pará, cx. 82, doc. 6743 e Mato Grosso, cx. 19, doc. 1185).

Os negociantes da capitania de Mato Grosso e do Estado do Grão-Pará atuaram de forma similar nas praças de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Belém. Em ambos os casos, observou-se o seu envolvimento em distintas atividades econômicas, quanto na ocupação de cargos na administração colonial, de forma articulada aos desígnios imperiais portugueses.

Em Mato Grosso, em algum momento de sua vida pública, os seus negociantes assentaram lugar na Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, na qual, buscaram articular os seus negócios e as demandas da empresa de conquista da fronteira Oeste da América portuguesa (APMT, Governadoria e Fazenda, Latas 1774 e 1778, docs. 2 e 33 apud DORADO RODRIGUES, 2008, p. 151).

No Grão-Pará, a associação entre os negociantes privados e a administração régia, sistematizou-se com a fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. As suas articulações políticas e as redes mercantis, estabelecidas em ambos os lados do Atlântico, consubstanciaram a arrematação de contratos e o usufruto de regimes de exportação de suas fazendas para o Reino, com base no controle sobre a regulação da liberdade e da distribuição da mão de obra indígena (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 215-224).

Atuar no segmento mercantil durante a segunda metade do século XVIII, constituiu-se em uma das principais vias de ascensão social, estando assim, diretamente imbricado ao desenvolvimento econômico e político do Império português. Neste sentido, as disputas estabelecidas entre os seus grupos, pelo acesso ao poder no ultramar, reiteravam as hierarquias sociais vigentes no Antigo Regime lusitano (SAMPAIO, 2014, p. 86-87).

O exercício de distintas atividades (negociante, militar, minerador etc.), conformou as projeções políticas para os mercadores, estabelecidos no Estado do Grão-Pará e na capitania de Mato Grosso. As suas inserções nas redes mercantis, constituídas através da navegação pelas monções do norte, lhes assegurava margem de lucro e o condicionamento das políticas de conquista, implementadas pela Coroa portuguesa, a

partir da ocupação de cargos nas administrações das suas repartições (SAMPAIO, 2003, p. 278-279).

Considerando-se isto, reafirmamos que as linhas de crédito abertas pela Administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), subsidiaram, em grande medida, a implementação do projeto de conquista lusa nos confins da América portuguesa. A injeção de recursos e a estruturação das vias de comunicação entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso concorreram para a consolidação da posse da bacia amazônica (fortalezas, pousos, feitorias, povoações civis) durante a segunda metade do século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governabilidade entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso foi estruturada por três eixos: a comunicação fluvial, via monções do norte; a consolidação da posse da fronteira Oeste da América portuguesa e a prática epistolar de seus governadores e capitães-generais. Neste processo, a conjuntura das demarcações entre os domínios ibéricos (Tratado de Madri, 1750), a revitalização da produção e do comércio nos confins da América portuguesa (Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778) e a regulação do acesso à mão de obra indígena (Diretório dos Índios, 1757-1798), orquestraram as suas políticas de conquista, ao longo da segunda metade do século XVIII.

A ocupação e o povoamento dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, áreas de intensa circulação de povos indígenas e de expansão para os impérios ibéricos nos confins da América, sistematizou a comunicação epistolar dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso.

Os regimes de importação de mão de obra africana e a dinamização da produção das fazendas e dos aldeamentos indígenas no vale amazônico viabilizaram a abertura de rotas comerciais entre os confins da América. Os negócios e as redes mercantis constituídas pelos negociantes de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade com subsídios da Companhia Geral de Comércio, integraram os seus mercados consumidores, a partir do intercâmbio de bens, de provisões e de pessoas através da navegação pelas monções do norte.

A experiência urbanística vivenciada com a elevação dos antigos aldeamentos missionários, à condição de vilas e de lugares forneceu os subsídios materiais e humanos, empregados nos empreendimentos coloniais portugueses. A exploração da mão de obra indígena e africana estruturaram a produção econômica (pesca, navegação, mineração, pecuária, agricultura, extrativismo florestal etc.), a defesa (destacamentos militares, fortalezas, tropas) e a consolidação da posse das suas fronteiras (ocupação e povoamento das monções do norte).

Neste processo, a escrita epistolar dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso constituiu-se em um suporte para a espacialização do poder régio entre os extremos Norte e Oeste da América portuguesa. O debate epistolar estabelecido foi imprescindível para salvaguardar o exercício da soberania régia lusa à distância. A geografia da escrita e os seus fluxos temáticos

materializaram o cotidiano da conquista vivenciado entre o Grão-Pará e o Mato Grosso durante a segunda metade do século XVIII.

Durante a administração de D. Antônio Rolim de Moura (1751-1763) na capitania de Mato Grosso vivenciaram-se três processos: a consolidação da posse lusa na fronteira Oeste; a civilização dos povos indígenas e a sistematização da comunicação fluvial com o Estado do Grão-Pará. A dinâmica territorial, despontou em seu governo, estando diretamente associada, à concretização das demarcações entre os domínios luso e castelhano na bacia amazônica. A sua atuação como substituto de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como comissário das *partidas* do Norte, a partir de 1759, instrumentalizou a importância desempenhada pela comunicação fluvial, entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso, na consolidação da posse de suas fronteiras.

A expansão das missões castelhanas pelos rios Mamoré e Guaporé, tensionaram as relações de poder e o litígio permanente, que demarcou o governo da capitania de Mato Grosso, ao longo do século XVIII. A fundação de sua vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) e o início da construção do fortim de Nossa Senhora da Conceição (década de 1760), demarcaram a presença lusa no rio Guaporé. O ápice de sua administração, se deu com a invasão castelhana de 1763, na qual, materializaram-se os desdobramentos dos conflitos, em torno do controle sobre as rotas comerciais e a integração, entre os domínios das monarquias ibéricas na América.

A redução ameríndia, prevista no Diretório dos Índios (1757-1798), deu-se em um espaço, onde a atuação das ordens religiosas, não havia se feito presente, desde princípios do século XVIII. Neste processo, as disputas travadas com os missionários jesuítas castelhanos das reduções de Moxos e de Chiquitos, ensejaram a consecução de negócios, de acordos e de alianças, com as populações indígenas aldeadas e não-aldeadas, em trânsito contínuo, pelos rios Mamoré e Guaporé, visando a constituição de povoações civis.

Ao fim de seu governo, a sua inserção em redes com os governadores do Estado do Grão-Pará e das capitanias de São José do Rio Negro, Maranhão e Piauí articulou a sua tomada de posse do governo da capitania da Bahia. Essas relações estavam pautadas no compartilhamento de demandas políticas e administrativas e em vínculos clientelares, por meio dos quais, venceram-se as contingências do cotidiano da conquista na fronteira Oeste da América portuguesa (BICALHO, 2009, p. 360-361).

Em meio as suas projeções, pode-se afirmar que o governo de D. Antônio Rolim de Moura caracterizou-se pelo investimento constante na ocupação e no povoamento

territorial da capitania de Mato Grosso e no estreitamento de suas relações políticas e administrativas com os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará.

O seu sucessor, João Pedro da Câmara (1765-1768), centrou-se na defesa e na constituição de um corredor de abastecimento para a capitania de Mato Grosso. A reestruturação do fortim de Nossa Senhora da Conceição articulou a militarização do rio Guaporé, ao atuar como um entreposto de apoio à circulação de bens, de pessoas e de armas, pela rota das monções do norte e na demarcação da posse portuguesa no rio Guaporé, em meio a invasão castelhana de 1766. Os intercâmbios entre as praças de Belém e de Vila Bela da Santíssima Trindade atenderam, em grande medida, a falta de recursos em uma fronteira em vias de consolidação.

Em segundo plano, a aplicação das diretrizes do Diretório dos Índios (1757-1798), pouco avançou durante o seu governo, destacando-se a fundação da povoação de Balsemão (1765) na cachoeira do Girau (rio Madeira). O recrutamento compulsório dos indígenas engrossou as fileiras de suas tropas; a produtividade das povoações civis e a condução de canoas de transporte, pelas monções do norte. Diante disto, a sua administração foi construída com base na mobilidade, tendo como centro das suas ações, a defesa da capitania de Mato Grosso, em meio a indefinição dos limites entre os domínios luso e castelhano no interior da América portuguesa.

Ao suceder a João Pedro da Câmara, no governo de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), buscou, sistematizar o comércio fluvial, entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém, via monções do norte, e redimensionar as estruturas de defesa do Forte de Bragança (1769), no rio Guaporé.

O investimento em projetos de ocupação e de povoamento, sistematizava a posse da capitania de Mato Grosso. A iminência de novas invasões castelhanas, constituía-se em um fio condutor das ações a serem implementadas na fronteira Oeste da América portuguesa. O apoio logístico e o mapeamento das potencialidades da rota das monções do norte, como vimos ao longo dos capítulos, serviram como base para o estabelecimento de povoações indígenas e a estruturação da comunicação, entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso.

Neste processo, a captação de recursos, junto à Administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e a interlocução epistolar com os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará, permitiram a Sousa Coutinho, sistematizar o controle português, sobre a navegação das monções do norte, com a elevação das povoações indígenas, estabelecidas entre os rios Madeira e Guaporé, à

condição de Lugares e dar início às obras de construção do Real Forte Príncipe da Beira (1776) no rio Guaporé. Diante disto, Sousa Coutinho buscou fomentar a comunicação fluvial entre a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará, a partir da ocupação, do povoamento e da militarização da bacia amazônica em meados do século XVIII.

Portanto, buscamos redimensionar, a partir da análise do circuito interno da comunicação política dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e da capitania de Mato Grosso, o suposto isolamento regional atribuído a região amazônica na sua relação com o centro-sul do Brasil. A problematização desta questão, constitui-se em um exercício importante para se desconstruir estereótipos e repensar as estruturas que informam a desigualdade socioeconômica entre as regiões brasileiras, tendo por base, a abertura de novas possibilidades de pesquisa no campo da História da Administração Colonial.

FONTES

Digitalizadas

Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, 1755. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22122>. Acessada em 20/10/2021.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira

Impressas

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751- 1759)*. 2 ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, 3t.

Tratados de Limites Internacionais que interessam à Mato Grosso. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

Instruções aos Capitães-Generais. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 23, [1901]; v. 107, 1987.

CEDEAM. *Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)*. Manaus: Universidade do Amazonas; Brasília: INL, 1986.

PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1949.

Notícia chronologica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde o ano de 1751 de sua criação. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laembert, v. 20, t. 20, 1857.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino [...] pelo Padre Raphael Bluteau*. Coimbra: Real Colégio das Artes, 1713.

Manuscritas

Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IANTT)

Manuscritos da Livraria: n. 1140, doc. 166

Conselho da Fazenda: Letra M, maço 25, docs. 10 e 12

Habilitações da Ordem de Cristo (processo): Letra L, maço 8, doc. 16 (Luís Pinto de Sousa Coutinho)

Projeto Resgate - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Bahia (Avulsos)

cx. 151, doc. 11535

cx. 155, doc. 11831

Mato Grosso (Avulsos)

cx. 2, docs. 106 e 131

cx. 3, docs. 140, 146, 170 e 191

cx. 4, docs. 237

cx. 6, doc. 396

cx. 10, docs. 587, 593 e 596

cx. 11, docs. 640, 644, 649 e 679

cx. 12, docs. 691, 695, 700, 731, 734 e 736

cx. 13, docs. 763, 792, 801, 817, 820 e 829

cx. 14, docs. 841, 848, 850, 852 e 856

cx. 15, docs. 911, 922, 927 e 934

cx. 16, docs. 975 e 1015

cx. 17, docs. 1046 e 1054

cx. 19, doc. 1185

cx. 21, docs. 1248

cx. 23, docs. 1374 e 1408

cx. 24, doc. 1453

Pará (Avulsos)

cx. 25, doc. 2387

cx. 29, docs. 2387 e 2784

cx. 32, docs. 2987 e 3000

cx. 36, doc. 3347

cx. 37, doc. 3487
cx. 39, doc. 3675
cx. 42, doc. 3842
cx. 43, doc. 3958
cx. 44, docs. 4004 e 4005
cx. 54, doc. 4927
cx. 78, doc. 6523
cx. 78, doc. 6523
cx. 81, doc. 6672
cx. 82, docs. 6719 e 6743

Rio de Janeiro (Avulsos)

cx. 78, doc. 7067
cx. 80, doc. 7167

Goiás (Avulsos)

cx. 19, doc. 1167.
cx. 20, doc. 1216.
cx. 21, doc. 1294
cx. 22, doc. 1365

Avulsos

cx. 11, doc. 977
cx. 18, doc. 1595

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)

Arquivo Barão Duarte da Ponte Ribeiro

Lata 288, maço 8

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Código 17 (1733-1769): Correspondência de Diversos com o Governo, docs. 26, 31, 37, 38, 39, 60, 62, 64, 65, 66 e 67; fls. 57 e 67.

Código 100 (1759-1762): Correspondência de Diversos com o Governo, docs. 32 e 33.

Código 122 (1762-1765): Correspondência de Diversos com o Governo, docs. 46-A, 47, 48, 52 e 55; fls. 172-173, 182, 189, 190, 198, 199, 200-202, 217, 218-219, 225, 227, 232, 233, 235, 240, 242, 249 e 250-251.

Código 126 (1762-1769): Correspondência de Diversos com o Governo, docs. 6, 7, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23; fls. 4-5, 11, 60-62, 63 e 75-76.

Código 127 (1762-1803): Correspondência de Diversos com o Governo, docs. 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 31, 32, 33 e 34; fls. 41 e 225.

Código 128 (1763): Correspondência de Diversos com o Governo, doc. 21.

Código 129 (1763): Correspondência de Diversos com o Governo, docs. 75, 79, 83, 88 e 89.

Código 146 (1764-1765): Correspondência de Diversos com o Governo, doc. 78.

Código 222 (1770-1772): Correspondência de Diversos com o Governo, docs. 1, 13, 24, 44, 52, 58, 66, 75, 117, 142, 191, 336, 374, 382, 440, 602, 603, 612, 780, 803, 804, 805, 814, 819, 820, 821, 822, 846, 848, 849, 852, 855, 857, 864, 896 e 919.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT)

Justiça: Lata 1759II, doc 19.

Governadoria: Lata 1760II, doc. 26; Lata 1768, docs. 120 e 195; Lata 1770, doc. 262; Lata 1771, doc. 300; Lata 1774, doc. 2;

Fazenda: Lata 1768, doc. 120; Lata 1778, doc. 33.

Defesa: Lata 1773, doc. 50; Lata 1778, docs. 292 e 295; Lata 1779B, doc. 344.

Manuscritos Avulsos: Latas 1770; 1771; 1779A; 1779B; 1780; 1781A; 1786A; 1787; 1788A; 1790A; 1792A; 1793B; 1797A; 1798B; 1805A; 1810 A; 1808B e 1817B.

Livro de registro de bandos, portarias, editais e cartas expedidas no governo de D. Antônio Rolim de Moura (1750-1763), cx. 5, estante 01

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Seção do Conselho Ultramarino

Arq. 1,2,4.

Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR)

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Microficha 13, docs. 162 e 163

Microficha 11

Microficha 569

REFERÊNCIAS

ADÁMEZ-CASTRO, G. Las cartas al poder. Definición y evolución de una práctica epistolar (siglos XVI al XX). *Historia y Sociedad*, Medellín, n. 38, enero-junio, p. 46-70, 2020.

ALMADA, M. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, A. A. da; MEIRELLES, J. G. (Orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América – séculos XVI a XIX*. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 17-40.

ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A. C. J. de; COSTA, A. Fiscalidade e comunicação política no Império. In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. G. (Orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 209-236.

ALMEIDA, M. R. C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

_____. *Metamorfoses indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, D. S. de. *O trato das plantas: os intermediários da cura e do comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808*. 2017. 381 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz; École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Centro Alexandre Koyré, Rio de Janeiro; Paris, 2017.

ALMEIDA, J. E. de. Os empregados de secretaria na transição para uma administração moderna do Estado (1640-1834). *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, 2ª Série, nº 2, p. 145-165, jul./ dez. 2014.

ARAÚJO, R. M. de. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, jan./ jun. 2012.

_____. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, n. 15-16, p. 151-165, jan./jun. 2003.

_____. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. 2000. 636 f. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

_____. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

ALENCASTRO, L. F. de. A rede econômica do mundo Atlântico português. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Orgs.). *A Expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 115-144.

_____. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, A. F. de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749 – 1752). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215-235, jul./dez. 2009.

ARRUDA, E. F. de. *Formação do mercado interno em Mato Grosso*. 1987. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

BARROSO, R. H. D. Nas linhas do “Correio Volante”: as redes da comunicação diplomática do reinado de D. João III (1521-1557). In: SLEMIAN, A. et al (Orgs.). *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. 1 ed. Guarulhos: Departamento de História/EFLCH/UNIFESP, 2020, p. 423-438.

BOSCHI, C. O papel, a tinta e o armário: em torno da administração colonial luso-brasileira setecentista. In: CHARTIER, R.; RODRIGUES, J. D.; MAGALHÃES, J. (Orgs.). *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Centro de História e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2020, p. 177-194.

BICALHO, M. F.; ARAÚJO, R. de M. O Ouvidor como ladrilhador: O papel dos oficiais régios na urbanização do Brasil. In: BICALHO, M. F.; ASSIS, V. M. A. de; MELLO, I. de M. P. de (Orgs.). *Justiça no Brasil colonial: agentes e práticas*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2017, p. 233-255.

BICALHO, M. F.; COSTA, A. O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas. In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. G. (Orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 137-158.

BICALHO, M. F. Entre a teoria e a prática: dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 167, p. 75-98, jul./dez. 2012.

_____. Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América portuguesa: uma releitura do ofício de Vice-rei do Estado do Brasil. In: AZEVEDO, C. et al (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 357-374.

BRITO, A. J. I. Domar as águas e os sertões da fronteira intra-americana: a centralidade dos caminhos fluviais nas disputas luso-espanholas do Tratado de Santo Idelfonso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 82, p. 107-129, 2019.

_____. Guerra, fiscalidade e dinâmicas transfronteiriças no vale ibero-americano do Alto Amazonas, 1763-1772. In: BRITO, A. J. I.; BASTOS, C. A. (Orgs.). *Entre extremos: experiências fronteiriças e transfronteiriças nas regiões do rio Amazonas e do rio da Prata, América Latina, séculos XVI-XX*. 1. ed. Curitiba: CRV Editora, 2018, v. 1, p. 105-148.

_____. *Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. 2016. 589 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BARROSO, L. da S. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)*. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BASTOS, C. A.; LOPES, S. de N. Comercio, conflictos y alianzas en la frontera luso-española: Capitanía de Río Negro y provincia de Maynas, 1780-1820. *Procesos – Revista Ecuatoriana de Historia*, Quito, v. 1, n. 41, p. 83-108, enero-junio 2015.

BLAU, A. R. D. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

BARATA, M. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973.

BAENA, A. L. M. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.

BRAGA, T. *Apostillas de historia do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915.

BERREDO, B. P. de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 2 ed. Florença: Typographia Barbera, 1905.

CURVELO, A. A. S. de C. *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). 2019. 465 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa, 2019.

DOMINGUES, A. *Sem medo de Deus ou das justiças: os poderosos do sertão e o discurso colonial de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para os indígenas do Grão-Pará (segunda metade do século XVIII)*. In: DOMINGUES, A.; RESENDE, M. L. C. de; CARDIM, P. *Os Indígenas e as Justiças no Mundo Íbero-Americano (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa; São João del-Rei: Centro de História da Universidade de Lisboa (CHAM/UL); Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc) e Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei (PPGH/UFSJ), 2019, p. 129-156.

COSTA, P. M. C. da. *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*. 2018. 259 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

CORTEZO, M. V. L. C. Prácticas de gobierno: instituciones, territorios y flujos de comunicación en la Monarquía Hispánica. In: XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (orgs.). *Monarquias ibéricas em perspectiva comparativa (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos político-administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 163-208.

COMISSOLI, A. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Indias*, Madri, v. 78, n. 272, p. 113-146, 2018.

CASTILHO PEREIRA, I. A. M. Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764). *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, Buenos Aires, v. 25.2, p. 95-112, 2017.

_____. *Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COSENTINO, F. et all. Governadores reinóis e ultramarinos. In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. G. (Orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 299-327.

CABANILLAS, R. M. El deseo de renovar: instrumentos reformadores del sistema postal hispano-americano en el Archivo General de Indias. In: GARCÍA, R. R. (Coord.). *Archivo General de Indias: el valor del documento y la escritura en el Gobierno del America*. Madri: Ministerio de Educación, Cultura y Desporto, 2016, p. 113-124.

CANOVA, L. Índios e civilização na Capitania de Mato Grosso sob a perspectiva do Diretório. *História e Diversidade*, Cáceres, v. 8, n. 1, p. 126-143, 2016.

_____. A presença indígena na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e seu termo. *Albuquerque - Revista de História*, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 133-158, jan./jun. 2012.

_____. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751 – 1764)*. 2011. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CHAMBOULEYRON, R. Indian Freedom and Indian Slavery in the Portuguese Amazon (1640-1755). In: DONOGHUE, J.; JENNINGS, E. P. (Orgs.). *Building the Atlantic Empires: Unfree Labor and Imperial States in the Political Economy of Capitalism, ca. 1500-1914*. 1 ed. Leiden: Brill, v. 1, 2016, p. 54-71.

_____. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII). *Outros Tempos*, São Luís, v. 10, n. 15, p. 79-99, 2013.

_____. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA), 2010.

_____. A Amazônia e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 2, n. 1, p. 187-204, jan./jun. 2008.

CHAVES, O. R. O Secretíssimo Plano de Comércio e de Segurança: o contrabando na fronteira Oeste da América portuguesa e as antigas missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos, Vice-reinado do Peru/Vice-reinado do Prata - 1770-1777. *História e Diversidade*, Cáceres, v. 8, n. 1, p. 189-206, 2016.

_____. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Idelfonso. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 218-234, jul./dez., 2014.

_____. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. 2008. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

_____. *Escravidão, fronteira e liberdade (Resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850)*. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

CONCEIÇÃO, A. A. da. Entre o ofício e a amizade: o discurso epistolar do vice-rei 2º marquês do Lavradio no século XVIII. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 142-167, jul./dez. 2015.

_____. *Sentir, escrever e governar: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779)*. São Paulo: Alameda, 2013.

_____. *No vai e vem das cartas: a arte de governar da política colonial setecentista lusa através da epistolografia*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARDOSO, A. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 21, p. 1-18, 2015.

_____. Amazônia e Carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica. *Revista de Índias*, Madri, v. 75, n. 264, p. 389-420, 2015.

COSTA, G. G. da. Fortificações na Amazônia. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 109-118, 2014.

CARVALHO JÚNIOR, A. D. de. A ordem da missão e os jogos da ação: conflitos, estratégias e armadilhas na Amazônia do século XVII. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 19, n. 35, p. 23-41, jul./dez. 2013.

CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. M. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 17, p. 65-88, 2012.

CARVALHO, F. A. L. de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. 2012. 595 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (1767-1800). *Antíteses*, Londrina, v. 4, n. 8, p. 595-630, jul./dez. 2011.

CAMILO, J. V. P. *A Medida da Floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII e XVIII)*. 2008. 383 f. Tese (Doutorado em História

Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. 2003. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.

CUNHA, M. S. da; MONTEIRO, N. G. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In: CUNHA, M. S. da; FRANCO, J. H. (Orgs.). *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, p. 47-75.

CARDIM, P. La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVI y XVII). In: SABATINI, G. (Org.). *Comprendere Le monarchie iberiche: risorse e rappresentazioni del potere*. Roma: Viella, 2010, p. 9-44.

_____. Nem tudo se pode escrever. Correspondência diplomática e informação política em Portugal durante el siglo XVII. *Cuadernos de Historia Moderna. Anejos*, Madri, p. 95-128, 2005.

COELHO, M. C. O imenso Portugal: vilas e lugares no vale amazônico. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v.1, n. 1, 263-283, jan./jun. 2008.

_____. *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CUNHA, M. S. da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (Orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 69-92.

CUNHA, M. S. da; MONTEIRO, N. G. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, N. G.; CARDIM, P.; CUNHA, M. S. da (Orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 191-252.

CANAVARROS, O. *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2004.

CAMELO, J. A. C. *Notícias Práticas das Minas do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT, 2002.

CUNHA, M. C. da. Introdução a uma história indígena. In: _____. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 9-24.

CARREIRA, A. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, v. 1, 1988.

CARDOSO, C. F. S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Observações sobre o dossier preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial. In: PARAIN, Charles et al. *Sobre o feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

CORRÊA FILHO, V. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORTESÃO, J. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1965, v. 2.

_____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950-1963, 9 t.

DIAS, C. L.; BOMBARDI, F. A. O que dizem as licenças? Flexibilização da legislação e recrutamento particular de trabalhadores indígenas no Estado do Maranhão (1680-1755). *Revista de História*, São Paulo, n. 175, p. 249-280, jul./dez. 2016.

DELSON, R. M. Navigation: inland navigation in Amazonia. In: SELIN, Helaine. *Encyclopaedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures*. Springer: New York, 2014, p. 1-6.

DELSON, R. M.; MENG, S. Cargo canoes of the eighteenth-century Amazon: a preliminary stability analysis. *International Journal of Maritime History*, Thousand Oaks, VII, n. 2, p. 173-185, december 1995.

DORADO RODRIGUES, N. M. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)*. 203 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

DAVIDSON, D. M. How the Brazilian West was won: Freelance and State on the Mato Grosso Frontier, 1732-1752. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1973.

_____. *Rivers and empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737 – 1808*. 1970. 535 f. Tese (PHD Modern History) – Faculty of the Graduate School, Yale University, Yale, 1970.

DIAS, M. N. *A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, v. 1, 1970.

_____. Fomento ultramarino e Mercantilismo: a companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). *Revista de História*, São Paulo, v. 39, n. 80, p. 315-357, 1969.

_____. Fomento ultramarino e Mercantilismo: a companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). *Revista de História*, São Paulo, v. 34, n. 69, p. 99-148, 1967.

_____. Fomento ultramarino e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). *Revista de História*, São Paulo, São Paulo, v. 32, n. 66, p. 359-428, 1966.

ENES, T. O rei distante, o império de papel e o Novo Mundo às avessas: luso governo, séculos XVII-XVIII. *CLIO - Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 36, p. 286-317, jul./dez, 2018.

FONSECA, M. G. Índios, jesuítas e autoridades coloniais no rio Madeira: conflitos, mediações e relações transfronteiriças (1750-1777). In: LIMA, J. A.; NEVES NETO, R. M. das (Orgs.). *Colonização e ultramar: a Amazônia colonial e o mundo atlântico português*, séculos XVII e XVIII. 1 ed. Belém: Editora Cabana, 2021, p. 37-45.

FERREIRA, E. A. C.; VIANA, W. A. Canoas de guerra, canoas do sertão. Protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-23, maio/ago. 2021.

FERREIRA, E. A. C. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FURTADO, J. F.; MONTEIRO, N. G. Raynal and the defense of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão. *Análise Social*, Lisboa, liv (1º), n. 230, p. 4-33, 2019.

FURTADO, J. F. D. João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 3, p. 50-91.

FLECK, E. C. D. A medicina da conversão: apropriação e circulação de saberes e práticas de cura (Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII). *Revista de Estudos Marítimos y Sociales*, Buenos Aires, v. 11, p. 34-80, julho 2017.

FRAGOSO, J.; GUEDES, R. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 3, p. 7-47.

FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. G. (Orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRAGOSO, J. Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. G. (Orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 49-99.

_____. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVII e XIX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002.

FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FONSECA, D. R. da. A História e a cultura na fronteira rondoniense Brasil/Bolívia. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade*, Igarapé, v. 1, p. 1-24, 2012.

FERNANDES, L. H. M. O governo de Rodrigo César de Menezes na Capitania de São Paulo e a incorporação das minas de Cuiabá à América portuguesa (1721 – 1728). *Revista Acta*, São Paulo, Assis, v.1, p. 1-14, 2011.

FREITAS, A. L. dos S. *O Gigante Abatido: o longo processo de constituição da Província do Amazonas (1821-1850)*. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRANCO, G. Y. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920-1940*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

FERREIRA, M. C. O *Mapa das Cortes* e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, 2007.

FALCON, F. J. C. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 15, v. 2, p. 11-34, maio/ago. 2005.

FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. 2 ed. Organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. Manaus: Edua/Editora do Inpa/Fapeam, 2007.

FONSECA, J. G. da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

FORTES, M. R. A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). *Somanlu*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 159-168, 2000.

FARIA, M. Mato Grosso: Estado-Fronteira. *Oceanos*, Lisboa, n. 40, p. 161-178, out./dez. 1999.

FLORENTINO, M. *Em Costas Negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GUAPINDAIA, M. C. *O Controle do Fluxo das Cartas e as Reformas de Correio na América Portuguesa (1796-1821)*. 2019. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa, 2019.

GUZMAN, D. La primera urbanización de los “Abunás”. Mamelucos, indios y jesuítas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. *Boletín Americanista*, Barcelona, año LXVII, 2, n. 75, p. 53-73, 2017.

_____. Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII). In: GARCÍA, C.; MEDINA, M. R. (Comp.). *Ciudades mestizas: intercambios y continuidades en la expansión occidental, siglos XVI a XIX*. México D.F.: Centro de Estudios de Historia de México – CONDUMEX, 2001, p. 89-99.

_____. Fronteiras móveis, “Fronteiras vivas”: índios, negros marrons, soldados e missionários na Amazônia guianense (séculos XVII e XVIII). In: PESAVENTO, S. Jatahy; GOELZER, A. L. (Orgs.). *Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p. 37-50.

GREGÓRIO, V. M. As moedas e o mapa: fiscalidade e representação política no processo de criação de províncias no Brasil Império, primeira metade do século XIX. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 378-406, jul./dez. 2016.

GÓMEZ, M. Documentos y archivos para el gobierno de las Indias: el valor de la escritura en la gestión de los negocios. In: GARCÍA, R. R. (Coord.). *Archivo General de Indias: el valor del documento y la escritura en el Gobierno del America*. Madri: Ministerio de Educación, Cultura y Desporto, 2016, p. 77-93.

GIL, T. L.; BARLETA, L. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. *Revista de História*, São Paulo, n. 173, p. 427-455, jul./dez. 2015.

GÓMEZ GONZÁLEZ, S. *Frontera selvática: Españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, 2014.

GÓMEZ, A. C. “Vos, señor, la escribiste a la luna” Aprendizaje, discurso y prácticas epistolares en la España Moderna. *Estudios filológicos*, Valdívía, n. 60, p. 33-56, 2017.

_____. De la tipografía al manuscrito: culturas epistolares en la España del siglo XVIII. In: _____ (Ed.). *Culturas del escrito. Del Renacimiento a la contemporaneidad*. Madrid: Colección de la Casa de Velázquez, 2015, p. 81-97.

_____. «Me alegraré que al recibo de ésta...». Cuatrocientos años de prácticas epistolares (siglos xvi a xix). *Manuscripts. Revista d'història moderna*, Barcelona, v. 29, p. 19-50, 2011.

HERZOG, T. *Fronteiras da posse: Espanha e Portugal na Europa e nas Américas*. Tradução de Thiago Hansen e Gustavo Cabral. Coordenação de Gustavo S. Siqueira. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2019.

HESPANHA, A. M.; SUBTIL, J. M. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. *O Brasil Colonial, 1443-1580*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 1, p. 138-152.

_____. “Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). *Na trama das redes*:

política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 45-94.

_____. A monarquia: a legislação e os agentes. In: MONTEIRO, N. G. (Org.); MATTOSO, J. (Dir.). *História da vida privada em Portugal*. A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 11-34.

_____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. S. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

_____. *Às vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, S. B. de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. 1.

JESUS, N. M. de. O contrabando na fronteira oeste no século XVIII. *História Revista*, Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2017.

_____. A capitania do Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 93-113, jul./dez. 2012.

_____. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

_____. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do sul (1727-1808)*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

JORGE, O. da S. *Um estudo sobre a história de Mato Grosso*. Escola Técnica Federal: São Paulo, 1982.

KANTOR, I. O Clero e a cultura geográfica nas Academias setecentistas: percepções do território e experiência colonial. In: ANDRADE, F. E. de; JESUS, R. P. de; GONÇALVES, A. L. (Orgs.). *Itinerários de pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos*. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 147-156.

KÜHN, F. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 91-112, 1999.

LIMA, K. W. da C. *A presença negra na capitania do Rio Negro na Amazônia colonial*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

LUCÍDIO, J. A. B. *'A ocidente do imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. 2013. 340 f. Tese (Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimientos Portugueses) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

_____. *Vila Bela e a construção do Estado de Mato Grosso no século XVIII*. Projeto Fronteira Ocidental Fase 2. Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/Minc), Portaria nº 37 de 06 e fevereiro de 2003 – História.

LEOTTI, O. *O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT*. Relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895-1934). 2013. 262 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2013.

LORDELO, M. C. de S. *Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

LEVERGER, A. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

LEITE, L. P. P. Rolim de Moura: a capitania, o homem e a história. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Edição comemorativa aos 250 anos da capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo CXLVI, ano LXX, 1998, p. 48-56.

LINHARES, M. Y. L. *História do abastecimento: uma problemática em questão*: Binagri, 1979.

LOUREIRO, M. T. S. de S. *A fronteira oeste de Mato Grosso e D. António Rolim de Moura*. 1965. 150 f. Dissertação (Licenciatura em Ciências Históricas) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1965.

MATOS, F. L. A. de. Os conflitos internos da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: concessões, privilégios e exclusivos (1755-1777). In: LIMA, J. A.; NEVES NETO, R. M. das (Orgs.). *Colonização e ultramar: a Amazônia colonial e o mundo atlântico português, séculos XVII e XVIII*. 1 ed. Belém: Ed. Cabana, 2021, p. 62-77.

_____. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2019. 403 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

MELO, V. S. de. O “tempo das águas” em Vila Bela colonial (1750-1777). In: *Experiências atlânticas e História ambiental, 2020*, Sobral. *VI Seminário Internacional História e Historiografia...* Sobral: UFC, 2020. p. 427-439.

_____. O rio Madeira e suas fronteiras. In: *VII Encontro Internacional de História Colonial, 2018*, Mossoró. *Anais...* Mossoró: UERN, 2018. p. 85-97.

MARCOCCI, G. Iberian explorations: the construction of global empires (1450-1650). In: BOUZA, F.; CARDIM, P.; FEROS, A. *The iberian world; 1450 -1820*. New York: Routledge, 2020, p. 283-299.

MARTINS, D. de C. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os grupos mercantis no Império português (1755-1787)*. 2019. 322 f. Tese (Doutorado em

História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MENDES, C. G. O lugar social da correspondência no século XVII: as cartas do governador geral Francisco Barreto (1657-1663). In: CONCEIÇÃO, A. A. da; MEIRELLES, J. G. (Orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América – séculos XVI a XIX*. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 63-88.

MONTEIRO, N. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 3, p. 92-130.

_____. O provimento dos ofícios principais da monarquia portuguesa durante a dinastia de Bragança (1640-1820). In: STUMPF, R.; CHATURVEDULA, N. (Orgs.). *Cargos e Ofícios nas Monarquias ibéricas: Provimento, Controle e Venalidade (Séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: CHAM/Universidade de Lisboa, 2012, p. 39-49.

_____. Pombal e a aristocracia. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, n. 15-16, p. 34-42, jan./jun. 2003.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.

_____. O ethos da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre casa e serviço ao rei. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 19, p. 383-402, 1998.

MARQUES, G. O. *A fronteira oeste da capitania de Mato Grosso e as missões religiosas de Espanha (1750-1789)*. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MEGIANI, A. P. T. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, sécs. XV-XVII. In: ALGRANTI, L. M.; MEGIANI, A. P. (Orgs.). *O Império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 165-185.

MAGALHÃES, J. R. Os nobres da governança das terras. In: MONTEIRO, N. G.; CARDIM, P.; CUNHA, M. S. da (orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 65-71.

_____. As novas fronteiras do Brasil. In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. 3, p. 10-42.

MAXWELL, K. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. Tradução de João Maia. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATTOS, H. M. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 143-162.

MAGALHÃES, B. de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

NOVAIS, F. *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

NUNES, J. M. de S. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

OLIVEIRA, L. P. de. “Estimo muito as notícias que vossa excelência me dá”: a circulação e uso de informações entre os agentes governativos (séculos XVII-XVIII). In: SLEMIAN, A. et al (Orgs.). *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. 1 ed. Guarulhos: Departamento de História/EFLCH/UNIFESP, 2020, p. 454-469.

OLIVAL, F. *As ordens militares e o Estado moderno: Honra, mercê e venalidade (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

POMPEU, A. As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão. *Revista em Favor da Igualdade Racial*, Rio Branco, v. 4, p. 22-35, 2021.

_____. A ação dos cabos de canoas no negócio das drogas do sertão na Amazônia colonial (século XVIII). In: SLEMIAN, A. et al (Orgs.). *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. 1 ed. Guarulhos: Departamento de História/EFLCH/UNIFESP, 2020, p. 306-318.

PEDREIRA, J. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 3, p. 349-382.

_____. Custos e tendências financeiras do Império português, 1415-1822. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Orgs.). *A Expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 53-91.

PLÍNIO DOS SANTOS, C. A. B. A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718-1888). *Aceno*, Cuiabá, v. 3, n. 6, p. 52-70, ago./dez. 2016.

PEREIRA, M. *Hospitais militares na capitania de Mato Grosso: controle, organização e assistência médica entre o fim do século XVIII e início do XIX*. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, 2015.

PESAVENTO, F. Para além do império ultramarino português: as redes trans, extra imperiais no século XVIII. In: GUEDES, R. (Org.). *Dinâmica imperial no antigo regime*

português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: sec. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 97-112.

POSSAMAI, P. C. De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 23-36, jul./dez. 2010.

PURPURA, C. *Formas de existência em áreas de fronteira*. A política portuguesa do espaço e os espaços de poder no Oeste amazônico. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

POCOCK, J. The reconstruction of discourse: towards the historiography of political thought. In: *Political thought and history – Essays on Theory and Method*. Cambridge University Press, 2009, p. 67-86.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PINTO, E. P. *Território Federal do Guaporé*: fator de integração da fronteira ocidental do Brasil. Rio de Janeiro: Viaman, 2003.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 115-132.

RIBEIRO, O. V. V. Mobilidade e circulação: a escrita de governo entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso (1759-1772). In: SLEMIAN, A. et al (Orgs.). *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. 1. ed. Guarulhos: Departamento de História/EFLCH/UNIFESP, 2020, p. 377-390.

_____. *Entre a pena e o tinteiro*: o governo das conquistas a partir das correspondências de Antônio Rolim de Moura Tavares e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1763). 2019. 75 f. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

RODRIGUES, C. Um experto em Amazônia? O visconde de Balsemão e a representação da Amazônia portuguesa no mapa “Colombia Prima or South America”. *Canoa do tempo*, Manaus, v. 12, n. 2, p. 113-148, jul./dez. 2020.

RODRIGUES, B. P. “Homens de ferro, mulheres de pedra”: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hiterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). 2015. 373 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

ROLLER, H. F. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, 1750-1800. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 201-243, jan./jun. 2013.

RAMINELLI, R. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 83-110, jul./dez. 2013.

_____. *Viagens ultramarinas*: monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMÍREZ, P. R. La cultura escrita en el mundo atlántico colonial: claves historiográficas, retos y perspectivas. *Erebea – Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, Huelva, n. 2, p. 53-76, 2012.

RODRIGUES COSTA, J. M. Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no “Inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, Aveiro, n. 14.1, p. 131-158, 2012.

RIBEIRO, M. da S. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa (1748-1763). 2010. 308 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUES, J. D. “Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas”: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 11, n. 21, p. 144-170, abr. 2006.

REZENDE, T. V. F. de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 2006. 353 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, M. M. Nem nobre, nem mecânico: a trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n. 2, p. 64-75, nov. 2005.

RÉMOND, R. Do político. In: _____. (Coord.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003a, p. 441-450.

_____. Uma história presente. In: _____. (coord.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003b, p. 12-36.

REIS, A. C. F. *João Pedro da Câmara, um Fronteiro Olvidado*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

_____. *A Amazônia que os portugueses revelaram* [1957]. Belém: Secult, 1994.

_____. *A política de Portugal no vale amazônico*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993a.

_____. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. Belém: SECULT, 1993b.

_____. *História do Amazonas*. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

_____. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948.

_____. *A conquista espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

RUSSELL-WOOD, J. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. Tradução de Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Revista de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 1-54, 1998.

ROSA, C. A. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vila urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*. 280 f. 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RAIOL, D. A. Um capítulo de história colonial do Pará. *Revista de Estudos Paraenses*. Belém: Tip. do Diário Oficial, 1894.

SILVA, G. A. *A defesa do Império em tempo de reforma: o exército português e a oficialidade militar na capitania de Pernambuco, 1774-1800*. 2020. 282 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SILVA, R. L. da. *Interpretações da Amazônia: o pensamento conservador em Arthur Cézár Ferreira Reis e Leandro Tocantins*. 2020. 309 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2020.

SALVINO, R. V. Um correio pelo caminho de terra: as comunicações no Estado do Maranhão e Grão-Pará nos princípios do século XVIII. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 103-125, set./dez. 2020a.

_____. *Guerras de papel: comunicação escrita, política e comércio na monarquia ultramarina portuguesa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020b.

_____. Entre pontes e muros: tentativas de implantação do correio marítimo entre Portugal e o Brasil na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 15-49, jan./abr. 2018.

SAMPAIO, A. C. J. de. António Manuel Hespanha, o Antigo Regime luso e a historiografia brasileira: notas sobre um diálogo transatlântico. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 7-14, jan./abr. 2020.

_____. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, F.; RODRIGUES, C. (Orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015, p. 31-58.

_____. Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português. In: FRAGOSO, J. et al (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2 ed. Vitória: Ed. UFES, 2014, p. 69-87.

_____. A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 276-312, jul./dez. 2003.

SILVA, G. E. F. No século XVIII, uma encruzilhada de povos: os indígenas na formação da capitania de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Chapecó, v. 31, p. 86-103, 2018.

SILVA, M. A. S. da. Da costa do Grão-Pará ao sertão do Brasil: tráfico de escravizados entre Belém, Mato Grosso e Goiás. *Revista Historiar*, Sobral, v. 10, p. 23-37, 2018.

SILVA, V. R. da. *O bandeirismo não é apenas um tema do passado: bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica no Curso de Bandeirologia (1946)*. 190 f. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, M. N. dos; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. Guerras na Europa e reordenação político-administrativa. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). *O Brasil Colonial, 1580-1720*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, v. 2, p. 538-570.

STUMPF, R. G. Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 612-634, jul./dez. 2014.

SAMPAIO, P. M.; COELHO, M. C. O Atlântico Equatorial: sociabilidade e poder nas fronteiras da América portuguesa. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 16-23, jan./jun. 2013.

SOUZA JÚNIOR, J. A. de. Negros da terra ou da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 48, p. 173-211, 2013.

_____. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

_____. Índios: “mãos e pés dos senhores” da Amazônia colonial. *Fronteras de la Historia*, Bogotá, v. 16, p. 365-391, 2011.

SANTOS, F. J. dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na capitania do Rio Negro no século XVIII*. 2012. 337 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Ed. UFAM, 2011.

SANTOS, F. V. dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. O governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão: biografias e trajetórias administrativas (século XVIII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 171, n. 447, p. 75-94, abr./jun. 2010.

_____. O governo e os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: recrutamento, trajetórias e remuneração de serviços (séculos XVIII-XIX). *Anais de História de Além-Mar*, v. 10, Lisboa-Ponta Delgada, p. 205-230, 2009.

_____. Do Pará ao Mato Grosso: relações comerciais e percursos na administração colonial (1748-1780). *Cabanos – Revista de História*, Maceió, ano 3, v. 1, n. 5, p. 15-38, jan./jun. 2008.

SILVA, M. C. G. da. *Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800*. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

SCHWARTZ, S. A economia do Império português. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Orgs.). *A Expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 21-51.

SOUSA, L. C. de. *Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo*. 146 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SIQUEIRA, J. da C. *Crônicas do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT, 2002.

SILVA, P. P. C. e. Gomes Freire de Andrade, o 1º capitão-general de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Edição comemorativa aos 250 anos da capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo CXLVI, ano LXX, 1998, p. 13-18.

SOUZA, L. de M. e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, F. (Coord.); SOUZA, L. de M. e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 41-81.

SÁ, J. B. de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1975.

SOUTHEY, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, t. 5, 1862.

TAVARES, H. M. *Sobre o céu, a terra, a água e o ar: representações de viajantes ilustrados sobre a Amazônia entre 1735 e 1815*. 2014. 283 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

TULUX, B. M. *O Presídio de Miranda e a defesa do Império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797-1822)*. 2012. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, 2012.

VIANA, W. A.; POMPEU, A. J. S. Ao Longo do Sertão: guerra, fronteira e espaço indígena na Amazônia colonial. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. 13, n. 1, p. 99-133, 2015.

VOLPATO, L. R. R. *A Conquista da terra no universo da pobreza: a formação da fronteira oeste do Brasil*. São Paulo: Hucitec: Brasília: INI, 1987.

XAVIER, A. B.; HESPANHA, A. M. As redes clientelares. In: HESPANHA, A. M. (Org.); MATTOSO, J. (Dir.). *História de Portugal (1620-1807)*. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, v. 4, p. 381-393.